



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Oficina HABITAÇÃO + CIDADE

Pontal de Afogados

Realização

Departamento
de Arquitetura
e Urbanismo
DAU - UFPE



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE



Fórum da
Arquitetura
Social de
Pernambuco

Apoio



Foto aérea (capa): José Gleidson Dantas e Almir dos Santos Jr.



CAU/PE

Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Pernambuco

**CONSELHO DE ARQUITETURA E
URBANISMO DE PERNAMBUCO –
CAU/PE (Gestão 2021 a 2023)**

Presidente

Rafael Amaral Tenório de Albuquerque

Vice-Presidentes

Andreza Carla Procoro Silva Pereira

Suely Alice Vasconcelos Mangabeira

Henrique Marques Lins

Conselheiro Federal Titular

Roberto Salomão do Amaral e Melo

Conselheira Federal Suplente

Danielle Cortez Paes Barreto

Conselheiros Estaduais Titulares

Rafael Amaral Tenório de Albuquerque

Juliana Cunha Barreto

Andreza Carla Procoro Silva Pereira

Henrique Marques Lins

Tomás de Albuquerque Lapa

Cristiana Maria Correia de Araújo Estelita

Jaime Tavares Alheiros Neto

Marcílio Reinaux Maia

Suely Alice Vasconcelos Mangabeira

Sílvia Cristina Pessôa de Araújo

Ana Maria Moreira Maciel

Marco Antonio Gil Borsoi

Conselheiros Estaduais Suplentes

Josephana Neri Tavares de Melo Vieira

Neide Maria PINHO CIRNE

Carmen Lucia Borba Cavalcanti

Carla Marques de Azevedo Maia Fontes

Filipo Arce Madeira Campos Junio

Sergio Marcelino da Motta Lopes

Glaucio Brandao Leitao

Corpo Técnico

Gerencia Geral

Joubert Maklane Bezerra

Gerencia Jurídica

Pollyanna Tenório Veríssimo de Queiroz
Amaral

Gerencia Técnica

Fábio Belfort Kaneko

Coordenação Administrativa

Izabel Cristina Souza Guimarães

Coordenação de Compras

Ricardo Andrade de Araújo

Coordenação de Fiscalização

Getúlio Porto Valença dos Santos

Coordenação Financeira

Sandra Maria de Albuquerque Rocha

Coordenação de Atendimento

Camila Carneiro de Azevedo

Supervisão de Atendimento

Fabilson Marcio Ferreira Coelho

José George Casé de Lima

Assessoria de Gabinete

Nara da Motta Wanderley

Secretária Executiva

Renata Maria Tavares de Melo

Agente Fiscal

Luzia Breckenfeld Amiratil

Oficina HABITAÇÃO + CIDADE: Pontal de Afogados

Organizadores

Zeca Brandão
Enio Laprovitera

Colaboradores

Julieta Leite
Lúcia Veras
Bruno Lima
Maria Ângela Souza
Max Andrade
Roberto Ghione
César Barros

Realização



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

Departamento
de Arquitetura
e Urbanismo
DAU - UFPE



Programa de pós-graduação em
Desenvolvimento Urbano - UFPE



Fórum da
Arquitetura
Social de
Pernambuco

Apoio



Edição



CAU/PE
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo de Pernambuco

Recife, 2022

Oficina HABITAÇÃO + CIDADE: Pontal de Afogados / Zeca Brandão e Enio Laprovitera (Organizadores) et al.
Capa: Bruno Lima.
Foto aérea (capa): José Gleidson Dantas e Almir dos Santos Jr.
Diagramação: Danrlei Andrade.
Edição: CAU/PE, Recife, 2022.
223 p.

ISBN 978-65-00-53023-0

1. Habitação Social. 2. Desenho Urbano. 3. Arquitetura Social.

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO Zeca Brandão e Enio Laprovitera	05
2.	UMA OFICINA NA PÓS: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS Julieta Leite	09
3.	EMENTA	11
4.	PEDAGOGIA E METODOLOGIA DA OFICINA Zeca Brandão	17
5.	PONTAL DE AFOGADOS E A REDESCOBERTA DE UMA PAISAGEM Lúcia Veras e Bruno Lima	22
6.	ARQUITETURA SOCIAL COMO URBANISMO: UMA TERCEIRA VIA? Enio Laprovitera	27
7.	PONTAL DE AFOGADOS: QUESTÕES INSTITUCIONAIS Maria Ângela Souza	34
8.	POR UM PENSAMENTO DIGITAL EM ARQUITETURA SOCIAL Max Andrade	41
9.	DEPOIMENTO ARQ. ROBERTO GHIONE	49
10.	DEPOIMENTO ARQ. CÉSAR BARROS	50
11.	IMAGENS: SALA DE AULA E VISITA À ÁREA	51
	11.1 ABERTURA E DEBATE TEÓRICO	51
	11.2 VISITA À ÁREA	53
	11.3 ASSESSORAMENTOS	58
	11.4 APRESENTAÇÃO FINAL	61
12.	PROPOSTA DAS EQUIPES	64
	12.1 EQUIPE 1: CONECTAR CAMINHOS, REDESCOBRIR PAISAGENS	65
	12.2 EQUIPE 2: CONFLUÊNCIA	101
	12.3 EQUIPE 3: INTEGRAÇÃO MULTIESCALAR ATRAVÉS DA PAISAGEM	151
	12.4 EQUIPE 4: ENTRENÓS	183

1. APRESENTAÇÃO

A presente publicação reúne as contribuições dos professores, arquitetos convidados e alunos que participaram da *Oficina HABITAÇÃO + CIDADE: Pontal de Afogados*. Tratou-se de um *workshop* de projetos tendo como tema geral *Desenho Urbano e Habitação Social* para a área do Pontal de Afogados, situada no Bairro de Afogados no Recife.

A experiência desenvolveu-se no segundo semestre de 2019 – na semana do 7/10 a 14/10 – no interior da disciplina do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano OFICINA 1 (DU 964: carga horária 45 h; créditos 3), tendo contado com convidados externos e alunos da graduação – na condição de estagiários – razão pela qual buscou parceria com projetos de extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE, a saber, o *Fórum da Arquitetura Social* e a *CIAPA* (Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem).

O documento se inicia com o depoimento da então coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano – MDU/UFPE, Prof^a. Julieta Leite, em que se pode entender a experiência da oficina no interior da estrutura pedagógica do MDU, e, assim, perceber e valorizar um dos seus aspectos mais preciosos: a ênfase numa atividade, ao mesmo tempo, *prática e conceitual, de integração de conhecimentos e áreas do saber* (Planejamento e Gestão; Conservação Integrada; e Arquitetura e Urbanismo).

Em seguida, apresenta-se a *ementa* oficial da disciplina, relato reforçado pelo texto do Prof. Zeca Brandão explicando a *proposta pedagógica e metodológica* do *workshop*. É, pois, nesse momento, que se detalha e enfatiza – de forma quase militante – a importância dos ateliês práticos de projeto no ensino da pós-graduação que tenham como carro-chefe o desenho e o projeto, não como formas de representação de um objeto fechado e acabado, mas, antes, como exercício permanente de pesquisa e reflexão.

O texto seguinte, sobre a *descoberta de uma paisagem* – de autoria dos professores Lúcia Veras e Bruno Lima – propõe uma primeira imersão do leitor no Pontal de Afogados, objeto de estudo da oficina. Os autores revelam uma *tensão* entre a recente vocação das intervenções arquitetônicas da frente d'água da Bacia do Pina – caracterizadas por torres verticais que privilegiam a especialização do lote e o distanciamento social – e a descoberta de um ambiente urbano que relembra formas de habitar e de ocupação do território, características dos anos 1950: casarios históricos, vilas, galpões industriais e, principalmente, expressivas formas de sociabilização que ainda insistem no uso das calçadas e do espaço público, além das marcantes ocupações informais presentes no local.

Aliás, é da percepção dessas forças e paisagens contraditórias – características da cidade do Recife – que o texto seguinte, de autoria do Prof. Enio Laprovitera, faz apelo a uma pergunta-provocação sobre o papel da *arquitetura social* na criação de um *caminho do meio* ou *terceira via*? Surgem ideias e conceitos que ensaiam articular as forças do mercado e as demandas sociais, e, também, uma vez que se trata de uma experiência propositiva de ateliê, as diversas escalas de uma intervenção – do edifício à cidade – interpelando para isso a ideia de arquitetura urbana.

A resolução dessas contradições, expressas em desejos e projetos político-sociais diversos, também encontra amparo no texto da Prof^a. Maria Ângela Souza, uma vez que este traz um mapeamento das *questões institucionais* do Pontal de Afogados, apontando um leque de instrumentos legais e de gestão pública para fazer frente aos interesses conflitantes, tanto no que se refere à ocupação do território quanto às possíveis estratégias de promoção do desenvolvimento.

Mas, para diagnosticar, analisar e propor um projeto a partir de uma realidade com problemas tão complexos, e, por isso mesmo, dotada de caminhos interpretativos diversos, parece fundamental termos uma reflexão sobre as novas tecnologias digitais da era do conhecimento, sendo justamente essa a intenção do Prof. Max Andrade quando em seu texto se refere a um *pensamento digital* em arquitetura social.

Complementando essa série de textos, cujos conceitos serviram de base para os debates e assessoramentos durante todo o *workshop*, apresentamos os depoimentos dos arquitetos convidados para a sessão de apresentação final dos trabalhos desenvolvidos pelas quatro equipes de alunos.

O ponto em comum nos depoimentos dos arquitetos Roberto Ghione e César Barros parece residir na defesa da *missão do arquiteto*, e, por aí, do *projeto* enquanto viabilizador de uma arquitetura inclusiva, diversa e participativa – do contrário, teríamos tudo, menos uma cidade, no sentido ético e pleno da palavra. Para isso, ambos os arquitetos, apelam para a *UTOPIA, ora enquanto sonho permanente até ser transformada em realidade* (Roberto Ghione) – e sem o qual, sonho-desejo, não há projeto – ora para a *UTOPIA* como *método* de trabalho, pois *contraponto ao caos* (César Barros).

Na segunda parte desta publicação, logo após os textos conceituais e depoimentos, reunimos as análises e propostas das quatro equipes de estudo: equipe 1 (*Conectar Caminhos, Redescobrir Paisagens*); equipe 2 (*Confluência*); equipe 3 (*Integração Multiescalar através da Paisagem*); e equipe 4 (*Entrenós*). Todas as equipes apresentaram memorial descritivo, várias pranchas com os desenhos, reflexões e referências conceituais e projetuais, assim como os projetos arquitetônico-urbanístico-paisagísticos propostos. Os desenhos aqui apresentados reproduzem – literalmente – os textos, referências e projetos elaborados pelas quatro equipes.

Por fim, deixamos registrados nossos parabéns aos alunos do MDU pelo entusiasmo e qualidade das propostas apresentadas, assim como nosso agradecimento a todos os professores e arquitetos convidados. Um agradecimento especial vai para os estagiários do *Fórum da Arquitetura Social* que nos deram fundamental apoio para a realização do *workshop*, sem o qual também não teríamos a presente publicação: Danrlei Andrade (diagramação), Alana de Almeida, Anielly Freitas, Daniela Ferreira, Márcio Campelo, Maria Eduarda Amorim, Pauline Paixão e Renato Aquiles.

A presente publicação é, ao mesmo tempo, o cumprimento de um dos requisitos pedagógicos da oficina – ampla divulgação –, assim como uma excelente oportunidade de reflexão crítica, a posteriori, das nossas (professores, convidados e alunos) ideias e intervenções práticas, pois como se diz no popular, *só se vê mesmo através da memória*.

Zeca Brandão e Enio Laprovitera
Organizadores
Recife, maio de 2020

2. UMA OFICINA NA PÓS: PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS

Julietta Leite

Arquiteta-Urbanista, Dra. em Cultura, Indivíduos e Sociedade pela Université René Descartes /Sorbonne V.
Profª. de Projeto (Paisagismo) da UFPE e MDU, coordenadora do MDU de 05/2018 a 11/2019,
pesquisadora do Fórum da Arquitetura Social e do Núcleo de Estudos da Subjetividade em Arquitetura - NusArq da UFPE.

A experiência que aqui se apresenta foi realizada enquanto disciplina do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE). A disciplina, denominada Oficina I (DU 964), foi incorporada aos componentes de ensino do curso (mestrado e doutorado) após reformulação curricular em 2017. Ela integra o conjunto de disciplinas obrigatórias da linha específica de pesquisa "Arquitetura e Urbanismo", que por sua vez foi a mais recentemente acrescida à proposta de formação do programa.

Para o melhor entendimento da experiência da Oficina I, é importante colocar, ainda, que o PPG MDU-UFPE propõe um entendimento de desenvolvimento urbano que se expressa num processo complexo e multifacetado de transformações da dinâmica urbana, das políticas urbanas e, de forma mais ampla, das formas de pensar, construir e habitar os territórios. Desse modo, a estrutura curricular do curso atua com três linhas de pesquisa para a sua área de concentração: (i) Planejamento e Gestão, com ênfase na investigação dos processos de urbanização e das políticas públicas; (ii) Conservação Integrada, privilegiando a teoria contemporânea, a história e a gestão do patrimônio urbano edificado e não edificado; e (iii) Arquitetura e Urbanismo, considerando sua dimensão material e sua expressão imaterial. A formação oferecida pelo MDU-UFPE caracteriza-se, assim, pela multi-interdisciplinaridade e pela interação entre as linhas de pesquisa; pela inserção dos docentes nas diferentes linhas de pesquisa; e pela diversidade de percursos acadêmicos que os alunos podem construir, transitando entre as linhas de pesquisa em função de seu objeto de investigação. Essa prática se viabiliza também em algumas das disciplinas oferecidas pelo PPG que inter-relacionam as três linhas de pesquisa, classificadas como 'disciplinas de integração', enquanto outras disciplinas são específicas a cada uma das linhas do PPG, tanto obrigatórias como eletivas.

A proposta de Oficina I é fruto desse contexto de mudanças e adequações do programa às demandas contemporâneas nos estudos e práticas sobre o edifício e a cidade. Como já colocado, a disciplina foi criada para atender à linha "Arquitetura e Urbanismo", tendo como objetivo "permitir ao aluno o exercício do projeto nas suas diversas escalas a partir de estudos de

casos reais. Ela desenvolve-se com base na experiência em ateliê e procura estimular a aplicação de princípios e métodos de análise, concepção e representação urbana e edilícia em associação ao pensamento reflexivo sobre a própria prática de projeto” [extraído da ementa].

No período em que estive à frente da coordenação do MDU-UFPE, a Oficina 1 foi oferecida como 'disciplina de integração', a partir do momento em que são postas questões que perpassam as três linhas de pesquisa. Desse modo, as experiências em Oficina 1 desenvolveram-se simultaneamente em torno da produção ou ordenamento de territórios urbanos e de questões arquitetônicas contemporâneas, cuja abordagem incorporou também aspectos da Conservação Integrada e do Planejamento e Gestão urbanos. Para tanto, fez-se necessário a escolha de um objeto/território que despertasse questões comuns às linhas de conhecimento do programa; a composição de uma equipe docente com experiência específica à cada uma das linhas; e, sobretudo, a participação de estudantes de mestrado e doutorado vinculados às três linhas de pesquisa.

É nesse contexto que a experiência aqui apresentada escolheu como objeto de estudo e intervenção o Pontal de Afogados, com sua paisagem de águas, seus moradores, com seus padrões de uso e ocupação do solo, suas questões fundiárias e a demanda por habitação. A disciplina foi ministrada por professores do PPG e por professores convidados do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE que compuseram uma equipe de docentes especialistas nas áreas de Projeto de Arquitetura e Urbanismo, Gestão Urbana e Conservação dos Espaços Públicos e da Paisagem. Ela contou também com alunos das três linhas de pesquisa do PPG, sendo os créditos contabilizados como disciplina eletiva para aqueles vinculados à linha de Conservação Integrada e Planejamento e Gestão. Dentre os discentes, alguns estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo também acompanharam a Oficina 1 como atividade de extensão.

É com grande ânimo, portanto, que identifico uma experiência inovadora de formação no conjunto de relatos que compõem esse documento. Tal experiência partiu da condução específica da equipe docente engajada na Oficina 1, contou com participantes convidados, e constitui em diferentes olhares e propostas de intervenção elaboradas pelas equipes de estudantes participantes. Por fim, registro a importância da ação de extensão universitária que se somou a tal experiência de formação por meio da ação do Fórum da Arquitetura Social de Pernambuco e do apoio da CIAPA (Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem).

3. EMENTA

OFICINA HABITAÇÃO + CIDADE (DU 964: carga horária 45hs | créditos 3)

PROFESSORES

Zeca Brandão; Maria Ângela Souza; Max Andrade

PROFESSORES Colaboradores

Enio Laprovitera; Lúcia Veras e Bruno Lima

CONVIDADOS

Roberto Ghione; César Barros; João Domingos e Fernando Alves Guerra.

ESTAGIÁRIOS

Alana de Almeida; Anielly Freitas; Daniela Ferreira; Márcio Campelo;

Maria Eduarda Amorim; Pauline Paixão; Renato Aquiles.

PARCERIAS

Fórum da Arquitetura Social – UFPE; CIAPA (UFPE)

EMENTA

A Oficina Habitação+Cidade é uma disciplina oferecida pelo MDU para todos os alunos envolvidos com o Programa, que possui caráter obrigatório para os alunos ligados à linha de pesquisa: “Arquitetura e Urbanismo”. Fundamentada na prática projetual, a disciplina se propõe a estudar novas formas de espaços arquitetônicos e urbanos tendo sempre como mote o uso habitacional. Pretende discutir o papel da arquitetura social e suas características projetuais específicas nos diferentes contextos urbanos, investigando através de desenhos, diagramas e textos os principais eixos relacionais entre habitação e cidade.

OBJETIVO GERAL

Investigar questões práticas e teóricas em torno do tema habitacional como elemento estratégico na elaboração de propostas urbanas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Explorar exercícios de projeto e pesquisa que visem testar hipóteses na escala arquitetônica e urbana a serem aplicadas em projetos habitacionais.
- Investigar o papel da habitação social como um componente básico na produção de cidades, bem como a possibilidade do desenho urbano colaborar com a sua inserção no tecido urbano já consolidado.
- Questionar as padronizações tipológicas, e as articulações espaciais e territoriais resultantes de programas habitacionais.
- Capacitar técnicos envolvidos na elaboração e avaliação de projetos urbanos que tenham como mote o uso habitacional.

ESTUDO DE CASO

A Oficina desse ano (2019.2) visa desenvolver um Plano Diretor Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico para uma área em Afogados, mais precisamente, o Pontal de Afogados. A área situa-se às margens da Bacia do Pina imediatamente atrás da estação do metrô de Afogados. Trata-se de uma região atualmente subutilizada – com várias fábricas desativadas, casario histórico semiabandonado, ocupações informais - e que condensa forte interesse imobiliário e uma não menos expressiva demanda social, em especial, pelas comunidades que hoje habitam de forma precária e insegura às margens da linha do metrô, além da recente ocupação informal ali existente denominada Comunidade Vila Sul.

A área possui também forte potencial paisagístico e a Oficina visa justamente buscar um ponto de equilíbrio entre essas três forças/demandas principais: interesse imobiliário/habitação social/requalificação urbanística-paisagística. É notório, também, o papel estratégico da área, no que se refere a mobilidade urbana, uma vez que a estação de metrô ali existente situa-se a meio de caminho entre o centro da cidade e a zona sul, possuindo ainda a dramática paisagem de 600 famílias que habitam de forma precária às margens da linha férrea.

Pelo que se observa, os temas que emergem da área de estudo são bastante motivadores para o exercício projetual que visa contribuir para a articulação das três áreas de pesquisa do programa MDU: Arquitetura e Urbanismo; Conservação Integrada; e; Planejamento e Gestão. Acrescente-se ainda que, apesar da Oficina se desenvolver no interior de uma disciplina do Programa MDU, o evento conta com a parceria do Fórum da Arquitetura Social e apoio da CIAPA (ambos, Projetos de Extensão do Departamento de Arquitetura e Urbanismo – UFPE), e está sendo formatado no sentido de ser incluído na agenda de eventos preparatórios para o Congresso Mundial de Arquitetos do RIO 2020.

AVALIAÇÃO

Os alunos serão avaliados em dois momentos do curso. A primeira avaliação será através das apresentações orais das propostas no último dia de atividade de Studio. A banca de defesa dos projetos contará com a participação de arquitetos visitantes. A segunda avaliação será no final do curso quando os alunos deverão submeter as propostas impressas num formato para publicação. Frequência e participação também serão consideradas na avaliação geral do aluno.

PROGRAMAÇÃO

WORKSHOP PONTAL DE AFOGADOS ESPAÇO URBANO DIVERSIDADE E MISTURA			
DIA/SEMANA	MANHÃ	TARDE	HORÁRIO APRESENTAÇÃO
SEGUNDA 14/10	- WORKSHOP INTERNACIONAL DE DESENHO URBANO (ZECA BRANDÃO) - ÁREA DE INTERVENÇÃO: PONTAL DE AFOGADOS (BRUNO LIMA)	- PARÂMETROS URBANÍSTICOS LEGAIS (MARIA ANGELA E ENIO LAPROVÍTERA) - PROPOSTA INSTITUCIONAL PRA ÁREA (JOÃO DOMINGOS)	17:00 às 18:00
TERÇA 15/10	- HABITAÇÃO SOCIAL E MERCADO IMOBILIÁRIO (FERNANDO GUERRA) - PAISAGEM URBANA (LÚCIA VERAS)	STUDIO LEITURA E CONCEITO PRELIMINAR	17:00 às 18:00
QUARTA 16/10	STUDIO VISÃO E CONCEITO GRÁFICO	STUDIO VISÃO E CONCEITO GRÁFICO	17:00 às 18:00
QUINTA 17/10	STUDIO ESTRATÉGIAS E PROJETOS	STUDIO ESTRATÉGIAS E PROJETOS	17:00 às 18:00
SEXTA 18/10	STUDIO MASTER PLAN PRELIMINAR	STUDIO MASTER PLAN PRELIMINAR	17:00 às 18:00
SEG 21/10	APRESENTAÇÃO/DEFESA PROPOSTAS		9:00 às 13:00

BIBLIOGRAFIA

A) IMPRESSOS:

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

FIORI, Jorge & HINSLEY, Hugo; BRANDÃO, Zeca & AMORIM, Luiz (Orgs.). **III Urban Design International Workshop AA/UFPE: Housing as Urbanism**. Ministério da Cidades, Brasília, 2014.

FIORI, Jorge & HINSLEY, Hugo; BRANDÃO, Zeca & AMORIM, Luiz (Orgs.). **IV Urban Design International Workshop AA/UFPE: Urban Mobility and Social Housing**. Ministério da Cidades, Brasília, 2015.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

HERNANDEZ, Felipe; KELLETT, Peter and ALLEN, Lea (Orgs.). **Rethink the Informal City: Critical Perspectives From Latin America**. Berghahn Books, Oxford, 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MACHADO, Denise; VASCONCELLOS, Eduardo (Orgs.). **Cidade e Imaginação**. PROURB, Rio de Janeiro, 1996.

MONEO, Rafael. **Inquietação Teórica e Estratégia Projetual**. Cosac Naify, São Paulo, 2008.

MOSKOW, Keith & LINN, Robert. **Small Scale: Creative Solutions for Better City Living**. Architectural Press, New York, 2010.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean et DEPAULE, Jean-Charles – **Formas Urbanas. A Dissolução da Quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PORTZAMPARC, Christian – **A Terceira Era da Cidade**. In Ócolum Ensaio nº 9, 2009, Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, Tradução de Dênio Benfatti, disponível em PDF no www.google.com.br.

RAPOSO, Mônica et SOUZA, Maria Ângela: SECRETARIA DA HABITAÇÃO/GOVERNO DE PERNAMBUCO – **Manual do Projeto de Habitação Popular: Parâmetros para Elaboração e Avaliação**. Recife: Secretaria da Habitação/Governo de Pernambuco. 1981.

ROSSI, Aldo – **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva et al. **Quando a Rua Vira Casa: Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro De Bairro**. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, Projeto, 1981.

VIGLIECCA, Héctor et ASSOCIADOS – **O Terceiro Território. Habitação Social e Cidade**. São Paulo: Vigliecca et Associados. 2014.

B) VITRUVIUS/ARQUITEXTOS:

BORJA, Jordi. **Espaço Público, Condição da Cidade Democrática. A Criação de um Lugar de Intercâmbio**. Arquitectos. 072.03.

BRANDÃO, Zeca. **Habitação Social como Urbanismo: Proposta Pedagógica para um Mestrado Profissional em Desenho Urbano**. Arquitectos, São Paulo, ano 17, n. 196.04, Vitruvius, set. 2016.

LARA, Fernando. **Admirável Urbanismo Novo**. Arquitectos. Texto especial 056 – fevereiro 2001.

LEITE, Carlos. **Projetos Urbanos: Operando nas Bordas**. Arquitectos. 044.01.

NOVICK, Alicia. **Espaços Públicos e Projetos Urbanos. Oposições, Hegemonias e Questões**. Arquitectos. 054.01.

SALES, Pedro M. R. **Operações Urbanas em São Paulo: Crítica, Plano e Projetos**. Arquitectos. 059.e300; 060.e305; 060.e310; 061.e315; 062.03; 065.03; 066.03.

SALOMON, Maria Helena Röhe. **Programa Favela-Bairro: Construir Cidade Onde Havia Casa. O Caso de Vila Canoá**. Arquitectos. Texto especial 331 – setembro 2005.

4. PEDAGOGIA E METODOLOGIA DA OFICINA

Zeca Brandão

Arquiteto-Urbanista, PHD em Housing and Urbanism pela Architectural Association (AA School/Londres).
Prof. de Projeto (Desenho Urbano) da UFPE e MDU, pesquisador do Fórum da Arquitetura Social da UFPE.

O ensino do projeto no Brasil tem apresentado uma série de deficiências danosas à consolidação da disciplina (LARA e MARQUES, 2003). Entre outras razões, podemos destacar a dificuldade de introduzir uma pedagogia que conjugue teoria e prática, e que estimule a produção e sistematização do conhecimento gerado pela reflexão da própria prática projetiva (SCHÖN, 1987). Julgamos assim, que é preciso desenvolver novas abordagens pedagógicas, considerando alternativas que sejam mais coerentes com a complexidade da cidade contemporânea.

Algumas tentativas inovadoras estão sendo realizadas em programas internacionais de pós-graduação, com propostas pedagógicas similares ao Design Based Learning (DBL). Geralmente essas atividades são desenvolvidas no formato de workshop e consistem de uma a duas semanas de intenso exercício projetual. No Brasil, entretanto, esses workshops são oferecidos ocasionalmente e desvinculados da estrutura formal do programa. Nesse sentido, a Oficina Habitação+Cidade pretende consolidar esse modelo pedagógico no MDU, inserindo-o como disciplina obrigatória na grade curricular do curso.

O formato e a intensidade da disciplina oferecem um ambiente adequado para testar conceitos e estratégias projetuais de arquitetura e urbanismo, explorando o papel do desenho como um potente instrumento de investigação e pesquisa. A pedagogia proposta desmistifica o desenho como manifestação de soluções precisas e definitivas,

só concebidas após a plena compreensão do objeto de estudo. Por outro lado, reconhece e ratifica o desenho como protagonista da ação projetual. Na verdade, é exatamente este falso paradoxo de valorizar o desenho através da sua aparente desvalorização - não supervalorizando a sua importância - que sustenta a abordagem pedagógica da disciplina.

A habitação é um tema recorrente no curso, não só como reflexão crítica sobre questões referentes à identidade cultural, mas também, e principalmente, como elemento estratégico na elaboração de propostas urbanas. A disciplina parte da premissa que o uso residencial é um dos componentes mais importantes na produção espacial das cidades. Assim sendo, a habitação social é vista como âncora de qualquer projeto urbano, seja ele destinado à área de conservação, renovação ou expansão urbana, inclusive assumindo papéis distintos e apresentando características diversas referentes a sua densidade, proposta programática e tipológica, público alvo, etc.

A Oficina Habitação+Cidade apresenta assim uma abordagem experimentalista investigativa (valorizando mais o procedimento do que o produto final) onde o programa habitacional assume a cidade como protagonista na concepção de seus projetos (retirando o foco da habitação propriamente dita) e o processo projetual é posto em evidência através de uma prática reflexiva. A seguir são listadas algumas diretrizes pedagógicas que caracterizam essa abordagem e fundamentam a proposta metodológica da disciplina.

- **A INTENSIDADE DO ESTUDO PELA IMERSÃO DOS PARTICIPANTES:** de maneira diversa das disciplinas tradicionais de projeto, onde os alunos se encontram de uma a duas vezes por semana para trabalharem nas suas propostas, a oficina aposta numa abordagem mais concentrada através de cinco sessões de oito horas-aula seguidas (uma semana em tempo integral), na qual docentes e discentes se debruçam sobre a área de estudo. O caráter intensivo da oficina ocasionado por essa imersão de alunos e professores - sem as notórias dispersões provocadas por outras disciplinas - aumenta o foco dos seus participantes e oferece um ambiente bastante propício ao aprendizado de projeto.

- **O EXERCÍCIO PROJETUAL COMO EIXO CONDUTOR:** o exercício do projeto é a atividade principal da disciplina, com as aulas teóricas atuando de forma complementar à oficina prática. Dessa forma, a disciplina apresenta uma estrutura flexível de conteúdos preestabelecidos, que são transmitidos através de aulas preparadas especialmente para responder a questões específicas referentes a área de estudo. Os níveis de aprofundamento e timing de discussão do conhecimento teórico são definidos de acordo com as demandas surgidas ao longo do próprio exercício projetual.

- **O PROJETO COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA:** o curso não trata o ensino de projetos acabados e rígidos, mas sim o desenvolvimento de um raciocínio espacial aberto e flexível, visando estabelecer argumentos consistentes relacionados a como projetar habitação social num determinado contexto urbano. Trata-se da ideia de explorar o papel da ação projetiva como forma de pesquisa, em que o desenho é visto mais como uma maneira de pensar do que uma ferramenta de representação gráfica. Ao assumir o próprio projeto como instrumento de pesquisa, a disciplina pretende estimular uma prática reflexiva que possa conduzir o aluno ao autodesenvolvimento profissional.

- **A INTERFACE ENTRE AS ESCALAS ARQUITETÔNICA E URBANA:** a disciplina aborda o tema habitacional nas diversas escalas da cidade, e testa tanto conceitos urbanos como estratégias espaciais propostas em todas essas escalas. É dada aos alunos uma determinada condição urbana e o tema habitacional, que deverá ser desenvolvido através de uma proposta de arquitetura e desenho urbano. O trabalho terá que abordar as duas escalas de forma simultânea, demonstrando o claro entendimento das relações intrínsecas entre habitação e cidade.

- **O CARÁTER MULTIDISCIPLINAR DO PROJETO HABITACIONAL:** o curso assume a cidade como protagonista no processo de pesquisa, e tem sempre como premissa a relevância da escala urbana nos estudos e formulações de projetos habitacionais. Para tal, foi estruturado através de uma fundamentação teórica diversificada e multidisciplinar, contando com a participação de professores e alunos com diferentes formações profissionais. Essa diversidade de leituras sobre o tema permite uma sobreposição de conhecimentos específicos, favorável ao processo de aprendizagem do projeto habitacional integrado à cidade.

- **ESTUDO DE CASO REAL E COM RELEVÂNCIA SOCIAL:** a Oficina sempre trabalha com situações reais, envolvendo as partes interessadas nos casos e com temas de clara relevância social, que possam impactar positivamente a dinâmica urbana do local. Ao serem expostas as pressões de um problema existente na cidade, o aluno ganha motivação extra e entendimento holístico do tema habitacional, capacitando-se para o enfrentamento das complexas condições sociais e econômicas do espaço urbano contemporâneo. O curso aborda estudos de casos diferentes a cada edição, que são definidos em função da sua relevância social e pertinência com o tema habitacional.

- **VISIBILIDADE E REGISTRO DA PRODUÇÃO:** a importância da exposição formal dos trabalhos realizados na disciplina é fundamentada no impacto positivo que isso exerce sobre o aluno. A condição de enfrentamento público, mesmo que parcialmente simulada, faz com que ele desenvolva um raciocínio espacial argumentativo claro ao longo de todo o processo projetual. Essa exposição ocorre de duas maneiras: nas apresentações públicas realizadas no final do curso, quando os alunos apresentam e discutem as suas propostas com arquitetos e urbanistas convidados; e nos registros dos projetos através de uma publicação como esta, onde as propostas gráficas e seus respectivos argumentos justificativos são apresentados em detalhe.

É importante ressaltar que essas diretrizes não devem ser entendidas de forma estanque e isolada, já que as suas fronteiras não são inteiramente claras, nem tão pouco rígidas. Assim, algumas sobreposições e entrelaçamentos entre elas são inevitáveis, e até mesmo desejáveis. Também é importante mencionar que nenhuma das diretrizes é realmente nova. Elas já foram temas de investigações teóricas e podem ser encontrados separadamente na maioria dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo do país. No entanto, a combinação dessas diretrizes e as sinergias geradas por elas dão à proposta o potencial de criar um novo enfoque ao ensino do projeto.

REFERÊNCIAS

LARA, Fernando; MARQUES, Sônia. Introdução: **O Projeto do Projeto**. In: _____. **Projetar: Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino de Projeto**. Rio de Janeiro: EVC, 2003, p. 7-10.

SCHÖN, D. **Educating the Reflective Practitioner: Toward a New Design for Teaching and Learning in the Profession**. San Francisco: Jossey Bass, 1987.

5. PONTAL DE AFOGADOS E A REDESCOBERTA DE UMA PAISAGEM

Lúcia Veras

Arquiteta-Urbanista, Dra. em Desenvolvimento Urbano pelo MDU/UFPE.

Profª. de Projeto (Paisagismo) e vice-coordenadora do Laboratório da Paisagem da UFPE.

Bruno Lima

Arquiteto-Urbanista, Msc. em Desenvolvimento Urbano pelo MDU/UFPE.

Prof. de Projeto, pesquisador do Fórum da Arquitetura Social e CIAPA da UFPE.

A última década em Recife foi marcada por discussões sobre o planejamento da cidade que extrapolaram os fóruns técnicos institucionais e os debates em conselhos municipais, para exigir uma tomada de posição da sociedade sobre determinados projetos, principalmente aqueles propostos para o seu centro histórico. As conhecidas “torres gêmeas”, que correspondem aos edifícios Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau, com 41 pavimentos e concluídos em 2008, deram início a uma proposta de transformação radical do Cais José Estelita, no histórico bairro de São José, seguida pelo Projeto Novo Recife, com mais quinze torres de padrão semelhante na mesma linha do Cais. Ambos os projetos (o primeiro implantado e o outro em processo de implantação) propunham a construção de uma nova frente de paisagem para a Bacia do Pina, que na verdade, para além de encobrir um sítio histórico protegido por lei, despertou outras discussões como a necessidade de dar vida a áreas subutilizadas da cidade; sobre formas de ocupação do solo que favorecessem a urbanidade e a vida coletiva, assim como a necessidade de se estabelecer parâmetros para um tipo de ocupação que não velasse a paisagem que caracteriza o Recife e que não se sobrepusesse à memória construída coletivamente, mas que pudesse atender ao desejo de incrementar a moradia no bairro. Grupos empresariais, setores da sociedade civil, entidades de representação de classe, academia, poder público, foram vozes ativas desse processo. Cada grupo armou suas estratégias de

participação nos conselhos institucionais de discussão da política urbana, nos meios de produção cultural e até mesmo no próprio tecido da cidade. Se a batalha mais intensa, em torno do Projeto Novo Recife, desencadeou a dualidade entre vencedores e vencidos, podemos constatar que o Recife, por certo, saiu desse processo mais consciente: tanto os que oficialmente pensam a cidade e propõem soluções para o futuro quanto os que vivem a cidade no presente e anseiam por respostas que atendam às suas necessidades de futuro, hoje sabem que terão que exercitar o diálogo para encontrar soluções aos problemas urbanos, que são de todos.

Os valores que balizaram esses planos como a qualificação da urbanidade com diversidade de usos, o estímulo à fachada ativa, o investimento na vitalidade urbana com qualificação dos espaços públicos, a integridade e legibilidade da paisagem surgiram como pontos que sintonizavam as discussões locais com o que acontecia no mundo na contemporaneidade. O fato de boa parte desses pressupostos já estarem contidos em textos do início dos anos 1960, de críticos da modernidade como Jacobs (1961), Lynch (1960), Cullen (1961) e, mais recentemente Gehl (2010), mostra o descompasso de nossas escolhas. A necessidade de vencermos, até sem tanto êxito, pautas temáticas ao longo das últimas décadas — a redemocratização (anos 1980), a estabilização (1990), a equidade (2000) — só possibilitou que a temática da cidade e a qualidade dos serviços públicos assumissem um protagonismo na última década, o que nos permitiu reconectar com um debate do qual nos divorciamos desde os anos 1960. Essa retenção contida por décadas explodiu nas ruas em 2013, questionando *“a precariedade dos serviços públicos, a nossa falta de urbanidade e a herança pesada que marca a dualidade de nossa condição urbana (favela x asfalto, legal x ilegal)”* (Rolnik, 2013, p.13).

Curiosamente na mesma Bacia do Pina das “torres gêmeas” e do Novo Recife desponta um “novo” território, chamado de “Pontal de Afogados”, que certamente será muito discutido num futuro próximo. Por trás de uma contínua barreira – linha de metrô e avenida de fluxo intenso – resiste um significativo fragmento do bairro de Afogados apartado da vida cotidiana da cidade. Poucos imaginam o que se espera ao se cruzar a intensa Avenida Sul e os muros da linha do Metrô do Recife. A poucos metros dessas barreiras é possível descortinar paisagens que são símbolos da cidade, como o Parque

dos Manguezais, a Ilha de Deus e o skyline de Boa Viagem. Mas não só isso. É possível também vivenciar relações comunitárias já perdidas em boa parte da cidade, por grupos de pessoas que mantêm íntima relação com a natureza hídrica desse lugar ou com antigas formas de se morar no Recife.

O desenvolvimento desse território foi gerado pelas atividades industriais e de logística hoje bastante reduzidas e com edificações desocupadas e ociosas. À margem de um relativo deserto, chama a atenção de quem percorre este território a apropriação das ruas de alguns pontos do Pontal. De um lado a Vila Irene, como seu ar de Recife congelado nos 1950, em que festividades se comemoram na rua, reunindo famílias e amigos. Em outro extremo a Vila Sul, como se denomina uma recente ocupação informal, em que a vida íntima transborda para o coletivo e faz da rua, extensão da casa. De um lado, a vida comunitária pede para não ser esvaziada com o fim das atividades que deram sentido à urbanização desse trecho da cidade. Do outro, há o pedido para que a vitalidade urbana, tão valorizada por Jacobs (1961), tenha um lastro de qualidade — meio-fio, asfalto, drenagem, saneamento, batismo de rua, número de imóvel, ... — e que a vila seja reconhecida legalmente como parte da cidade.

A aproximação do programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU/UFPE) com o “Pontal de Afogados” se deu justamente pela ocupação da Vila Sul. Em 2017 o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) buscou o professor Luís De La Mora e a Comunidade Interdisciplinar de Ação, Pesquisa e Aprendizagem (CIAPA), grupo de pesquisa pertencente ao MDU/UFPE, para que assessorassem o desenvolvimento de um projeto de urbanização da comunidade visando o processo de legalização fundiária. A Vila Sul é uma ocupação iniciada em julho de 2015, composta por cerca de 200 famílias que se desmembraram de uma outra ocupação existente nas proximidades, na linha férrea da extinta Rede Ferroviária Nacional (RFFSA). Dos desdobramentos dos movimentos para legalização da Vila Sul, a Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco (SPU/PE) exigiu, em 2019, que fosse apresentado um projeto de urbanização para a área, como condição para a concessão da posse provisória do terreno ao MLB e à comunidade.

Desde os primeiros contatos com o grupo de moradores da Vila Sul, os objetivos da universidade foram claramente explicitados: gerar reflexão e transmitir conhecimento a partir do apoio a necessidades reais trazidas por instituições, movimentos sociais e outros parceiros como o MLB. A aproximação com a problemática permitiu conhecer os atores que estão direta e indiretamente interessados no processo — comunidade, proprietários, instituições públicas e privadas, representações civis — a fim de contribuir para uma solução dialogada de projeto de renovação/requalificação do Pontal. A Oficina desenvolvida pelo MDU converge para enfrentar esse enorme desafio, que é pensar a (re)ocupação desse território, reutilizando áreas vazias e ociosas da cidade, em consonância com a vida urbana já presente e preservando a simbologia da paisagem urbana da Bacia do Pina.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira: Do Boom ao Caos**. São Paulo: Todavia, 2018.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2006.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2015

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Erminia. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva et al. **Quando a Rua Vira Casa: Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro**. Rio de Janeiro: IBAM/FINEP, Projeto, 1981.

6. ARQUITETURA SOCIAL COMO URBANISMO: UMA TERCEIRA VIA?

Enio Laprovitera

Arquiteto-Urbanista, Dr. em Études Urbains pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS/Paris).
Prof. de Projeto e coordenador do Fórum da Arquitetura Social da UFPE.

Se tivéssemos que escolher uma palavra para definir a intenção central do *Workshop do Pontal de Afogados*, escolheríamos, sem dúvida, a ideia de *terceira via*, pois esse parece ter sido um dos conceitos mais recorrentes e estruturadores dessa experiência de ensino de projeto.

Embora o termo seja originário do campo da política, indicando uma busca por um caminho alternativo entre a economia de mercado e as propostas mais marcadamente dependentes da intervenção estatal, a ideia de *terceira via* foi útil para refletir sobre alguns objetos que emergiram durante as atividades de projeto. Isso porque, o desenvolvimento dos trabalhos nos fez recorrer a conceitos, instrumentos urbanísticos, formas e tipologias urbanas e arquitetônicas que possibilitassem buscar um ponto de equilíbrio entre as fortes demandas vindas do mercado imobiliário, habitação social, mobilidade urbana e a marcante paisagem natural e urbana presentes no local de estudo: o Pontal de Afogados.

1) ENTRE TEORIA E PRÁTICA: PRÁXIS PROJETUAL

Em primeiro lugar, deve-se lembrar que a proposta pedagógica dessa experiência de ensino, orientou-se por uma espécie de *caminho do meio*, na medida em que se propôs a realizar uma reflexão no nível de pós-graduação, a partir de um *exercício prático-conceitual* de projeto. Além disso, buscou uma aproximação a um projeto de extensão circunscrito na graduação de arquitetura – o *Fórum da Arquitetura Social* – no sentido de abrir espaço para a

participação de alunos da graduação e outros professores e profissionais não oficialmente vinculados à pós-graduação, criando assim, um ambiente de integração vertical de conhecimentos e, também, de articulação da universidade com o meio profissional exterior ao *campus*.

2) ENTRE MERCADO E ESTADO: VIABILIDADE ECONÔMICA COM QUALIDADE ESTÉTICA

Da mesma forma, a análise das potencialidades e fragilidades do lugar de estudo – o Pontal de Afogados – sugeriu intervenções que buscassem um ponto de equilíbrio entre a forte demanda do mercado imobiliário, as necessidades advindas da presença marcante de uma população de baixíssimos rendimentos, além da clara necessidade de reestruturação viária e criação de novos modais de mobilidade. Fato reforçado pela busca de uma *sensibilidade projetual* que pudesse romper, em certa medida, com o notório isolamento do referido pontal, fazendo conviver, de forma harmônica, o patrimônio arquitetônico existente – no pontal e no Bairro de Afogados – as novas edificações propostas e a exuberante paisagem natural do local de estudo.

O atendimento a esse *programa do lugar*, trouxe a hipótese da existência de uma *dualidade metodológica e tipológica*, entre, de um lado, as soluções usualmente utilizada nos projetos produzidos pelo mercado privado – cuja tônica é a racionalidade e eficiência técnica e econômica – e, de outro, as ideias normalmente associadas a uma intervenção pública, em que incluímos as especulações da academia, que parecem mais focadas na busca da qualidade espacial dos espaços e edifícios propostos.

Nesse contexto, chamou-se a atenção para que essa dualidade de abordagens, não implique, necessariamente, na afirmação de que os métodos, instrumentos e índices de racionalização de projetos, geralmente associados aos projetos elaborados sob a encomenda privada, sejam menos importantes no momento de se pensar o projeto realizado sob encomenda pública – e, também, a habitação popular – criando assim, no campo da

projeção, uma *oposição indevida* entre *racionalidade* e *busca de identidade e expressão estética*.

Por essa razão, todas as propostas apresentaram argumentos justificando a viabilidade do empreendimento, no sentido de também se tornarem objeto de interesse do mercado imobiliário, salvaguardando, evidentemente, a atenção para com a inclusão social e qualidade espacial arquitetônica, urbana e natural.

O dado emblemático dessa preocupação foi o destaque ao atendimento de uma demanda expressiva em habitação de interesse social – HIS, contida no atendimento a uma comunidade instalada no local, composta de 200 famílias, além de outra ocupação na adjacência imediata da área de estudo e que conta com cerca de mais 600 famílias.

Este programa preexistente de 800 unidades de HIS – bem quantificado e posto à prova da viabilidade do conjunto – traz também, uma importante *inversão de raciocínio*, pois não é incomum nas especulações de arquitetura buscar-se um *desenho ideal* sem uma clara preocupação com o atendimento quantitativo de índices e demais características das tipologias e unidades habitacionais e comerciais, previamente estabelecidos.

Além do mais, deve-se lembrar de que essa ênfase em análises quantitativas e científicas de racionalização de projetos tem seu espaço no pensamento sobre a habitação popular, bastando citar, aqui no Recife, o pioneiro e emblemático estudo intitulado *Manual do Projeto de Habitação Popular*, então coordenado pelas professoras da UFPE, Mônica Raposo e Maria Ângela Souza, desenvolvido no início dos anos 1980, no âmbito da Secretaria da Habitação do Estado de Pernambuco. Lembraríamos ainda, a apropriação dessas preocupações – quantificação e racionalização de espaços com acoplamento de tipologias – no âmbito da obra de um dos marcos da habitação popular no Brasil: o arquiteto Demetre Anastassakis. Fatos esses, aliás, mais do que suficientes para mostrar que os métodos e estudos sobre *racionalização* não são incompatíveis com os que buscam a *expressividade e qualidade estética* da arquitetura.

3) ENTRE EDIFÍCIO (LOTE) E ESPAÇO PÚBLICO(CIDADE): ARQUITETURA URBANA

As características de isolamento do local de estudo, composto de grandes glebas industriais que segregam as vias e a cidade da sua paisagem natural, somadas ao traçado também segregador da linha de metrô existente, parecem ter induzido os participantes a buscarem formas e tipologias urbanas e edíficas que garantam a *permeabilidade* e a *multiplicação da vida urbana*. Essa estratégia, comum a todos os trabalhos desenvolvidos, revelou, na verdade, um entendimento que busca romper com a tradicional dualidade entre intervir no *lote* e intervir no *espaço público*, pois recorreu-se a tipologias de edifícios que em si criam espaço público – ou, como diz Vigliecca, *vazios consistentes* – e que não hesitam em se oferecer como espaços de *promenade*, tal como vemos, por exemplo, nas propostas que se utilizaram da clássica solução do *edificio-passagem* e outras configurações do tipo *eixos* ou *boulevards peatonais*.

Vale ressaltar ainda, que, se é verdade que as propostas evitaram resolver os problemas diagnosticados tendo por base os limites estritos do lote, recorrendo, no mais das vezes, à já clássica solução da *quadra aberta* – recentemente revalorizada no estudo de Portzamparc – observa-se, também, a louvável preocupação em devolver a essa *quadra aberta*, na sua versão contemporânea, a lógica funcional e simbólica dos elementos urbanos expressos nas tradicionais ideias de esquina, meio de quadra, portal, utilizando-se, para isso, ou de novos elementos arquitetônicos, ou simplesmente da conservação e requalificação das edificações industriais pré-existentes. Dessa forma, os ambientes contemporâneos resultantes das intervenções parecem revelar uma sensibilidade que busca resgatar a *simbologia estética e funcional* das *idades históricas* – lição tão bem-relatada por Philippe Panerai no seu estudo intitulado *Formas Urbanas*.

4) ENTRE PRÉ-EXISTÊNCIA E NOVO: “O TERCEIRO TERRITÓRIO”

Essa interface entre estruturas preexistentes e novos elementos urbanos e arquitetônicos, trouxe para o *workshop* o conceito de *terceiro território*, ou seja, e como diz Vigliecca, o processo de adicionar novos elementos aos preexistentes, de forma que o ambiente final mude de natureza conceitual e estética. Idem para o uso de tipologias que em si formam espaços públicos (cidades) – retomado a ideia de *arquitetura urbana* de Rossi – situação que, mais uma vez, parece sugerir o abandono da dualidade entre intervir no lote ou intervir no espaço público.

5) ENTRE NARRATIVAS CIENTÍFICAS E LUTA POLÍTICA: HIS COMO QUESTÃO DE ESTADO

Por fim, perguntou-se também – em tom provocativo – se todas essas dualidades não repousam numa excessiva e equivocada distinção entre metodologias de projetar que, na verdade, devem ser vistas como complementares? E, ainda, se não estariam aí, na verdade, e por serem metodologias mais usadas, ora pelos profissionais mais posicionados no campo da encomenda privada, ora nos processos resultantes da encomenda pública – em que incluiríamos as especulações da universidade – uma *transferência mecânica* de elementos simbólicos do campo das disputas políticas para o campo das escolhas de métodos científicos de projeção? O que resultaria na também dicotômica e inútil oposição entre viabilidade econômica e qualidade espacial?

Por fim, e, no limite, pergunta-se ainda, se a reiteração dessas tentativas de demarcação de territórios do saber – enquanto métodos *opostos* de trabalho – não traria prejuízos para o trato de um tema tão complexo e sensível como é a questão da habitação social? Basta lembrar, de um lado, o gigantesco déficit habitacional brasileiro frente às disponibilidades de recursos historicamente destinados para esse fim, e de outro, a curiosa e paradoxal constatação de

que tudo isso se perpetua numa conjuntura histórica em que o principal programa de habitação social legado pelo mais recente governo de esquerda – o *Minha Casa Minha Vida* – traz a lógica empresarial de volta ao campo da projeção.

Quaisquer que sejam as respostas a essas questões, um fato a se pensar é que o mais importante programa de requalificação de favelas aconteceu no Rio de Janeiro, através do *Programa Favela-Bairro*, e que representa o resultado de um forte investimento intelectual de grupos de diversas matizes políticas e profissionais, e que deixou, naquela cidade, além de realizações emblemáticas, a mais importante *cultura projetual* em termos de escritórios de arquitetura dedicados ao tema das *favelas*.

REFERÊNCIAS

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean et DEPAULE, Jean-Charles – **Formas Urbanas. A Dissolução da Quadra**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PORTZAMPARC, Christian – **A Terceira Era da Cidade**. In Óculum Ensaio nº 9, 2009, Revista do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, Tradução de Dênio Benfatti, disponível em PDF no www.google.com.br.

RAPOSO, Mônica et SOUZA, Maria Ângela: SECRETARIA DA HABITAÇÃO/GOVERNO DE PERNAMBUCO – **Manual do Projeto de Habitação Popular: Parâmetros para Elaboração e Avaliação**. Recife: Secretaria da Habitação/Governo de Pernambuco. 1981.

ROSSI, Aldo – **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

VIGLIECCA, Héctor et ASSOCIADOS – **O Terceiro Território. Habitação Social e Cidade**. São Paulo: Vigliecca et Associados. 2014.

7. PONTAL DE AFOGADOS: QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Maria Ângela Souza

Arquiteta-Urbanista, Dra. em História pela UFPE. Profª. de Planejamento e Gestão Urbana do MDU/UFPE e coordenadora do Observatório PE - Núcleo Recife do Observatório das Metrôpoles / UFPE.

A Oficina Habitação+Cidade adota como objeto central a habitação social no contexto urbano e procura desenvolver uma abordagem pedagógica que propicie a reflexão da prática projetiva considerando a complexidade da cidade contemporânea. Parte da premissa que o uso residencial é um dos componentes mais importantes na produção e na expansão das cidades, uma vez que cada nova habitação requer uma nova parcela do solo urbano. Adota como objeto empírico o Pontal de Afogados, onde se localiza a comunidade Vila Sul - uma das 545 comunidades de interesse social do Recife, que se destaca no cenário nacional como uma das cidades mais socialmente desiguais do país, com um elevado percentual de moradias (mais de 60%)¹ nos seus espaços de pobreza.

A definição de conceitos e estratégias projetuais de arquitetura e urbanismo, visando uma intervenção no Pontal de Afogados, requer uma plena compreensão do objeto de estudo, uma vez que os projetos se efetivam por meio de intervenções na realidade, que envolvem questões institucionais e legais. Abordando essas questões, com referência ao Pontal de Afogados, alguns aspectos são destacados, a seguir, na perspectiva de contribuir para um maior conhecimento das condições existentes e potenciais da área objeto de estudo, visando a elaboração de um projeto de intervenção.

¹ Este dado tem como referência o Atlas das Infraestruturas Públicas das Comunidades de Interesse Social do Recife, contratado pela Prefeitura do Recife à Engeconsult (2014) e o Censo Demográfico de 2010 do IBGE.

1) A CONDIÇÃO FUNDIÁRIA

O Pontal de Afogados se constitui “terreno de marinha” e, como tal, compõe o quadro fundiário brasileiro e se encontra submetida à regulamentação especial da União², que detém o domínio pleno sobre essas terras, alienando apenas o domínio útil, mediante o regime da “enfiteuse”³.

Como os demais “terrenos de marinha”, o Pontal de Afogados é terreno público – por pertencer a um ente público – por ser de propriedade pública e não por ter uso público e de livre acesso a todos. Não têm uma destinação pública formalmente definida, como as terras de livre acesso a todos, tais como praças, ruas, praias, etc., bem como as terras de uso especial, destinadas a atividades da administração pública, tais como escolas, hospitais, prédio de serviços públicos, etc. Assim, o Pontal pode ser utilizado para fins privados, seja por parte do setor empresarial, com implantação de condomínios residenciais, hotéis, restaurantes, shopping centers, etc., mediante o pagamento de taxas; seja por parte da população mais carente, como espaço de moradia daqueles que utilizam essas terras como necessidade de sobrevivência. Para tais moradores a lei em vigor dispensa o pagamento de taxas, mediante o instrumento jurídico da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia⁴.

2) A GESTÃO PÚBLICA DE INTERESSES DIVERGENTES

As ocupações dos “Terrenos de Marinha” reproduzem as estratégias de maximização do lucro, que caracterizam a produção imobiliária recente no Recife, sob a égide do capital financeiro. Tais estratégias vêm se modificando, a partir da segunda metade da década de 2000, deslocando os interesses dos grandes empresários do setor imobiliário para empreendimentos de grande escala.

² As “Terras de Marinha” foram definidas por lei (Sec. XIX) para defesa da costa brasileira e posteriormente incorporadas ao patrimônio nacional. (SOUZA, 2002, 2010).

³ Enfiteuse é um direito real em contrato perpétuo, alienável e transmissível para os herdeiros, pelo qual o proprietário atribui a outrem o domínio útil de imóvel, contra o pagamento de uma pensão anual – o aforamento. (SOUZA, 2002).

⁴ Ver Lei No 9.636 de 15.05.1998 e Medida Provisória No 2.220 de 04.09.2001.

Mudanças recentes se dão na difusão de novos padrões habitacionais e nas inversões imobiliárias, ambos destinados aos grupos de alta e média renda, por meio da produção de megacondomínios verticais e horizontais, com seus aparatos de isolamento, que se apoiam em um conjunto de infraestrutura que congrega itens de lazer e segurança privada e privilegiam o contato com a natureza. São aspectos que se mercantilizam, compondo os argumentos de venda.

Alguns projetos no Recife, já construídos (as torres gêmeas, no Cais de Santa Rita) ou em curso (os empreendimentos do Cais José Estelita), utilizam a frente d'água, com seu potencial paisagístico, como atrativo. E o interesse de empresários no Pontal de Afogados segue nessa direção.

Outro aspecto importante a destacar nas mudanças recentes do setor imobiliário empresarial local é a tendência à fusão de interesse e de capitais, quando o setor imobiliário se soma a outros capitais, como o fundiário, o industrial, o turístico, entre outros. No caso do Pontal de Afogados, é possível que foreiros de terrenos, onde se encontram instalados galpões industriais, tenham interesse na mudança do uso industrial para residencial, associando-se aos empresários do setor imobiliário.

Nesse sentido, para a elaboração de um projeto para o Pontal de Afogados, torna-se de fundamental importância a identificação dos distintos interesses divergentes, com suas diferentes perspectivas de direito à cidade, a que se encontra submetida a área objeto de estudo, envolvendo, em especial: os foreiros formalizados; os moradores da comunidade Vila Sul, que ocupam informalmente o Pontal; os empresários que se interessam pela área para expansão de investimentos imobiliários, devido ao seu potencial paisagístico; o poder público federal, por meio do Serviço de Patrimônio da União (SPU), que detém o poder de alienação desses imóveis, cuja propriedade plena é intransferível; e o poder público municipal, que busca formas de gestão dos diversos interesses, sem minimizar a possibilidades de ganhos tributários sobre possíveis empreendimentos imobiliários a serem viabilizados.

A análise de propostas apresentadas pela gestão pública municipal, elaboradas na perspectiva de mediar os diferentes interesses em torno do Pontal de Afogados, é, também, um outro aspecto fundamental a ser considerado no processo de elaboração de um projeto para o Pontal de Afogados, especialmente as que se referem às possíveis mudanças nos parâmetros urbanísticos da legislação em vigor, bem como às propostas de reforma urbana para ampliar condições de acessibilidade à área.

3) OS INSTRUMENTOS LEGAIS INCIDENTES E DISPONÍVEIS

O Pontal de Afogados está submetido a diversas leis que incidem sobre seu território, bem como é passível de aplicação de instrumentos urbanísticos-normativos, envolvendo diferentes aspectos. A análise desse arcabouço jurídico é imprescindível para fundamentar as propostas de mudança na área.

As condições de ocupação do território são regidas pelas leis que definem parâmetros urbanísticos em função dos usos urbanos⁵; por aquelas que definem faixa de preservação permanente ao longo dos cursos d'água⁶; e por resolução que define os casos excepcionais em que o órgão ambiental competente pode autorizar a redução desta faixa de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, para os casos de assentamentos de baixa renda (como o da Comunidade Vila Sul), possibilitando a regularização fundiária em novos termos⁷.

Os instrumentos urbanísticos-normativos disponíveis para potencial utilização na área objeto de estudo, ao contrário, são aplicados mediante proposição, visando viabilizar investimentos e consolidar propostas. Na perspectiva de indução ao desenvolvimento, alguns instrumentos podem ser aplicados, em sequência, se o objetivo é impulsionar a utilização de terrenos vazios ou com imóveis de usos ociosos, que possam se configurar

⁵ Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 16.176/96, com incorporações do Plano Diretor dado pela Lei nº 17.511/2008.

⁶ Lei Federal nº 4771/1965, modificada pela Lei Federal nº 7803/1989, reafirmada pela Resolução Conama nº 303/2002, porém com maiores restrições na Lei Municipal nº 16930/2003 - Código Meio Ambiente do Recife.

⁷ Resolução Conama nº 365/2006.

como reserva de valor por parte dos proprietários; outros são aplicáveis na perspectiva de compensar proprietários⁸ ou estimular empreendimentos privados, de modo a socializar custos e benefícios⁹; e, outros, viabilizam, por meio de ações cooperadas, a urbanização da área ou de trechos dela¹⁰. Há outros instrumentos importantes de gestão urbana, seja para garantir a preferência do poder municipal em caso de alienação do terreno¹¹, seja para prevenir impactos indesejados na urbanização¹². Ressaltam-se, também, os instrumentos de regularização fundiária e urbanística da área, aplicáveis ao conjunto da área, enquanto “Terreno de Marinha” e, em especial, à comunidade de interesse social Vila Sul¹³.

4) ALGUNS DESAFIOS PARA INTERVENÇÃO NO PONTAL DE AFOGADOS

A título de conclusão, são apontados alguns desafios para a elaboração do projeto do Pontal de Afogados, levando em consideração as questões institucionais apresentadas. O primeiro desses é a busca de soluções para atender aos diversos interesse em torno da ocupação do Pontal, visando mediar os possíveis conflitos e levando em consideração três aspectos: (1) a viabilização do direito à moradia da Comunidade Vila Sul e, se possível, das famílias da ocupação da Linha Férrea Sul, utilizando princípios projetuais de racionalidade do uso do solo urbano, para possibilitar maior número de moradias no espaço atualmente conquistado pela Comunidade Vila Sul¹⁴; e propondo instrumentos urbanísticos normativos capazes de regularizar as famílias residentes em termos fundiários e urbanísticos; (2) a salvaguarda do direito dos foreiros regularizados,

⁸ Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios; Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo; Desapropriação com Pagamento em Títulos da Dívida Pública.

⁹ Outorga Onerosa do Direito de Construir; Transferência do Direito de Construir, os quais trazem implícitos o Direito de Superfície.

¹⁰ Operações Urbanas Consorciadas; Consórcio Imobiliário.

¹¹ Direito de Preempção.

¹² Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV.

¹³ Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia; Concessão do Direito Real de Uso; Zonas Especiais de Interesse Social.

¹⁴ Consultar, como sugestão, o Manual do Projeto de Habitação Popular. (ANDRADE; SOUZA, 1981).

considerando as possibilidades de mudança de uso de suas áreas e de interesse dos mesmos em novos empreendimentos, aliados ou não a empresas do setor imobiliário; (3) a possibilidade de participação do setor empresarial imobiliário em investimentos na área, entendendo tal participação como uma oportunidade de rentabilidade para a cidade, que interessa ao poder público municipal, mediante a produção de espaços que financiam os custos urbanos, por meio de aplicabilidade de instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento, com possibilidade de subsidiar os espaços de moradia social.

A identificação de instrumentos urbanísticos normativos que melhor respaldem o projeto de intervenção no Pontal de Afogados, é outro desafio a ser destacado, levando-se em conta o potencial que esses instrumentos constantes do arcabouço jurídico em vigor oferecem para viabilizar propostas urbanísticas de renovação, estruturação e expansão urbana.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mônica; SOUZA, Maria Angela. **Manual do Projeto de Habitação Popular. Parâmetros para Elaboração e Avaliação de Projetos.** Recife, Sehab, 1981.

SOUZA, Maria Angela. O Recife das "Terras de Marinha" In **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, n°. 59, Jan, 2002, pp. 127-145.

_____ Loteamentos e Assentamentos de Gênese Ilegal na Região Metropolitana do Recife. Descompasso entre o arcabouço jurídico e a realidade social. In BOGUS, L.; RAPOSO, I.; PASTERNAK, S. (orgs.) **Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise comparativa Portugal-Brasil.** São Paulo: EDUC, 2010, pp. 223-250.

8. POR UM PENSAMENTO DIGITAL EM ARQUITETURA SOCIAL

Max Andrade

Arquiteto-Urbanista, Dr. em Arquitetura e Construção pela UNICAMP/TECHNION.

Prof. de Expressão Gráfica da UFPE e MDU.

O CONTEXTO DO WORKSHOP DO PONTAL DE AFOGADOS

A realização de um workshop como estratégia de trabalho para uma oficina de projeto de arquitetura e urbanismo vinculado com uma abordagem de investigação de habitação e cidade permitiu uma articulação no processo ensino-aprendizagem, da teoria (investigada e discutida em diversas disciplinas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU) à prática de fazer o projeto. Esse tipo de atividade de ensino aparece como o momento de proposição especulativa dos alunos do MDU na resolução de problemas urbanos locais. Por meio da proposição de soluções para diferentes problemas urbanos especulados, diagnosticados e analisados no MDU, o workshop desenvolveu alguns projetos urbanos, mais ou menos visionários, mas que atendem às demandas sociais tendo como base um arcabouço teórico-conceitual investigado neste programa.

Ao longo do workshop uma abordagem metodológica apoiada na imersão no ateliê permitiu uma série de reflexões que foram expressas nos trabalhos dos alunos, resultado de práticas de projeto apoiadas em discussões, apropriações e transformações do conhecimento em projeto conceitual de espaço edificado.

Durante os processos de trabalho as equipes de alunos que compuseram o workshop desenvolveram propostas distintas com abordagens diferenciadas sobre o mesmo problema. Cada equipe procurou resolver de maneira criativa os problemas de projeto, com ricas explorações de ideias para a solução do problema urbano.

Essa criatividade de como encarar um problema e traçar soluções é balizar para qualquer projetista que lida com um problema na magnitude da escala urbana, como presente nesse tipo de intervenção. Porém, o que se observa na sociedade contemporânea é um aumento gradual das complexidades do problema de projeto no espaço construído. Dentro desse ponto de vista novas metodologias de pensar e encarar o programa do projeto e de propor e avaliar soluções devem ser consideradas dentro do panorama contemporâneo da arquitetura e urbanismo.

Dentro desse viés cabe tecer algumas considerações sobre novas possibilidades de explorar o problema urbano a serem pensadas para os próximos ateliês. Possibilidades essas que se apoiem nas tecnologias digitais da era do conhecimento, mas sem deixar de lado a questão da ação reflexiva, baseados em conceitos e teorias bem fundamentadas e numa postura ética e social. Esse talvez seja um caminho interessante para se chegar mais rapidamente à “Uma Terceira Via” .

O CONTRAPONTO: O PROJETO DIGITAL

Compreender a complexa relação entre concepção de projeto e uso de tecnologia é cada vez mais importante para a sobrevivência no campo da arquitetura e urbanismo no século XXI (ZAWIDZKI, 2016). Neste século, o conhecimento vem cada vez mais da nossa capacidade tecnológica de coletar, associar e conectar informações (SERRES, 2003). Aqui, a qualidade do espaço arquitetônico e urbano está também na capacidade exponencial do projeto de incorporar parâmetros variados obtidos de diferentes fontes de conhecimento em intrincados sistemas computacionais, resultando em processos iterativos e colaborativos (SPRECHER; AHRENS, 2016). Nesse contexto, a tecnologia deve ser compreendida como um meio de comunicação e não necessariamente como o

instrumento de tomada de decisão (AKSÖZ, 2020), que deve estar apoiada em práticas reflexivas como às experimentadas durante o Workshop.

Na medida em que novos métodos, técnicas e ferramentas digitais de previsões ricas de desempenho do ambiente construído são incorporados no processo de projeto, transformando-os em parâmetros de projeto, uma base de conhecimento ampliará ainda mais o poder do projeto, para uma estrutura baseado no desempenho (BERNSTEIN, 2018). Métodos de projeto que integram tecnologias de aprendizado de máquina com heurísticas, por exemplo, poderão ampliar a capacidade de respostas do projeto no ambiente construído, tornando-os mais sustentáveis (AKSÖZ, 2020). Dentro desse universo a exploração criativa será, conseqüentemente, expandida para um processo rico em informações (AKSÖZ, 2020).

O grande desafio nesse momento está em compreender e aceitar a tecnologia digital como um meio de auxílio ao processo criativo. Essa atitude, segundo Walliss e Rahmann (2016), se contrapõe a três questões consolidadas na prática tradicional de projeto: a compreensão da criatividade como empreendimento humano; a suposição de que uma conexão não mediada entre a mão e o cérebro presente no ato do desenho do projeto resulta nas ideias mais fundamentais do projeto; e, a crença de que a tecnologia distancia o projeto do mundo real. Walliss e Rahmann (2016) complementam afirmando que esse ponto de vista ainda é amplamente presente na academia, o que se reflete por inúmeras publicações e ensaios nos últimos anos que vinculam “a criatividade ao desenho à mão” .

Essas práticas convencionais de projeto caracterizam-se por um processo linear de busca de conhecimento, iniciando com o desenvolvimento de um esboço inicial do projeto, com a posterior otimização das soluções. Nesse último estágio as soluções otimizadas podem resultar em soluções contrárias às aspirações definidas nos estágios iniciais. Esses caminhos do projeto à produção podem gerar desperdício considerável em retrabalho, com uma desigual distribuição do tempo, reduzindo a investigação de possíveis novas abordagens e soluções. (AKSÖZ, 2020).

Enquanto esse processo de projeto arquitetônico, da era pré-digital é de contemplação cuidadosa, cálculo limitado, intuição baseado na experiente profissional e julgamento, o arquiteto e urbanista da era digital pode contar com uma variedade de instrumentos analíticos, de simulações, de melhoria da capacidade de visualização e principalmente de morfogênese, o que aprimoram a compreensão de um projeto emergente e preveem o seu desempenho final (BERNSTEIN, 2018).

Da prática baseada no desenho à mão passando pelo desenho no computador (Computer Aided Drawing) e pela modelagem da informação (City/Building-Information Modeling), agora se inicia uma nova era tecnológica do projeto. Esta, segundo Bernstein (2018), caracteriza-se pelo projeto algorítmico combinado com o Big Data. O termo Big Data reflete muito mais que quantidade, em vez disso, descreve dados que podem ser considerados e gerados continuamente, buscando um escopo exaustivo, refinado e flexível a ser aplicado na escada urbana ou do edifício, por exemplo. A possibilidade de acesso e uso desses dados dá ao projeto urbano a capacidade de ampliar os horizontes da compreensão do problema e pode auxiliar na investigação de como resolvê-lo (WALLISS; RAHMANN, 2016).

Mas como essas práticas digitais podem ser incorporadas em projetos urbanos? Para Araabi (2016) e Bahrainy e Bakhtiar (2016) diferentes teorias urbanas resultam em diferentes processos de projeto urbano. E, como consequência, Al-Douri (2018) mostra que de acordo com o processo de projeto são necessárias técnicas e ferramentas digitais específicas para serem usadas em diferentes processos. Além do mais, nas diferentes etapas de desenvolvimento do projeto urbano podem ser identificados diferentes métodos, técnicas e ferramentas de projeto digital.

Nesse aspecto Behmanesh e Brown (2019) analisam como diferentes pesquisadores usam técnicas e ferramentas de projeto urbano digital durante as etapas do projeto e propõem uma classificação de abordagens metodológicas, usadas ao longo das etapas do projeto, em quadro categorias: Coleta de dados, com levantamento das condições existentes (naturais, construtivas e socioeconômicas); Análise de dados (identificação das

oportunidades e limitações), formulação de metas e objetivos; Geração de conceitos, transformação dos conceitos em possíveis soluções viáveis e avaliação de soluções alternativas; Tradução de soluções em políticas, planos, diretrizes e programas. Essas etapas correspondem respectivamente às quatro fases do processo de projeto proposto pelo RIBA Practice and Management Handbook (CUESTA et al., 2012): Assimilação, Geração de Estudo, Desenvolvimento e Comunicação.

O que se pode observar é que em cada uma das etapas do projeto urbano diferentes abordagens metodológicas poderão guiar o uso de técnicas e ferramentas digitais, com os mais variados objetivos. No que tange o uso de ferramentas Behmanesh e Brown (2019) identificaram no meio acadêmico e de pesquisa sete principais aplicativos mais usados em disciplinas de desenho urbano: Esri CityEngine, CityPlanner, Modelur, Space Syntax (DepthmapX & QGIS), Urban Modeling Interface (UMI), ArcGIS e UrbanFootprint.

Essas ferramentas citadas acima precisam estar vinculadas às técnicas e métodos de projeto urbano, que de acordo com o escopo do projeto e o conceito que o embasa poderão variar muito no seu emprego. Zawidzki (2016), por exemplo, propõe um método para avaliar a legibilidade de espaços urbanos por meio de uma ferramenta automatizada chamada Automated Geometrical Evaluation (AGE). Yesilnacar e Hunter (2004) propõem o uso de redes neurais na questão do mapeamento de áreas susceptíveis de deslizamento de terra e como sistema de suporte à decisão de projeto.

Ao analisar o Phase shifts Park Walliss e Rahmann (2016) mostram como a modelagem paramétrica associado à processos performativos transformou a atividade de projeto de um viés preditivo para uma abordagem diretiva situada entre a análise e formação, colocando o arquiteto e urbanista dentro de uma nova relação entre projetista, informação de projeto e processo de projeto. Esses mesmos autores ao analisar o Gardens by the Bay mostram que os projetistas partiram de dois caminhos: de um lado para uma abordagem baseada na simulação computacional no processo de projeto para testar o desempenho das soluções; e, de outro, na prototipagem física e digital de sistemas urbanos para emergir, testar e explorar o processo de intervenção urbana, tendo como base dados em tempo real com feedbacks interativos em uma abordagem baseada na modelagem paramétrica de projeto.

Christoforetti et al. (2018) no desenvolvimento de um projeto urbano para o Boston Business District discute o uso do Big Data em processos computacionais emergentes de ampliação do entendimento e tradução de contexto aos processos de criação no espaço em resultados que sejam relevantes e significativos. No sentido de permitir conectar criticamente com o contexto sociocultural e ambiental.

Esses poucos exemplos apresentados acima mostram experiências pontuais em desenho urbanos, cada vez mais comuns na prática de projeto digitais emergente. Essas experiências usam o meio digital para coleta e processamento de dados, análises e geração de soluções de projeto urbano contemporâneo.

Aqui se deve considerar, todavia, que o uso de técnicas e ferramentas da era digital precisa estar apoiado em processos bem fundamentados de análise de projeto urbano. Estas devem se basear em conceitos e teorias fundamentadas em valores e princípios éticos, que balizem a sociedade e o espaço urbano. Nesse aspecto, a qualidade das discussões e visões colocadas no Workshop do Pontal de Afogados são as bases para um desenho urbano que preze como critério de desempenho essencial a sustentabilidade econômica e ambiental, a qualidade de vida da população e a preservação da cultura local. Sem esses critérios fundamentais qualquer abordagem de projeto urbano digital perde o elemento mais essencial.

REFERÊNCIAS

AKSÖZ, Z. Multiple Criteria Design Exploration in the Early Design Phase. In: SHEIL, B.; THOMSEN, M. HANNA, M. (org.) **Design Transactions: Rethinking Information Modelling for a New Material Age**. Ed. UCL Press, 2020.

AL DOURI, F. The Employment of Digital Simulation in the Planning Departments in US Cities. In: **eCAADe 2018** : proceedings of the 36th International Conference on Education and Research in Computer Aided Architectural Design in Europe, Łódź , Poland, September 2018. Vol. 1, Computing for a better tomorrow, p. 539-548, 2018.

ARAABI, H. F.: 2016, **A Typology of Urban Design Theories and its Application to the Shared Body of Knowledge**. In: *Urban Design International*, 21. P.11-24. 2016.

BAHRAINY, H.; BAKHTIAR, A. **Toward an Integrative Theory of Urban Design**, Cambridge, MA: Springer, 2016.

BEHMANESH, H.; BROWN, A. CLASSIFICATION AND REVIEW OF SOFTWARE APPLICATIONS IN THE CONTEXT OF URBAN DESIGN PROCESSES. In: **CAADRIA 2019**: Intelligent & Informed, Proceedings of the 24th International Conference of the Association for Computer-Aided Architectural Design Research in Asia, Volume 2., 2019. p.211-220.

BERNSTEIN, P. Foreword. In PETER, B., PETERS, T. **Computing the Environment: Digital Design Tools for Simulation and Visualisation of Sustainable Architecture**. Ed. Wiley. 2018.

CHRISTOFORETTI, E.; COHEN, W.; COHEN, Y.; RIFE, S.; ZHANG, J. Big data for small places: systematizing the functional use of complex and sizable data sets in daily practice. In: CANTRELL, B.; MEKIES, A. (Org.) **Codify: Parametric and Computational Design in Landscape Architecture**. London e New You: ed. Routledge 2018. P. 77-88.

CUESTA, R., SARRIS, C., SIGNORETTA, P. and MOUGHTIN, J. **Urban Design: Method and techniques**, Routledge. 2012.

SERRES, Michel, 'Nouvelles Limites de l'Humain' In: NIVAT, G. (ed.), **Rencontres Internationales de Genève**, Geneva: Éditions L'Âge d'Homme, 2003. p 13–26.

SPRECHER, A., AHRENS C. Adaptive Knowledge in Architecture: In: FOK, W., PICON, A. (Org.) **Digital Property**. Architectural Design, no. 243, 2016.

WALLISS, J.; RAHMANN, H. **Landscape Architecture and Digital Technologies: Re-conceptualising design and making**. New York and London: Ed. Routledge,. 265p. 2016.

YESILNACAR, E.; HUNTER, G. Application of Neural Networks for Landslide Susceptibility Mapping in Turkey. In: LEEUWEN, J.; TIMMERMANS, H. (Org.) **Recent Advances in Design and Decision Support Systems in Architecture and Urban Planning**. New York: Kluwer Academic Publishers, 2004. P. 3-18.

ZAWIDZKI, M. **Discrete Optimization in Architecture & Urban Layout**. Cambridge, MA: Springer, 2016. 105p.

9. DEPOIMENTO ARQ. ROBERTO GHIONE

Arquiteto-Urbanista, Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina) e Ex-presidente do IAB - PE.

Pensar a cidade através do projeto, considerando suas potencialidades e limitações, e atendendo ao compromisso social de beneficiar, incluir e integrar todas as pessoas e defender o interesse geral, é (ou deveria ser) o campo principal de atuação de arquitetos e urbanistas: arquitetura, cidade e sociedade integradas genuína e participativamente.

Esses parecem ser os princípios e valores que orientam as ações da Oficina Habitação+Cidade, disciplina do MDU/UFPE. Jovens e entusiastas arquitetos e urbanistas analisam um fragmento urbano e formulam hipóteses e conclusões que são traduzidas em diretrizes básicas de um Masterplan, orientado a qualificar urbanística e socialmente a área em estudo.

Em definitivo, fazer cidade - objetivo central do trabalho do arquiteto - tal como realizado e consolidado ao longo da história das cidades, hoje parece deturpado na nossa realidade pelo predomínio do lucro imobiliário nas intervenções urbanas.

Ideias de cidade traçadas em estratégias de atuação válidas e demonstrativas das inúmeras opções possíveis de qualificação urbanística, muito diferentes do que podemos ver no dia a dia do desenvolvimento da cidade. Oficina de utopias, de sonhos que merecem ser intensamente sonhados, até transformá-los em realidade.

10. DEPOIMENTO ARQ. CÉSAR BARROS

Arquiteto-Urbanista e Filósofo, Msc. em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e experiência profissional com assentamentos precários e planos diretores.

As metrópoles contemporâneas apresentam problemas imensuráveis que só uma mudança radical de paradigmas e posturas, poderia sanar o estado de letargia em que se encontram. Nesse contexto, a utopia é o contraponto do caos consolidado, mostrando possibilidades diversas, que sugerem um desenho de cidade com maior responsabilidade.

A utopia como método, é um exercício necessário para se repensar o desenho urbano. Ferramenta importante no desenvolvimento de processos para a construção de cidades mais confortáveis e misturadas. Essas prerrogativas são percebidas na Oficina Habitação + Cidade, disciplina do MDU/UFPE, onde os alunos estudam um recorte urbano e propõem alternativas de melhoria espacial e social, através de diretrizes e cenários diversos.

As equipes desenvolveram soluções transformadoras, entre o mundo das ideias e o mundo real. O pensamento utópico permitiu que fosse conhecida a essência da localidade em estudo, nas várias temáticas que dizem respeito à ambiência, mobilidade e dinâmica urbana. Nas propostas apresentadas, percebe-se o diálogo entre o pensamento crítico atual e o desenho urbano, determinando a interface entre os conceitos e a prática profissional, de forma holística.

Sem ignorar o processo de mercantilização das cidades e a acéfala e autofágica especulação imobiliária, a oficina evidencia que a utopia não significa o impossível. Ao contrário, ela possui uma carga crítica sobre o espaço e usuários, justificando as premissas das intervenções propostas. Procura revelar as possibilidades de melhorias a partir das potencialidades ignoradas pelo Estado e empreendedores, com ideias que podem virar realidade de imediato.

11. IMAGENS: SALA DE AULA E VISITA À ÁREA

11.1 ABERTURA E DEBATE TEÓRICO





11.2 VISITA À ÁREA











11.3 ASSESSORAMENTOS







11.4 APRESENTAÇÃO FINAL







12. PROPOSTA DAS EQUIPES

- 12.1 EQUIPE 1: CONECTAR CAMINHOS, REDESCOBRIR PAISAGENS
- 12.2 EQUIPE 2: CONFLUÊNCIA
- 12.3 EQUIPE 3: INTEGRAÇÃO MULTIESCALAR ATRAVÉS DA PAISAGEM
- 12.4 EQUIPE 4: ENTRENÓS

Barbara Rodrigues
Clara Guimarães
Eduarda Albuquerque
Karine Cortez
Natally Freire
Thalita Ribeiro

12.1 EQUIPE 1: CONECTAR CAMINHOS REDESCOBRIR PAISAGENS

MEMORIAL DESCRITIVO

Ao longo da última semana (entre os dias 14 e 18 de outubro) voltamos nosso olhar para um lugar pouco observado pela maioria da população recifense: o Pontal de Afogados. A área, localizada no bairro de Afogados, Zona Leste da cidade do Recife (PE), possui uma área total de 123.438,87 m² e caracteriza-se por se situar às margens do rio, fato que destaca a paisagem a que ela tem e dá acesso.

Além disso, o Pontal é um local muito estratégico em termos de localização, já que se situa em uma passagem importante entre a Zona Sul e o Centro da cidade e conta com importantes modais próximos, como o metrô. Ainda assim, pela presença do muro desse transporte o Pontal aparenta estar “seccionado” do restante do bairro, fato que se agrava pela ociosidade das antigas fábricas ainda instaladas no local e a pouca presença de uma dinâmica comercial mais intensa.

As comunidades que ocupam as laterais do Pontal atualmente – Vila Sul e Vila Edith – trazem mais vida para o espaço, mas também questões quanto à sua consolidação e a absorção de outras comunidades do entorno (ocupação da linha férrea). Vê-se que é necessário voltar o olhar a essa população que demanda por um lugar urbanizado, com qualidade, e a esse espaço que possui grande potencial econômico para a região.

Por essa leitura, o trabalho se desenvolveu em torno do conceito de conexão. A ideia central guiou-se a partir do fortalecimento da conexão do Pontal com o bairro de Afogados e com as demais localidades. O projeto tem como ponto de partida a eliminação das barreiras físicas existentes: a linha de metrô e as faixas expressas de veículos. Para isso, a primeira estratégia foi a inserção do VLT, um novo modal de transporte que inaugura uma rota alternativa da estação Largo da Paz até o bairro do Recife. A segunda estratégia foi a imersão de um pequeno trecho da Via Sul que permite a criação de um grande largo de conexão entre o Pontal e o bairro de Afogados.



Fotos da visita técnica, barreiras físicas e comunidade Vila Sul.
Fonte: Elaboração da Equipe 1.

Diante do nível de consolidação das comunidades locais e das relações pré-estabelecidas entre os moradores, o grupo optou por preservar as edificações existentes da Vila Edith e Vila Sul, mantendo suas características e tipologias, com exceção de um pequeno trecho da Vila Sul, onde no lugar de seus becos e palafitas foi proposto a abertura de um pátio de convivência, arborizado e que possibilita o retorno da conexão da comunidade com as margens do rio. Os terrenos cujas edificações ainda não foram construídas sugerimos que sejam feitas sob pilotis de forma que se permita uma maior fluidez do tecido urbano e da ventilação natural. Também foram preservadas algumas edificações públicas e dois galpões.

Pensando na precariedade das ocupações adjacentes da linha férrea, território atualmente ocupado por 600 famílias e local de onde partiram grande parte dos integrantes da Vila Sul, propomos disponibilizar outras formas de habitação social no espaço do Pontal por meio de edifícios de até 5 pavimentos. Pensou-se em equipamentos públicos, de lazer e sociais, como escola, posto policial, creche, posto de saúde, campo de futebol.



Fotos da visita técnica, do processo de criação e planta final.

Fonte: Elaboração da Equipe 1.

Em um esforço para resgatar e preservar as áreas nativas de manguezais, um parque linear foi construído nas margens do rio como forma de oferecer a população a possibilidade de usufruir dessa nova paisagem que passa a se conectar com a cidade e de seus espaços voltados para o turismo e o lazer.

Deslocar-se pelas cidades é requisito básico para o acesso e o desenvolvimento da maioria das atividades humanas, portanto, a mobilidade e acessibilidade foram aspectos explorados na proposta que visa a integração entre diferentes modais urbanos: VLT, metrô, barcos, automóveis, ônibus e uma longa ciclofaixa que permeia todo o parque e segue por um deck elevado até a estrada do Cabanga, além de todas as vias serem compartilhadas. Como a estação Largo da Paz fica paralela à Estação de metrô de Afogados, propomos a conexão desses dois modais por meio de uma longa via compartilhada entre pedestres e veículos que será requalificada com edificações de uso misto, de forma a dar maior dinamismo no território. Também propomos a conexão direta do Pontal com a Imbiribeira através de uma ponte, bem como, propomos o transporte fluvial como forma de conexão com a Comunidade Ilha de Deus e demais bairros da

cidade que podem ser acessados pelo rio. Dessa forma, o projeto prevê um píer de maior porte e outros de menor porte para as embarcações, e também para a contemplação da paisagem por todos.

Para a concretização do projeto são necessárias políticas públicas que deem suporte às intenções da proposta e, principalmente, recursos para sua construção e consolidação.

Acreditamos que a Operação Urbana Consorciada seja o instrumento urbanístico mais adequado para a viabilização do projeto. Pensando nisso, ofertamos diferentes espaços para o mercado imobiliário tanto na área do Pontal, com uma restrição de 5, 6 e 8 pavimentos, quanto no entorno imediato, onde será proposta uma requalificação urbana com novas edificações de uso misto com até 10 pavimentos. Reforçamos, no entanto, a necessidade de um programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada, a elaboração do estudo de impacto de vizinhança, do estudo de impacto ambiental, bem como que haja participação efetiva de todos os atores envolvidos na operação.

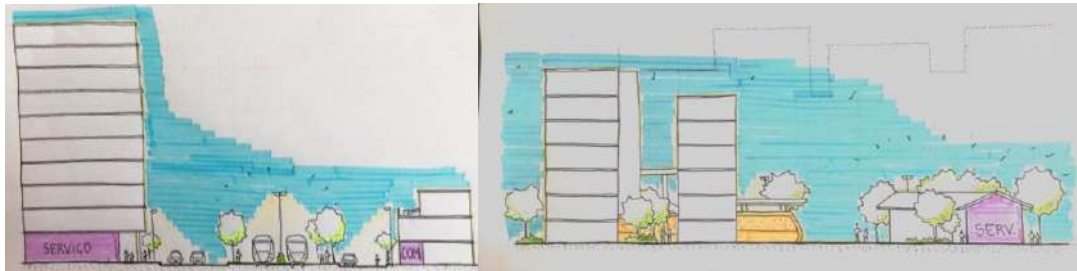


Foto dos cortes esquemáticos da requalificação de Afogados e do Pontal.
Fonte: Elaboração da Equipe 1.

As pranchas e cortes elaborados somam-se a apresentação de imagens e reforçam a intenção do grupo de trabalhar o Pontal de Afogados como uma área estratégica da cidade, ao incentivar suas conexões possíveis e resgatar/redescobrir a paisagem que ele abriga. Reforça-se também a defesa da manutenção das comunidades na tipologia em que eles se encontram pelo fato de eles já terem estabelecido uma relação identitária com a sua forma de habitação.



Foto do assessoramento e da maquete digital do Pontal de Afogados.

Fonte: Elaboração da Equipe 1.

O presente trabalho foi resultado da conexão de um grupo multidisciplinar, com formações e ideias diferentes, mas que encontraram um objetivo comum: resgatar a paisagem e as potenciais experiências no Pontal de Afogados, trazendo as comunidades já existentes como protagonistas do processo e respeitando a história - não tão curta - da relação desse território com a cidade do Recife.



**Conectar
Caminhos**

Redescobrir Paisagens

Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE
2019.2

Disciplina

Oficina I

Docentes

Prof. Bruno Lima
Prof. Ênio Laprovitera
Prof.^a Lúcia Veras
Prof.^a Maria Ângela Souza
Prof. Zeca Brandão

Discentes

Barbara Rodrigues
Clara Guimarães
Eduarda Albuquerque
Karine Cortez
Nataly Freire
Thalita Ribeiro

*Uma proposta de
Master Plan para o
Pontal de Afogados*





Área de intervenção: Pontal de Afogados

Bairro: Afogados

Zona Oeste do Recife/PE

Área total: 123.438,87 m²

Glebas: Ocupação Vila Sul (9.896,49 m²),

Empresa Entre Rios (15.458,42 m²)

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (12.120,33 m²)

Empresa Noraço (32.752,55m²)

Empresa Topázio (13.432,51 m² e 6.116,87 m²)

Tribunal de Justiça -TJ (4.453,27m²)

JB (6.524,17 m²) e

Vila Edith (3.911,40 m²).



Fonte: Elaboração da Equipe 1.

conexão

co·ne·xão

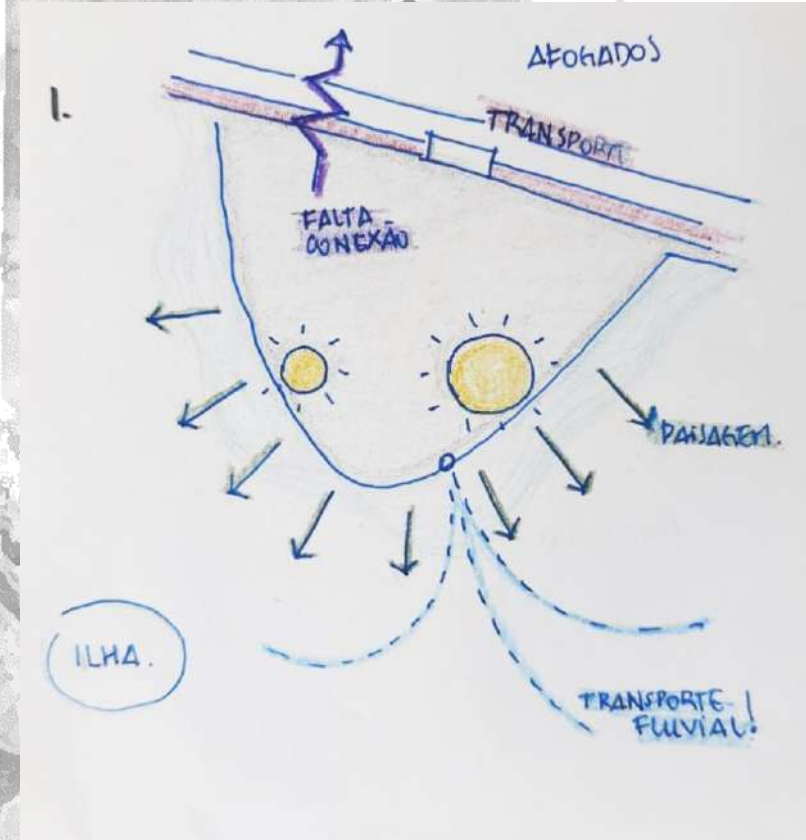
sf

1. Ato ou efeito de conectar, de ligar ou de unir; ligação, união.
 2. Aquilo que conecta, liga ou une.
 3. Relação lógica entre ideias ou fatos; coerência, nexos.
 4. Ponto de um itinerário onde se faz baldeação para prosseguir a viagem.
- (...)

Dicionário Michaelis, 2019



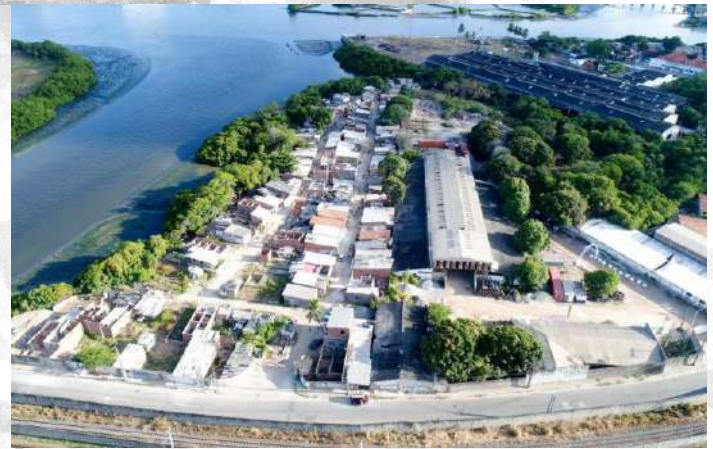
Fonte: Elaboração da Equipe 1.



Fonte: Elaboração da Equipe 1.

CONSOLIDAÇÃO

“E a cidade do Recife inchava, embebida daquela tinta grossa da miséria formando sua crosta de mocambos. A metrópole pernambucana ia virando uma **mocambópolis**. E foi por isso, na defesa de sua estética ameaçada, que o governador do Estado deu início a uma grande campanha contra os mocambos. Contra esta **lepra urbana** que ameaçava recobrir toda a beleza senhorial da capital do Nordeste toda a casta e fina nobreza dos seus antigos solares com estes sórdidos **borrões de miséria**. Mas, nesta campanha contra os mocambos, o governador não procurou analisar onde se assentavam as verdadeiras **raízes do mal**. Pensava ele que estas raízes estavam fincadas ali mesmo na lama dos **mangues** e que bastaria arrebentar estas raízes para que viesse a desaparecer a vegetação braba dos mocambos. Nem ele, nem seus auxiliares se davam conta que aquela vegetação dos mocambos, que brotava como uma **flor de lódo** na vasa dos mangues, tinha raízes que se alongavam pelo solo do país inteiro e pelo sub-solo de suas **estruturas sociais arcaicas**. Produto do feudalismo agrário que oprimia e explorava, há séculos, **toda aquela pobre gente que acabava, um dia, preferindo o fedor dos mangues ao fedor das malocas dos engenhos, das novas senzalas fracionadas em torno das novas casas-grandes.**” (CASTRO, 1967, p. 98).

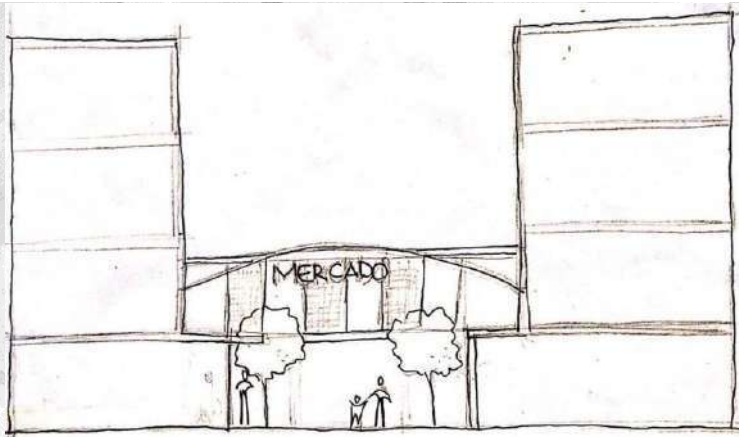


“Evocar a paisagem urbana é entrever, nos espaços do cotidiano, as situações e os momentos em que o próximo, familiar, burocratizado, contínuo e rotineiro espaço se torna visível, percebido e compreendido como uma experiência paisagística singular. Munidos pelo desejo de ver, nos engajamos a esse espaço, criamos laços, (re)configuramos distâncias, (re)desenhamos as fronteiras da cidade vivida.” (DIAS, 2015, p. 5)

P
A
I
S
A
G
E
M



Fonte: Elaboração da Equipe 1.



Fonte: Elaboração da Equipe 1.

DIÁRIO de PERNAMBUCO

DI EMPRESAS | POLÍTICA | BRASIL | MUNDO | ECONOMIA | SUPERSPORTES | LOCAL | VIVER | NOTÍCIAS | OPINIONÁRIOS

VIVER

MÚSICA

Projeto Memories faz estreia vibrante e eletrônica no Recife

Por: Emanuel Bento - Diário de Pernambuco
Publicado em: 18/08/2019 15:31 Atualizado em: 18/08/2019 19:42

mais lidas

- 23/10/2019 - 09h43 Mais de 30 toneladas retiradas de sete p...
- 20/10/2019 - 13h12 Morre o criminalist Bráulio Lacerda
- 20/10/2019 - 11h56 Petróleo chega às j...



<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/viver/2019/08/projeto-memories-faz-estreia-vibrante-e-eletronica-no-recife.html>



ACONTECE • BALADAS

Afogados vira point de festa de boys e girls da Cidade

9 de agosto de 2019 19:26 Sofia Alves

Festa Memories, com selo Carvalheira, será no espaço Fábrica
<https://robertajungmann.com.br/2019/08/09/afogados-vira-point-de-festa-de-boys-e-girls-da-cidade/>



IG @projetomemories

Fonte: Elaboração da Equipe 1.

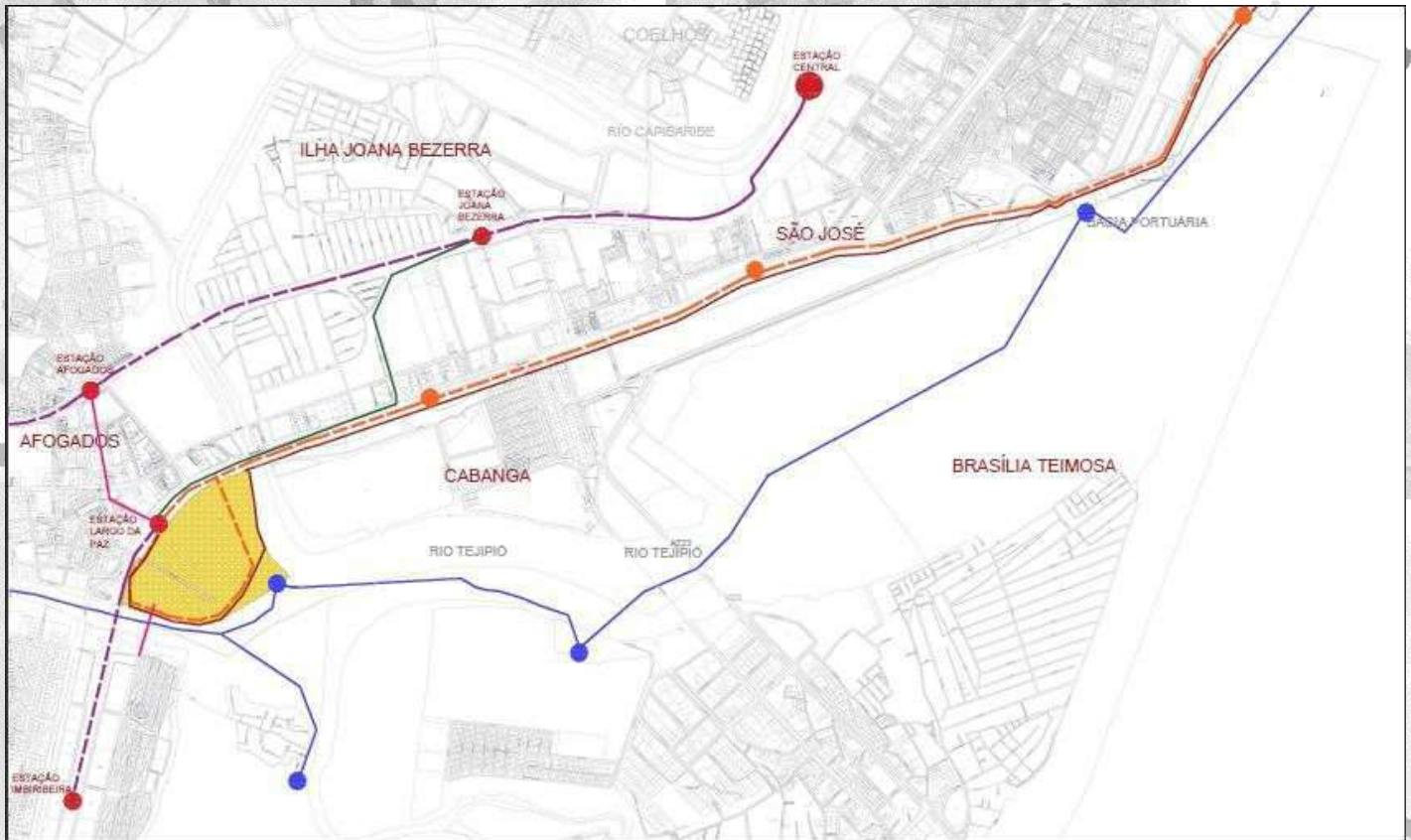


VISÃO & ESTRATÉGIAS

Fonte: Elaboração da Equipe 1.



Fonte: Elaboração da Equipe 1.



Fonte: Elaboração da Equipe 1.



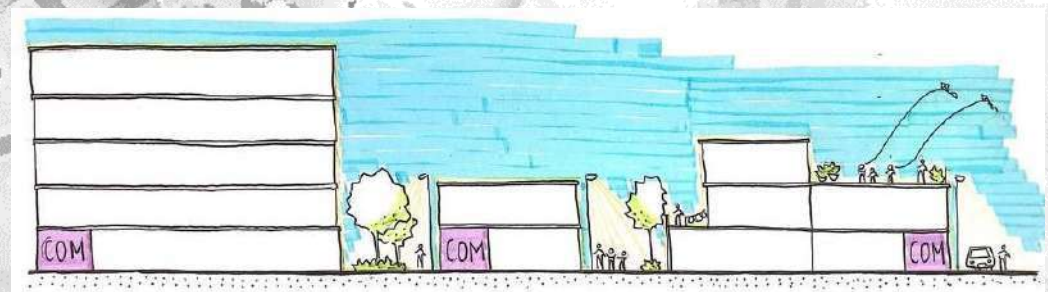
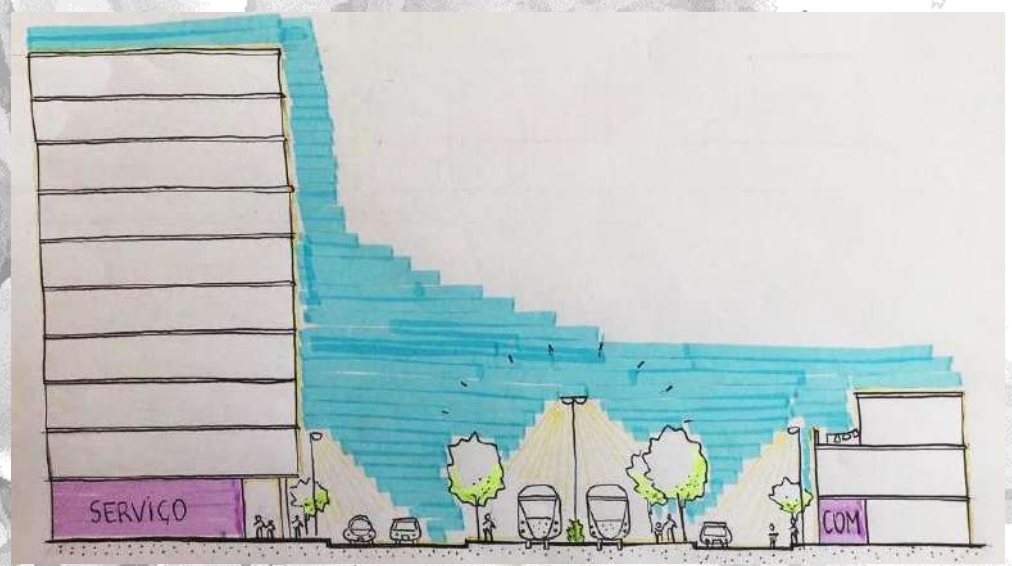
Fonte: Elaboração da Equipe 1.

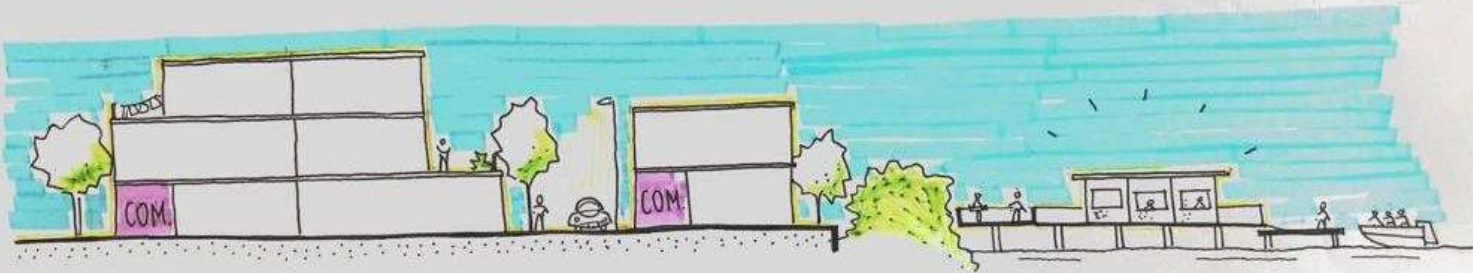
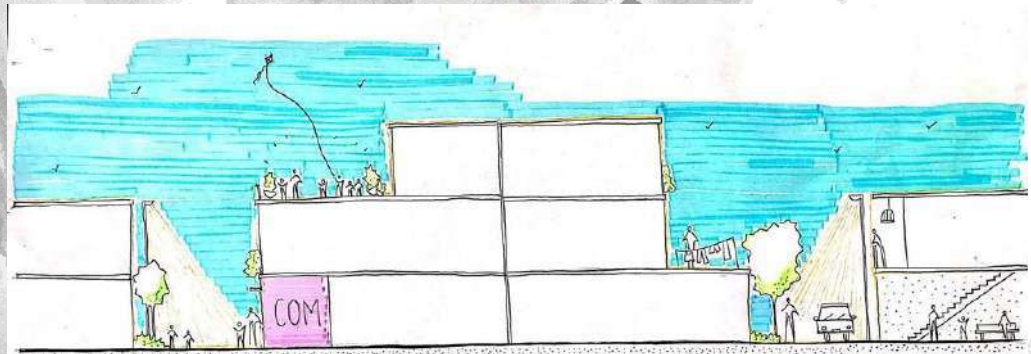


Fonte: Elaboração da Equipe 1.

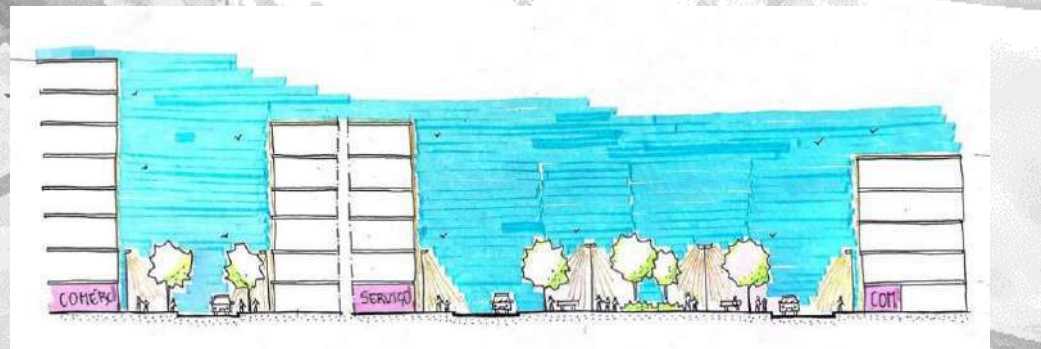
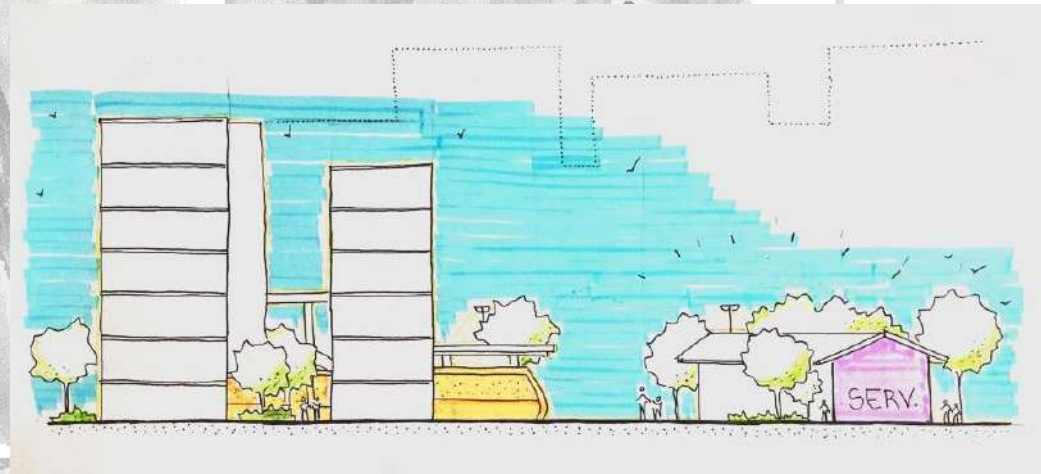


Fonte: Elaboração da Equipe 1.





Fonte: Elaboração da Equipe 1.



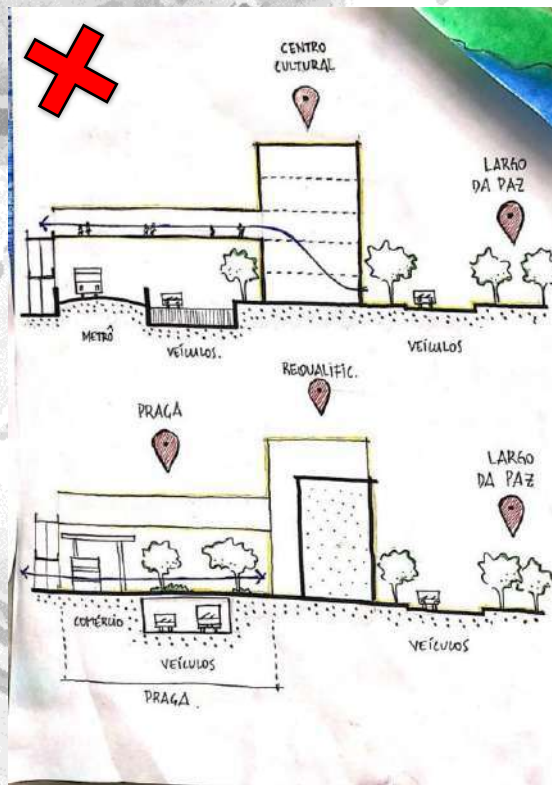
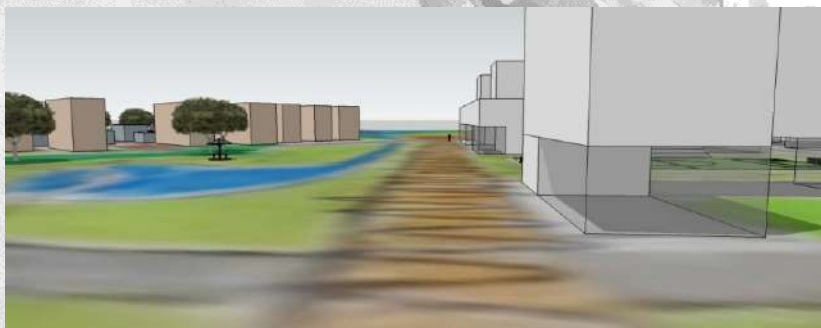


Fonte: Elaboração da Equipe 1.

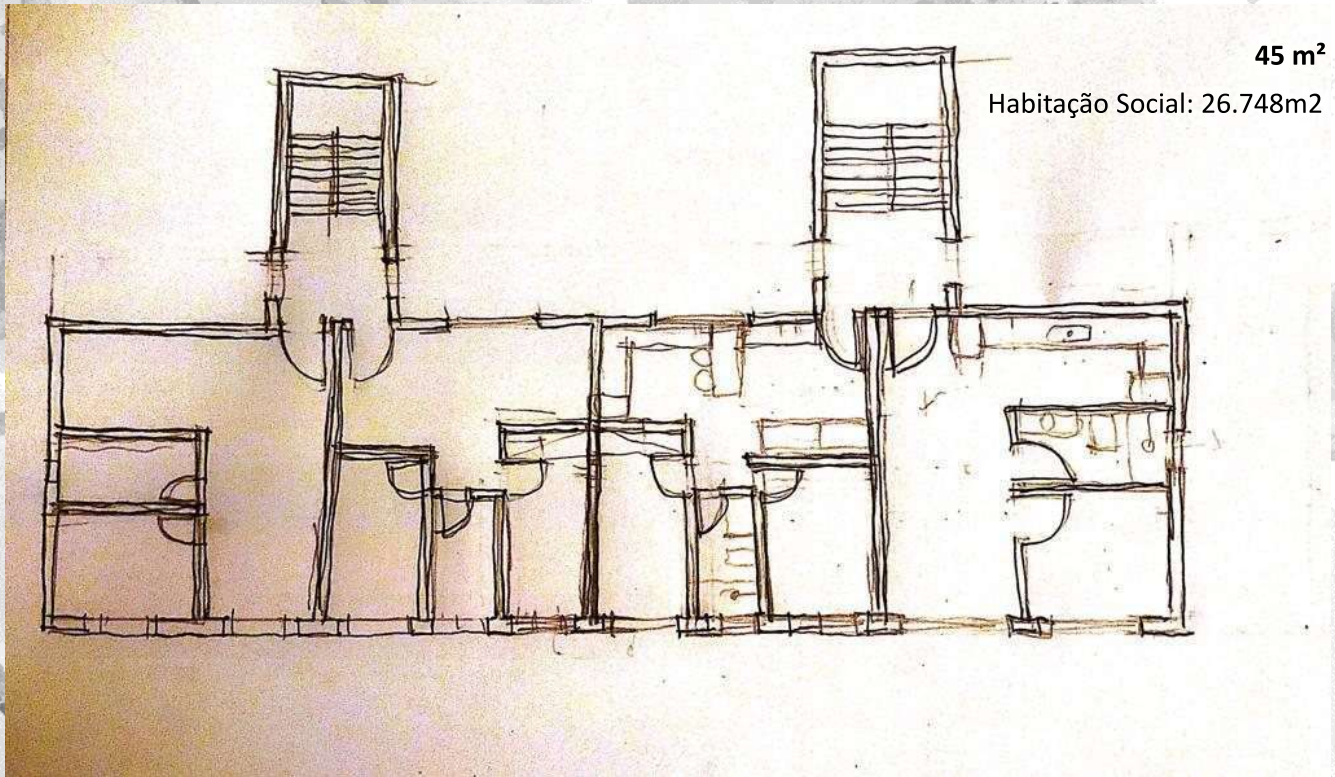


(VIGLIECCA, 2014)

Fonte: Elaboração da Equipe 1.



Fonte: Elaboração da Equipe 1.



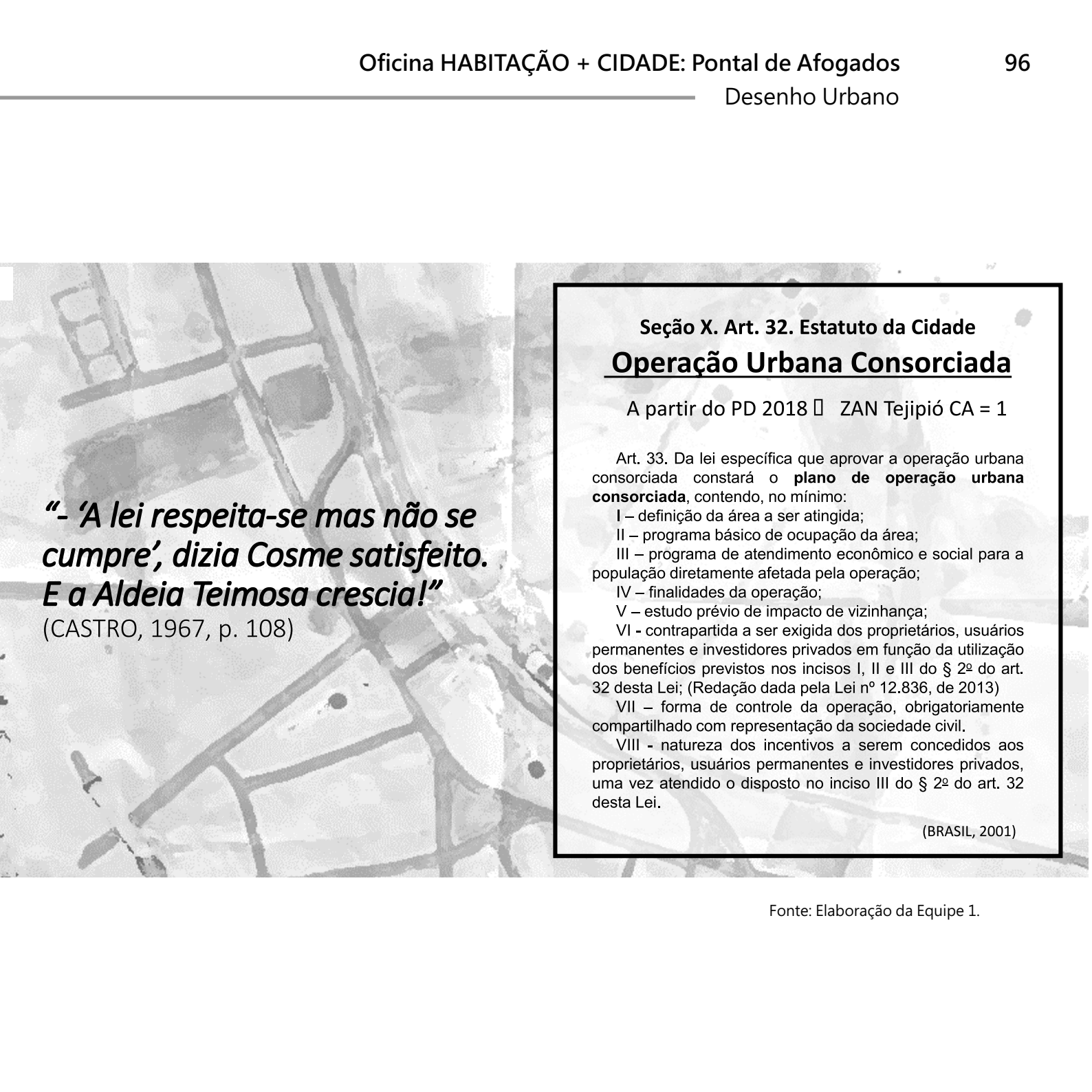


<http://www.ilhadedeus.com.br/>

OPORTUNIDADES

MERCADO: 93.954,50 m²

Fonte: Elaboração da Equipe 1.



“- ‘A lei respeita-se mas não se cumpre’, dizia Cosme satisfeito. E a Aldeia Teimosa crescia!”

(CASTRO, 1967, p. 108)

Seção X. Art. 32. Estatuto da Cidade

Operação Urbana Consorciada

A partir do PD 2018 □ ZAN Tejipió CA = 1

Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o **plano de operação urbana consorciada**, contendo, no mínimo:

- I – definição da área a ser atingida;
- II – programa básico de ocupação da área;
- III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;
- IV – finalidades da operação;
- V – estudo prévio de impacto de vizinhança;
- VI - contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do § 2º do art. 32 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.836, de 2013)
- VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.
- VIII - natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do § 2º do art. 32 desta Lei.

(BRASIL, 2001)



Fonte: Elaboração da Equipe 1.



OBRIGADA!

Referências e Fontes

- Fotos do Processo Metodológico: Barbara Rodrigues
- Fotos da Visita Técnica: Clara Guimarães

BRASIL. Lei n 10.257 de 10 de Julho de 2001 – **Estatuto da Cidade**.

CASTRO, Josué de . **Homens e Caranguejos**. Ed. Brasiliense S.A.: São Paulo, 1967.

DIAS, Karina. (A)NOTAÇÕES URBANAS. **POLÊMICA**, [S.I.], v. 15, n. 1, p. 001 à 006, abr. 2015. ISSN 1676-0727. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/15997>>. Acesso em: 20 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2015.15997>.

VIGLIECCA. **O terceiro território**: habitação coletiva e cidade: Vigliecca & Associados / Héctor Vigliecca; Lizete Maria Rubano, organização; Luiz Recamán. São Paulo: Arquiteto Héctor Vigliecca e Associados, 2014.

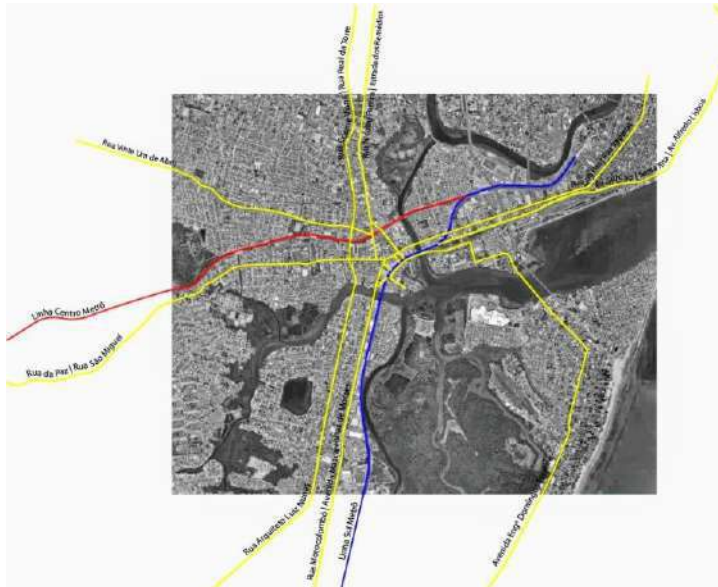
Clara Torres
Felipe Gonçalves
Fernando Almeida
Lia Sabino
Marília Farias
Simone Jubert

12.2 EQUIPE 2: CONFLUÊNCIA

MEMORIAL DESCRITIVO

DIAGNÓSTICO | Cercado pelo muro que divide seu território do restante do bairro de Afogados, para que o metrô tenha passagem, o Pontal de Afogados possui uma área total de 129.298,24 m², sendo prioritariamente povoado por ocupações habitacionais e galpões industriais subutilizados, com altura entre 6 a 9 metros.

Sua situação na escala da cidade do Recife é bastante beneficiada pela confluência de eixos de conectividade norte-sul e leste-oeste, o que se manifesta por uma rede de mobilidade diversificada em modos e de expressivo volume (estações de metrô de duas linhas distintas - linha Centro e linha Sul, corredor de ônibus com integração, via radial de alto tráfego - Via Sul), o que lhe caracteriza como uma afamada centralidade urbana.



Principais eixos de conectividade do bairro de Afogados e entorno.

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



Fotos da visita técnica.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

A proximidade com as fortes e ativas centralidades do Largo da Paz e do Mercado de Afogados, e seu margeamento pelo encontro do Rio Tejipió com o Rio Pina, constituem o Pontal de Afogados como uma frente de água de interesse público privilegiada, com potencial tanto para ampliar a centralidade de Afogados, quanto para conectar-se através de via fluvial com o restante da cidade, revelando outras perspectivas de paisagem do Recife. Tais características conduzem a duas premissas guias e a dois eixos estratégicos adotados pelo presente projeto: a primeira premissa do direito à moradia, por ser território de disputas e ocupações habitacionais e a premissa do desencarceramento do território; o Eixo Estratégico 1, de uma centralidade com nova espacialidade na escala de cidade, e o Eixo Estratégico 2, de uma via exclusiva para pedestres, conectando a nova espacialidade com a frente de água do Pontal de Afogados, revelando e engendrando novas paisagens e panoramas.



Panorâma do Rio e maguezal.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

CONCEITO - PREMISSAS GUIAS

1 | Direito à moradia (cerca de 820 famílias a serem atendidas com habitação social, incluindo famílias advindas da Ocupação Vila Sul do Pontal e da linha do trem e da Comunidade de Interesse Social Rua da Cajazeira).

2 | Desencarceramento do espaço - Constatação da falta de visibilidade do território e da população que o habita. Reconhecimento do muro que separa o território e acompanha a linha do metrô como elemento segregador no e do espaço.

Identifica-se, assim, a necessidade da retirada do metrô para que possa haver a integração do Pontal com a cidade.

EIXO ESTRATÉGICO 1

Reconectar o território do Pontal de Afogados à cidade por meio das retiradas do muramento e da estação de metrô na entrada do Pontal (e sua transição para o modo VLT), da criação de um pátio pedestrianizado de integração e do adensamento construtivo ao longo deste trecho da Via Sul, sinalizando um lugar de centralidade destacada em âmbito municipal.

EIXO ESTRATÉGICO 2

Resgatar a dinâmica e a força dos fluxos de pedestres, desde o Mercado de Afogados até o Pontal, requalificando os passeios daquele trecho da Estrada dos Remédios e integrando o Largo da Paz a um eixo que atravessa a quadra existente (sendo removidos imóveis desocupados) e conflui para o Pontal, reintegrando o território e a paisagem na escala do pedestre. Vias de baixa velocidade penetram o território do Pontal, edifícios de uso misto com serviços e comércio no térreo contribuem na ativação do espaço. A manutenção da área verde já existente e a requalificação das margens contribuem para a valorização do aspecto paisagístico.



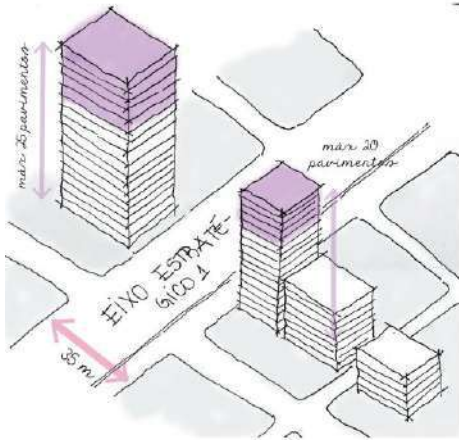
Masterplan.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | Para unir fluxos de modo que os pedestres percorram um caminho ainda não experienciado, e intervir para que haja, de fato, a confluência de interesses para o Pontal de Afogados, é fundamental subtrair os obstáculos físicos e simbólicos que se interpõem no território. Não só a visibilidade do território e a visibilidade da população são restituídas quando se retira o muro que acompanha a linha do metrô, mas também a visibilidade de oportunidades no território. Almejando conciliar dinâmicas e densidades, propõe-se a articulação entre o uso de quadras abertas e gabaritos escalonados, cabendo à margem da Via Sul a implantação dos edifícios mais altos e menores alturas à medida da aproximação à margem do Rio Pina e da Vila Edith.

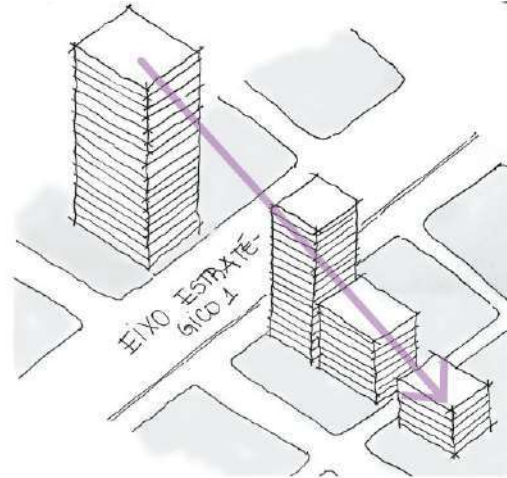


Fotos da visita técnica e Esplanada da Paz.

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

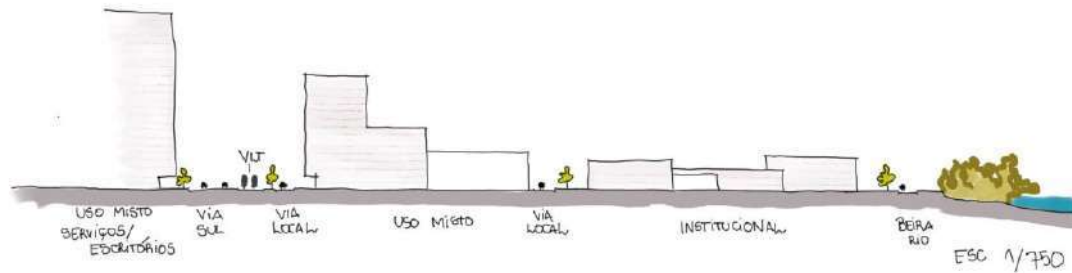


*Nova espacialidade
Centralidade na escala da cidade*



Escalonamentos dos gabaritos

CORTE AA'



Esquemática do gabarito proposto.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | No que se refere aos usos, a nova espacialidade proposta para o Pontal coloca o habitar em uma nova dinâmica de relações espaciais e sociais dentro deste contexto, integrando edifícios de uso misto com habitação social, empresas de diversos portes e um equipamento público âncora. Por fim, o aproveitamento de edificações representativas do passado industrial do Pontal para uso público reafirma a identidade do espaço, comunicando as transformações vivenciadas pelo mesmo e convidando a um novo olhar: um grande galpão visível desde o novo eixo que parte do Largo da Paz, por onde se adentra e de onde se abre, a partir de uma ampla plataforma aberta, para a paisagem do Rio Pina, da Ilha de Deus e do Parque dos Manguezais.



Fabrica criativa.

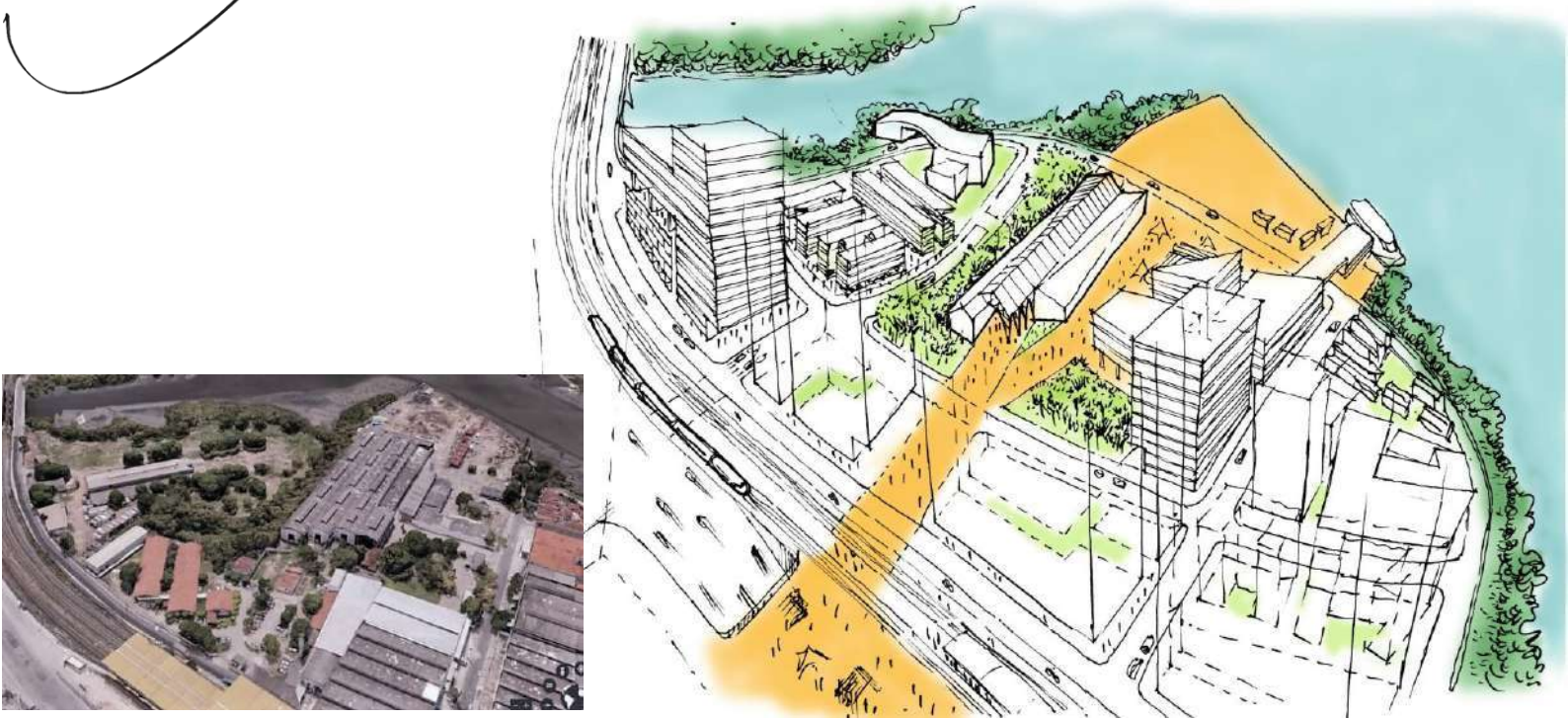
Fonte: Elaboração da Equipe 2.



- Empresarial
- Habitacional
- Misto
- Cultural (Fábrica Criativa)
- Institucional/Comunitário

Distribuição dos usos.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

confluência



Proposta | Pontal de Afogados.
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

Oficina MDU
Pontal de Afogados

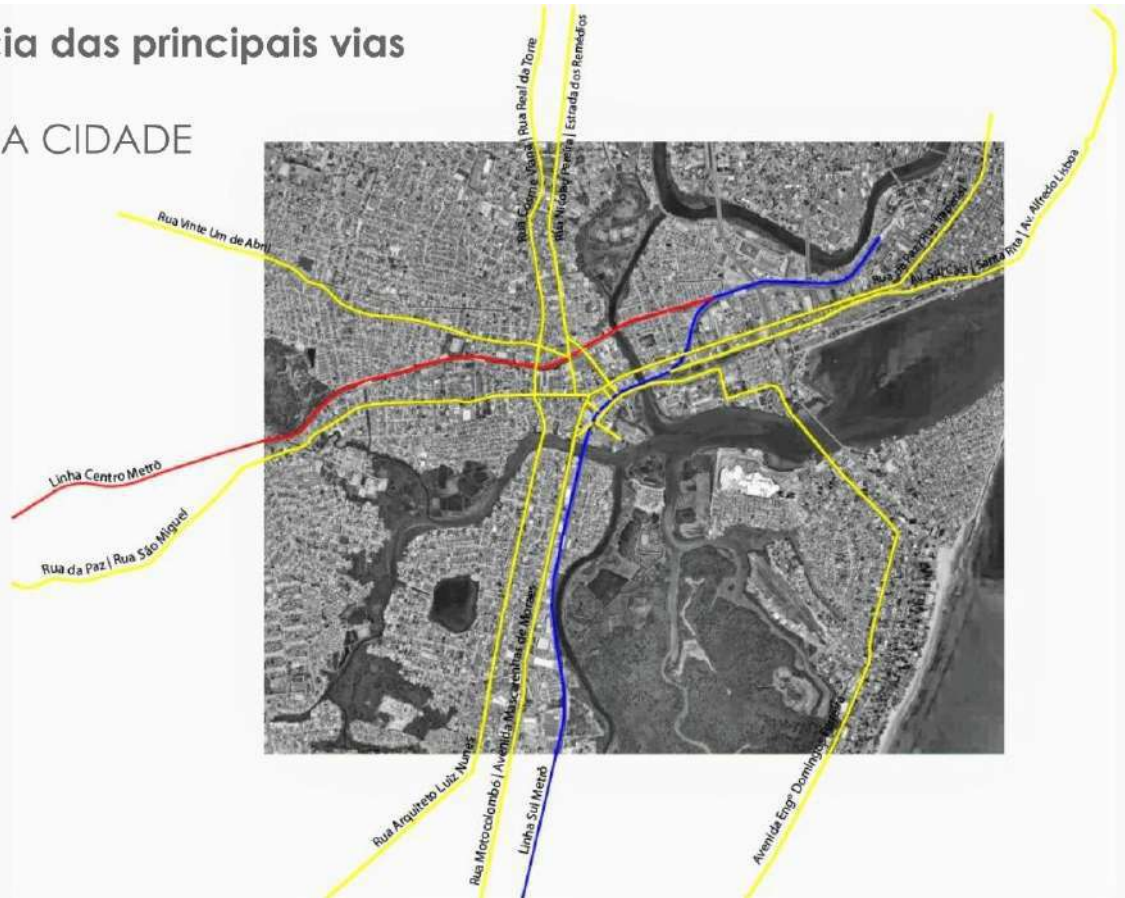
confluência

Clara Torres | Felipe Gonçalves | Fernando Almeida | Líia Sabino | Marília Farias | Simone Jubert

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

confluência das principais vias

ESCALA DA CIDADE

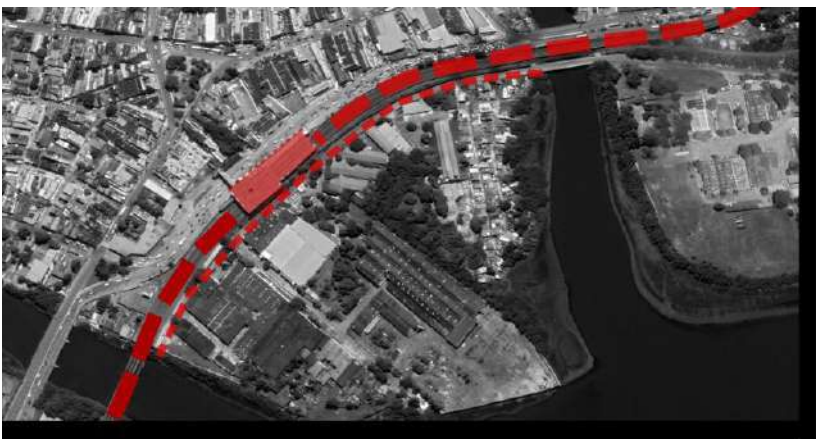


Fonte: Elaboração da Equipe 2.



barreira e isolamento

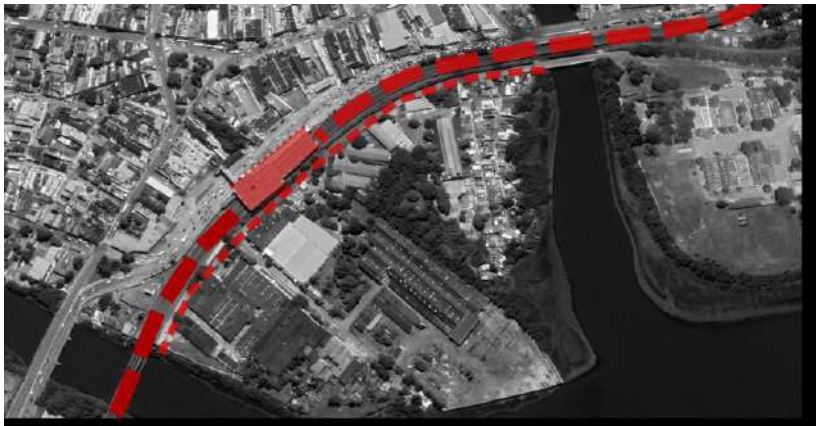
METRÔ, ESTAÇÃO, MURO



barreira e isolamento
METRÔ, ESTAÇÃO, MURO



Fonte: Elaboração da Equipe 2.



barreira e isolamento

METRÔ, ESTAÇÃO, MURO



Fonte: Elaboração da Equipe 2.



Fonte: Elaboração da Equipe 2.



● Estações de metrô

diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS





diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS

- Estações de metrô
- Mercado e Feira Pública

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



- Estações de metrô
- Mercado e Feira Pública
- Espaço Livre Público



diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS



- Estações de metrô
- Mercado e Feira Pública
- Espaço Livre Público
- Marcos arquitetônicos



diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

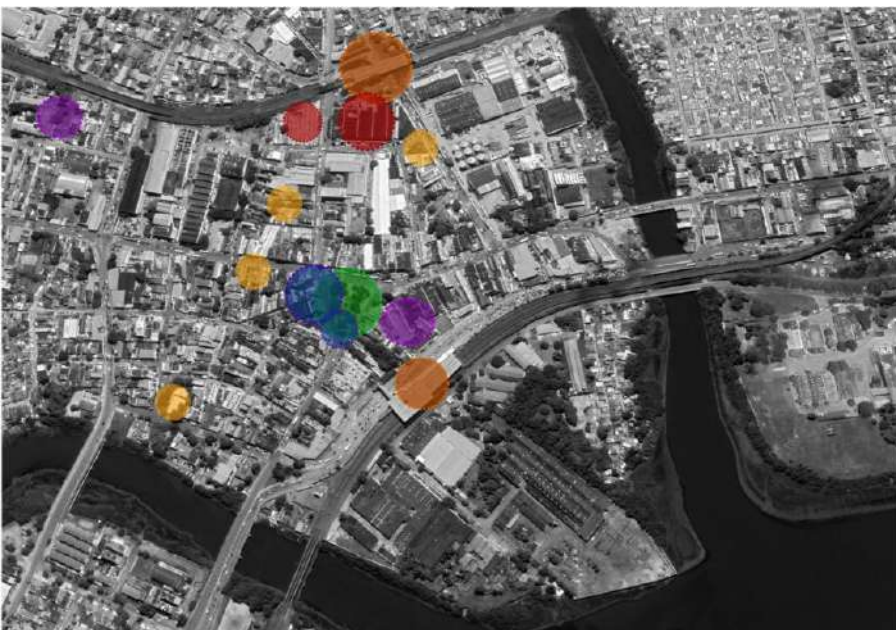


diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS

- Estações de metrô
- Mercado e Feira Pública
- Espaço Livre Público
- Marcos arquitetônicos
- Equipamentos de saúde

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



diversidade de uso e serviço

BAIRRO DE AFOGADOS

- Estações de metrô
- Mercado e Feira Pública
- Espaço Livre Público
- Marcos arquitetônicos
- Equipamentos de saúde
- Equipamentos educacionais

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



Relação com a **natureza**

Confluência de três **rios**

Verde do MANGUE

Paisagem única que se revela

Silêncio / **Sossego**



Fonte: Elaboração da Equipe 2.



Alto fluxo viário

Variedade de **transporte público**

Vias de interligação entre as **zonas sul e norte** e o **centro da cidade**

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



Vitalidade do comércio

Oferta de **serviços**

Mercado e Feira Pública

Grande circulação de **pessoas**

Fonte: Elaboração da Equipe 2.



PROCESSO

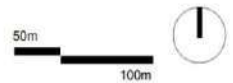


PROPOSTA | MASTERPLAN



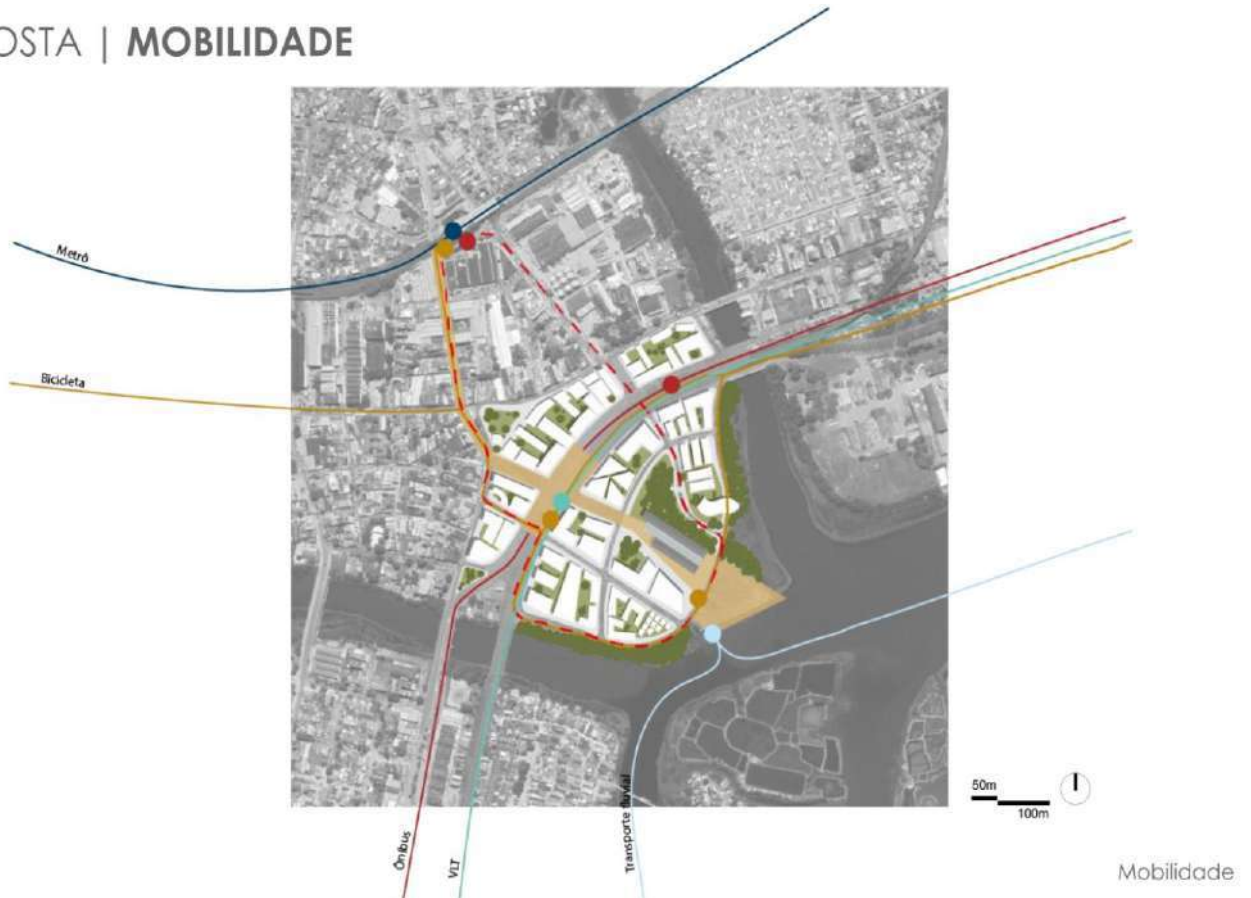
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

MASTERPLAN



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

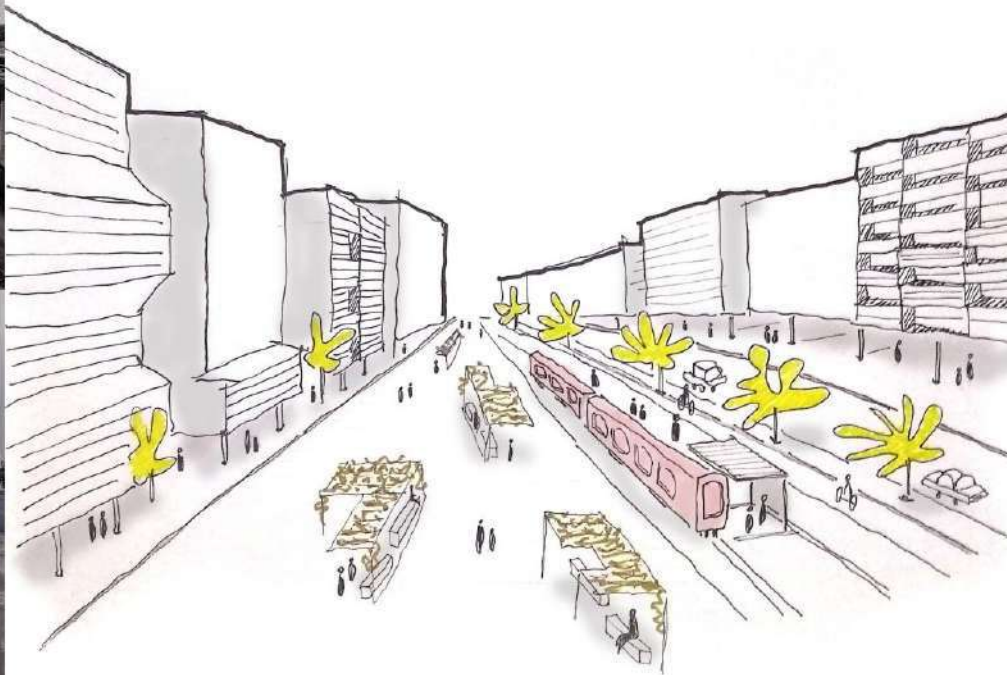
PROPOSTA | MOBILIDADE



Fonte: Elaboração da Equipe 2.



PROPOSTA | ESPLANADA DA PAZ



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | USOS

- Empresarial
- Habitacional
- Misto
- Cultural (Fábrica Criativa)
- Institucional/Comunitário



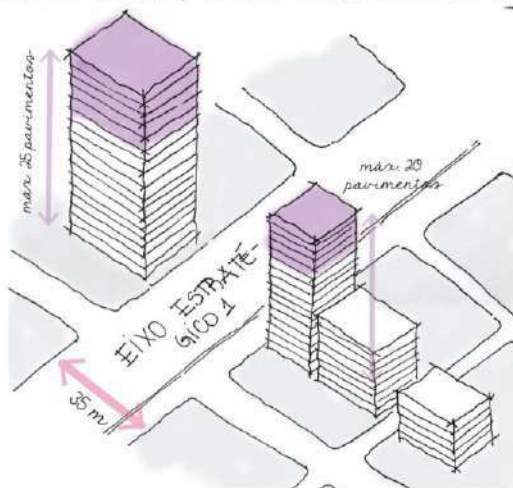
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

MASTERPLAN |
EIXOS ESTRATÉGICOS

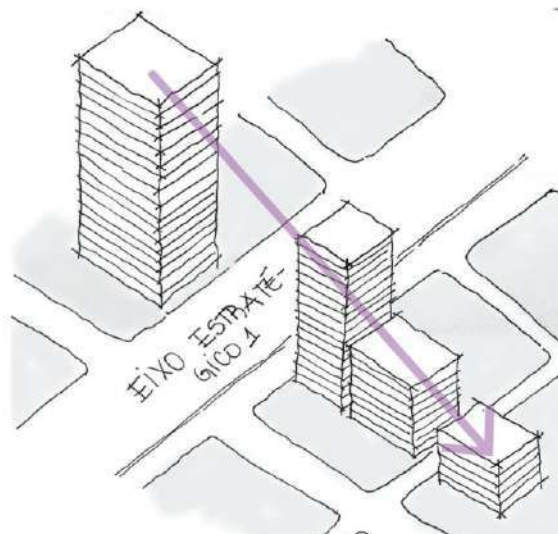


Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | EIXO ESTRATÉGICO 1

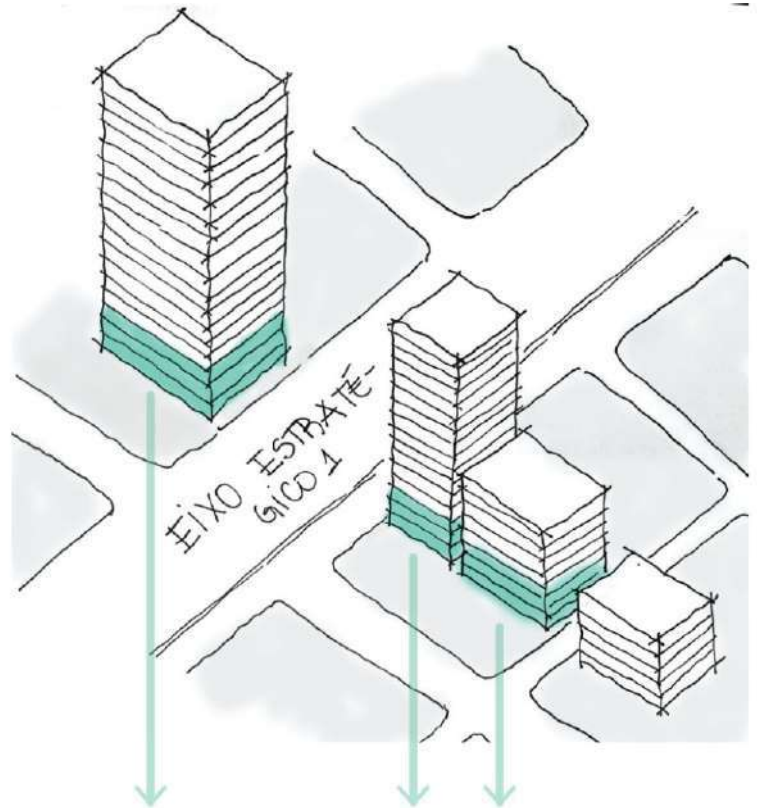


*Nova espacialidade
Centralidade na escala da cidade*



Escalonamento dos gabaritos

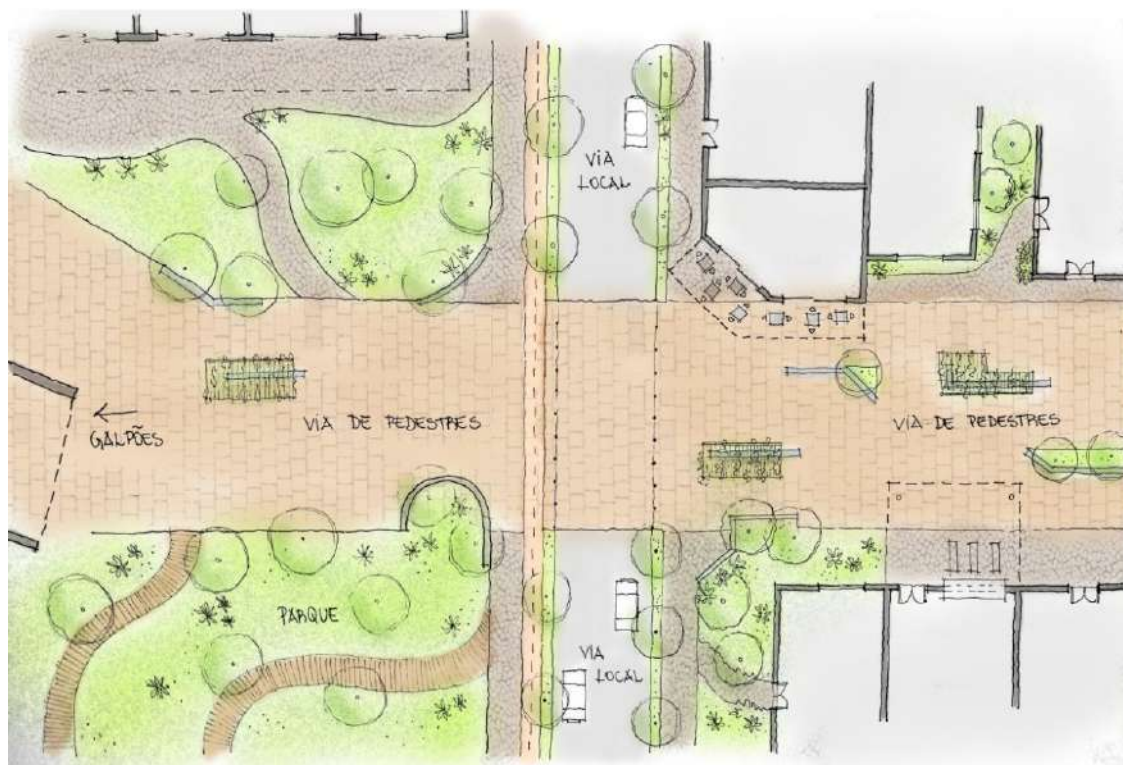
PROPOSTA | EIXO ESTRATÉGICO 1



Ferres e primeiros pavimentos destinados a comércios e serviços

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | EIXO ESTRATÉGICO 2

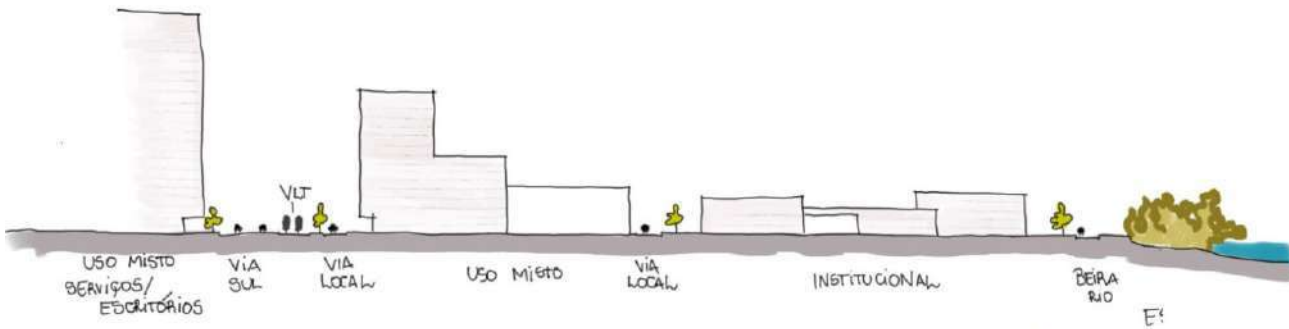


DETALHE DO ENCONTRO DO EIXO DE PEDESTRES COM A VIA LOCAL

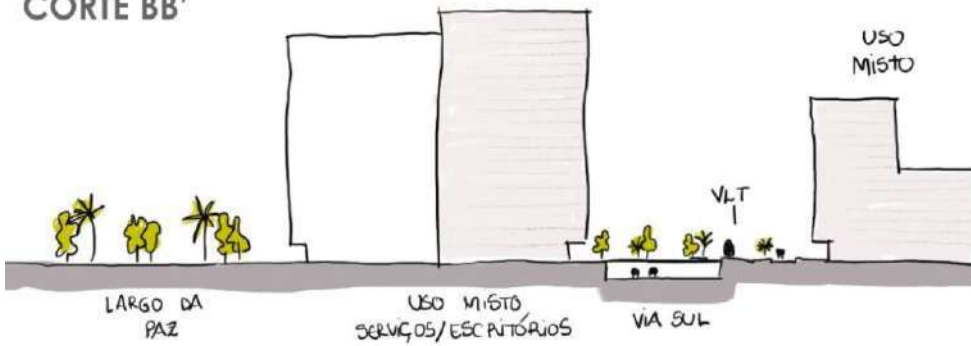
- Serviços e comércio nos térreos
- Verde transbordando através dos canteiros e grades/pergolados
- Espaços de estar
- Calçadas largas
- Ciclovia
- Resgate dos atributos originais da área: silêncio, de senso de comunidade, ambiência acolhedora.

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

CORTE AA'

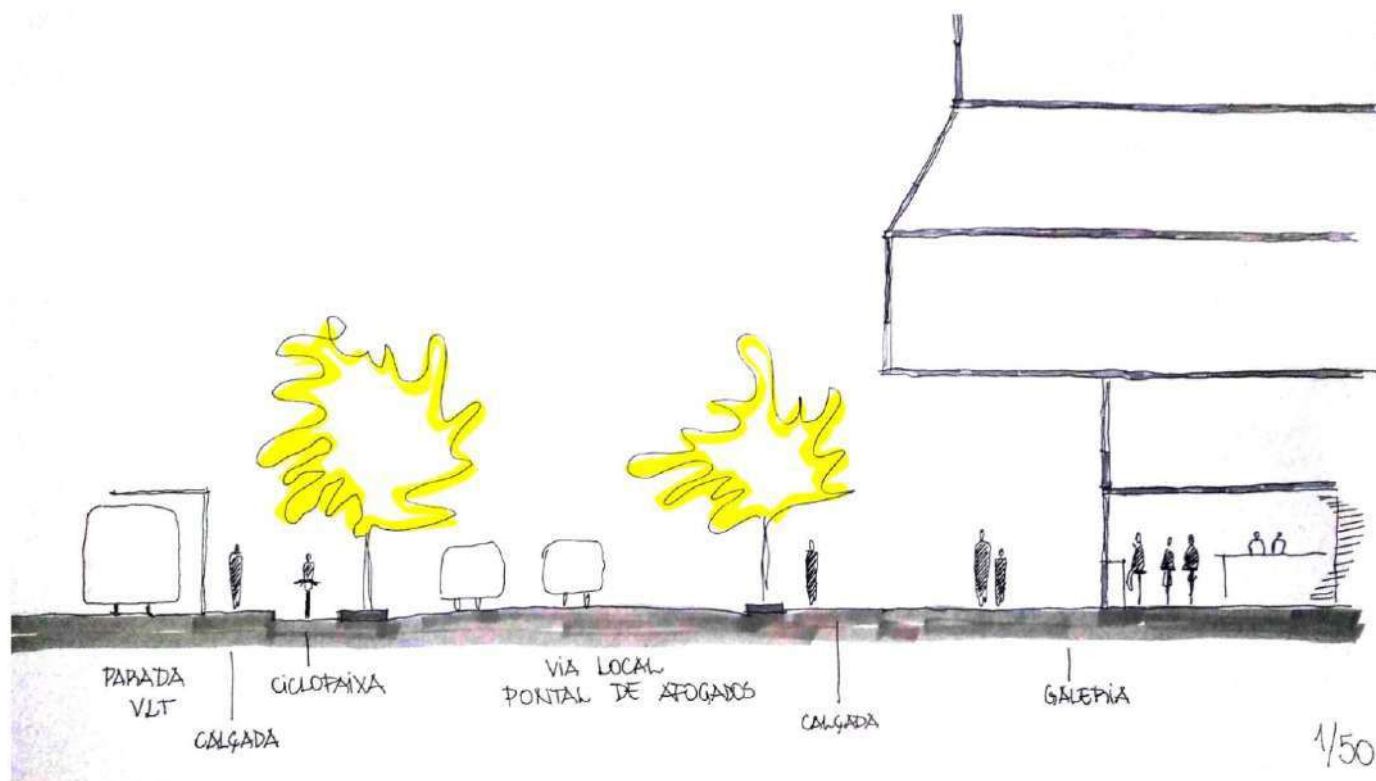


CORTE BB'



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

CORTE | VIA LOCAL



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

PROPOSTA | PONTAL DE AFOGADOS



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

FÁBRICA CRIATIVA



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

FÁBRICA CRIATIVA



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

REFERÊNCIAS



Le quartier créatif. L'île de Nantes.



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

INSTITUCIONAL | COMUNITÁRIO



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

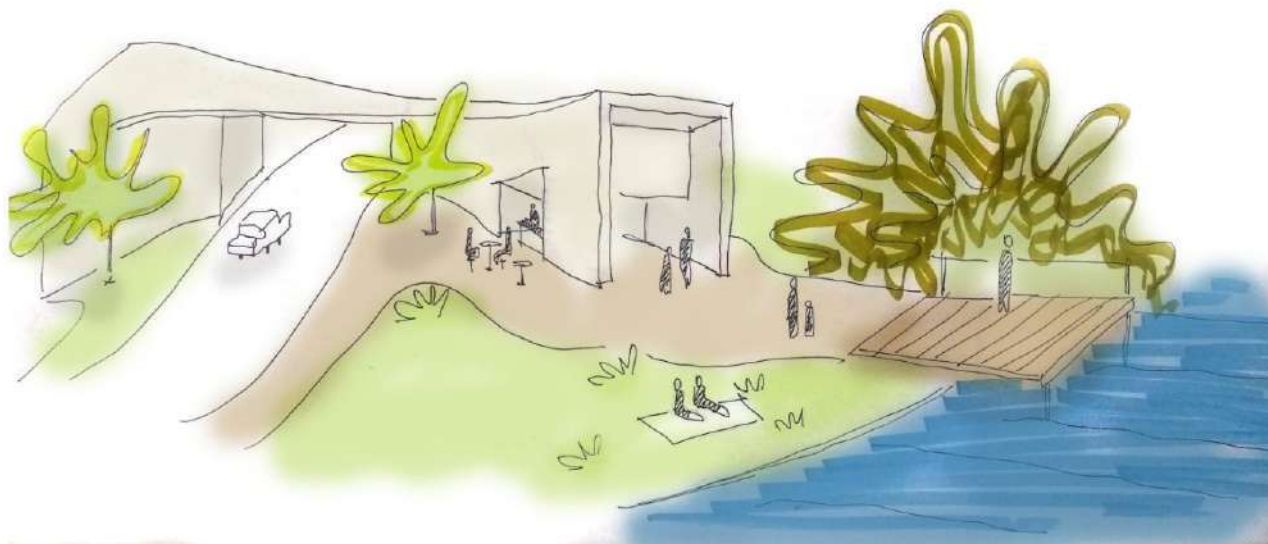
INSTITUCIONAL | COMUNITÁRIO

Atende a **comunidade**

Relação com o **Rio**

Espaço religioso

Centro cultural e profissionalizante



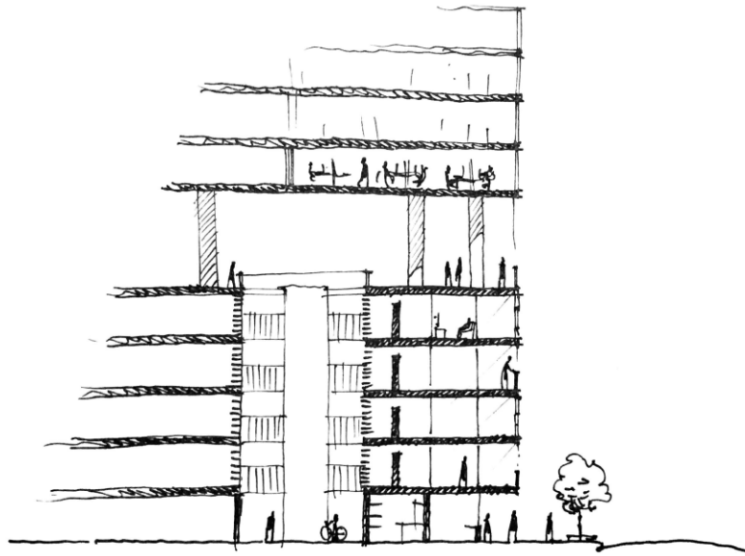
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

EDIFÍCIO MISTO



Fonte: Elaboração da Equipe 2.

EDIFÍCIO MISTO



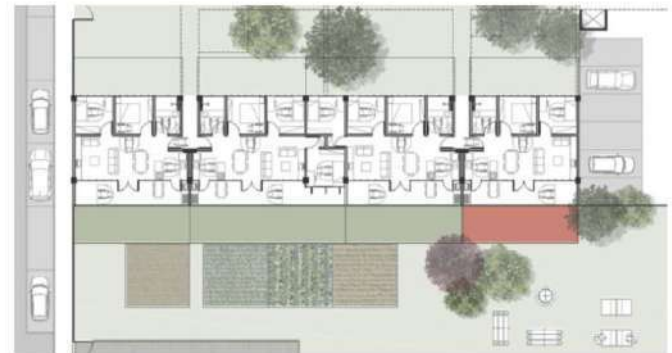
Fonte: Elaboração da Equipe 2.

ESTRATÉGIA DE VIABILIDADE

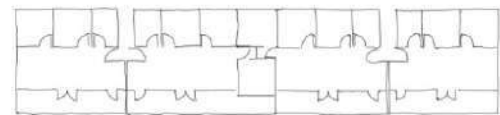


Área total do Pontal
129.298 m²

Área estimada para Habitação
Social (820 unidades)
35.280 m²



Triptyque. Concurso Habitação para todos. CDHU.



Térreo + 4 Pavimentos

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

ESTRATÉGIA DE VIABILIDADE



Área útil proposta
62.550 m²



Área atual privada
67.605 m²

Área de solo para o Mercado
27.270 m²

Área construída potencial (cf.1,5)
40.905 m²

Área construída em potencial atual (cf. 1,5)
101.407 m²

Perda de **60%** de área construída potencial



R\$ 7500 por m²



R\$ 4500 por m²

Valorização do m² estimada em **66%**

Fonte: Elaboração da Equipe 2.

Danielle Leal
Isabella Eloy
Jéssica Melo
José Matheus Lira
Lizia Agra
Natália Piason

12.3 EQUIPE 3: INTEGRAÇÃO MULTIESCALAR ATRAVÉS DA PAISAGEM

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente relatório faz referência ao desenvolvimento do projeto de planejamento urbanístico do Pontal de Afogados, área pertencente ao bairro de Afogados, localizado na zona sul do Recife.

Caracterizada por deslumbrante paisagem de frente d' água com vista para a Baía do Pina, ao mesmo tempo que espacialmente segregada pela barreira imposta pela linha férrea, a área do Pontal de Afogados tem ganhado visibilidade principalmente a partir de meados 2015, quando ali se fixou a comunidade Vila Sul.

Nessa continuidade, a área do Pontal de Afogadas é também caracterizada pela presença de edificações fabris, em sua maioria subutilizadas ou desativadas, e uma já consolidada vila denominada Vila Edith. Diante desse contexto, assume-se que essa área tem grande valor paisagístico, fator esse que atrai o crescente interesse do mercado imobiliário, e torna-se de fundamental importância na luta pelo direito à cidade das classes menos favorecidas.

Portanto, a proposta de planejamento foi constituída em referência à conceitos chave norteadores que delimitam as demandas socioeconômicas, espaciais e paisagísticas apresentadas pelo Pontal de Afogados. Esses conceitos são: Demanda de habitação social, paisagem, mobilidade e mercado imobiliário. Nessa perspectiva, construiu-se a proposta de intervenção a ser exposta que possui como objetivo fundamental gerar a integração multiescalar do Pontal de Afogados.

1. LEITURA E CONCEITO

A proposta inicial se baseia em fomentar na área do Pontal de Afogados uma intervenção que gere a integração espacial e social através de múltiplas escalas (a nível interno, a nível do bairro e a nível da cidade). Essa integração será constituída também com base nos atributos paisagísticos da área, em muito baseada na preservação do solo natural de mangue e das frentes d' água para usufruto da população, e da manutenção das edificações fabris como patrimônio característico da área.

Assim, o conceito norteador desta proposta de intervenção é: integração através da paisagem. Nesse sentido, espera-se contribuir com a manutenção das relações sociais e valores históricos, para a eliminação das barreiras físicas (imposta pelo muro da linha férrea) e sociais (imposta pela segregação socioeconômica), vivenciadas pela comunidade que constitui a Vila Sul.

2. VISÃO E ESTRATÉGIAS

A visão desta proposta de intervenção é promover a reabilitação urbana, como forma de estratégia macro em que se objetiva requalificar a área do Pontal de Afogados através de uma combinação de estratégias, ações e projetos que busquem consolidar o equilíbrio entre o novo e o histórico, considerado o valor de novidade e valor de opção para construção de novas edificações e a preservação dos atributos locais.

Quanto às estratégias voltadas para a continuidade e viabilidade da proposta, tem-se o disposto a seguir:

a) Habitação Social: A questão central é promover a reurbanização e a regularização fundiária da Vila Sul; promover a transposição da ocupação da linha férrea, gerando uma integração socioespacial dentro da área do Pontal; construir novas habitações em edifícios de uso misto (adensamento populacional); manutenção da Vila Edith; criação de equipamentos culturais públicos; dimensionamento de espaço ecumênico;

b) Paisagem: Promover a manutenção do patrimônio fabril; promover a indução e conexão com a frente d'água; criação de parques e pátios públicos;

c) Mobilidade e Acessibilidade: Promover o tratamento das vias do Pontal Afogados; construir passarelas; ampliar as áreas de ciclovias e pedestres; inserção de vias compartilhadas e ciclofaixas; criar via interligando as ruas Oscar Melo Escritor Souza Barros; duplicar a via de acesso (Rua Escritor Souza Barros); criar uma conexão com o bairro da Imbiribeira;

d) Mercado Imobiliário: mesclar os interesses do setor imobiliário com as necessidades de habitação social; utilizar o mercado imobiliário como financiador da proposta; buscar a promoção de parcerias público-privadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta apresentada foi elaborada em um grupo composto por seis pessoas, dentre as quais cinco componentes são arquitetas e um componente é economista, no período de tempo de cinco dias, como atividade atrelada à disciplina Oficina I do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano.

Ao longo desses cinco dias de trabalho, um dia e meio foi voltado para discussões sobre os aspectos urbanísticos, paisagísticos, legais e sociais que envolvem a comunidade Vila Sul e a área do Pontal de Afogados como um todo. Os três dias e meio restantes foram voltados à produção desta proposta, que culminou com a construção do *Master Plan*.

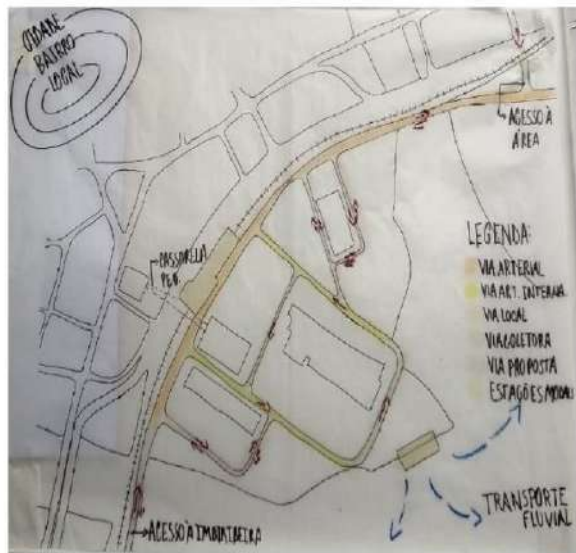
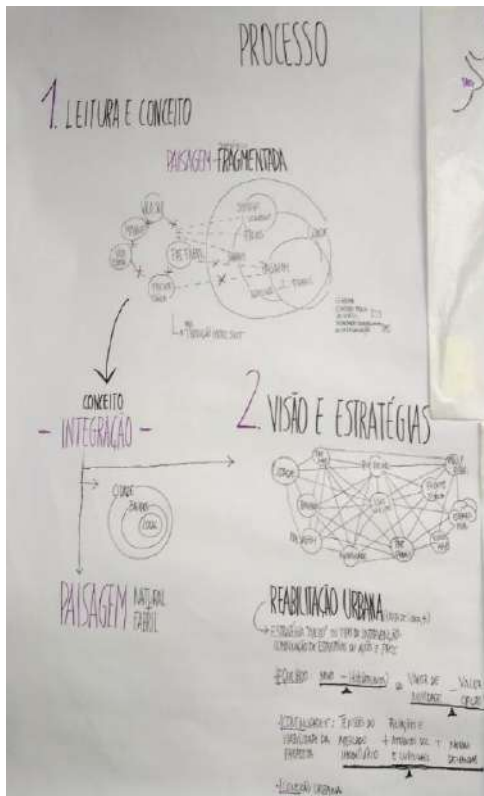
Salienta-se, a importância das discussões elaboradas pelo grupo com o objetivo de construir esta proposta de intervenção com base em formulações social, ambiental e economicamente viáveis. A multidisciplinaridade se constituiu, também, objeto de grande destaque, uma vez que se torna impossível o ato de planejar sem se considerar questões importantes intrínsecas à área de estudo (questões paisagísticas, históricas, econômicas e sociais).

Diante do exposto, conclui-se mencionando que a presente proposta de intervenção urbanística se baseia na ânsia de seus formuladores em proporcionar um espaço no qual o sentimento de comunidade tão presente na Vila Sul permaneça, em que se mantenha a paisagem natural e histórica, em que haja significativa apropriação dos espaços públicos a serem criados e em que as barreiras físicas, sociais e econômicas sejam transpostas.

Anexos



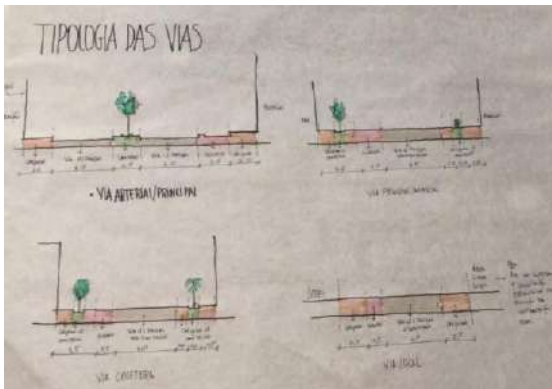
Masterplan.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



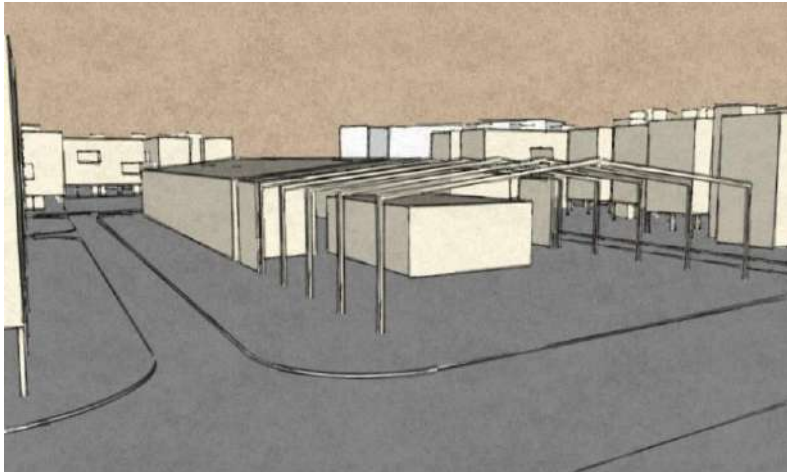
Desenvolvimento do projeto.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Desenvolvimento do projeto.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



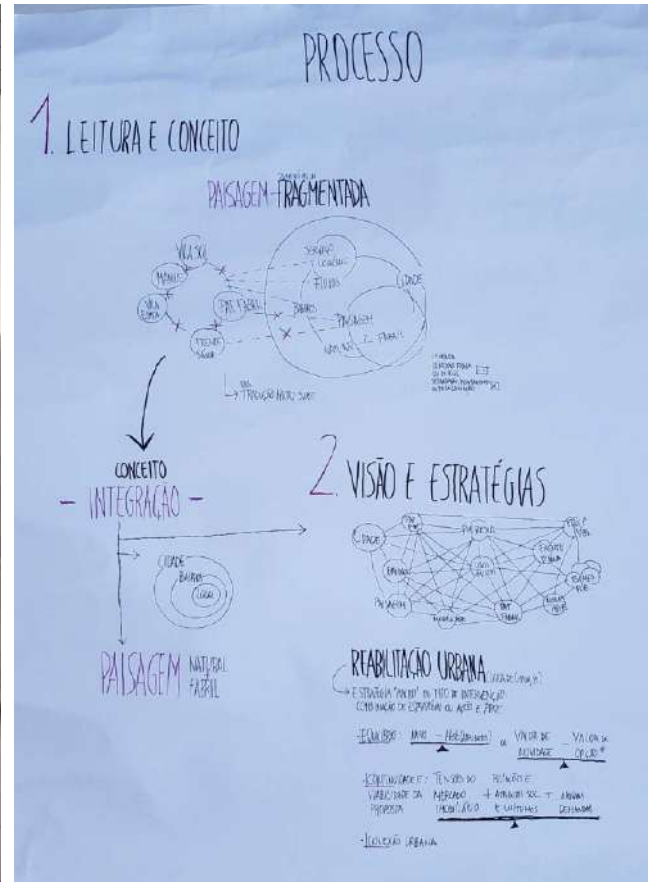
Estudos viários.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Masterplan.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



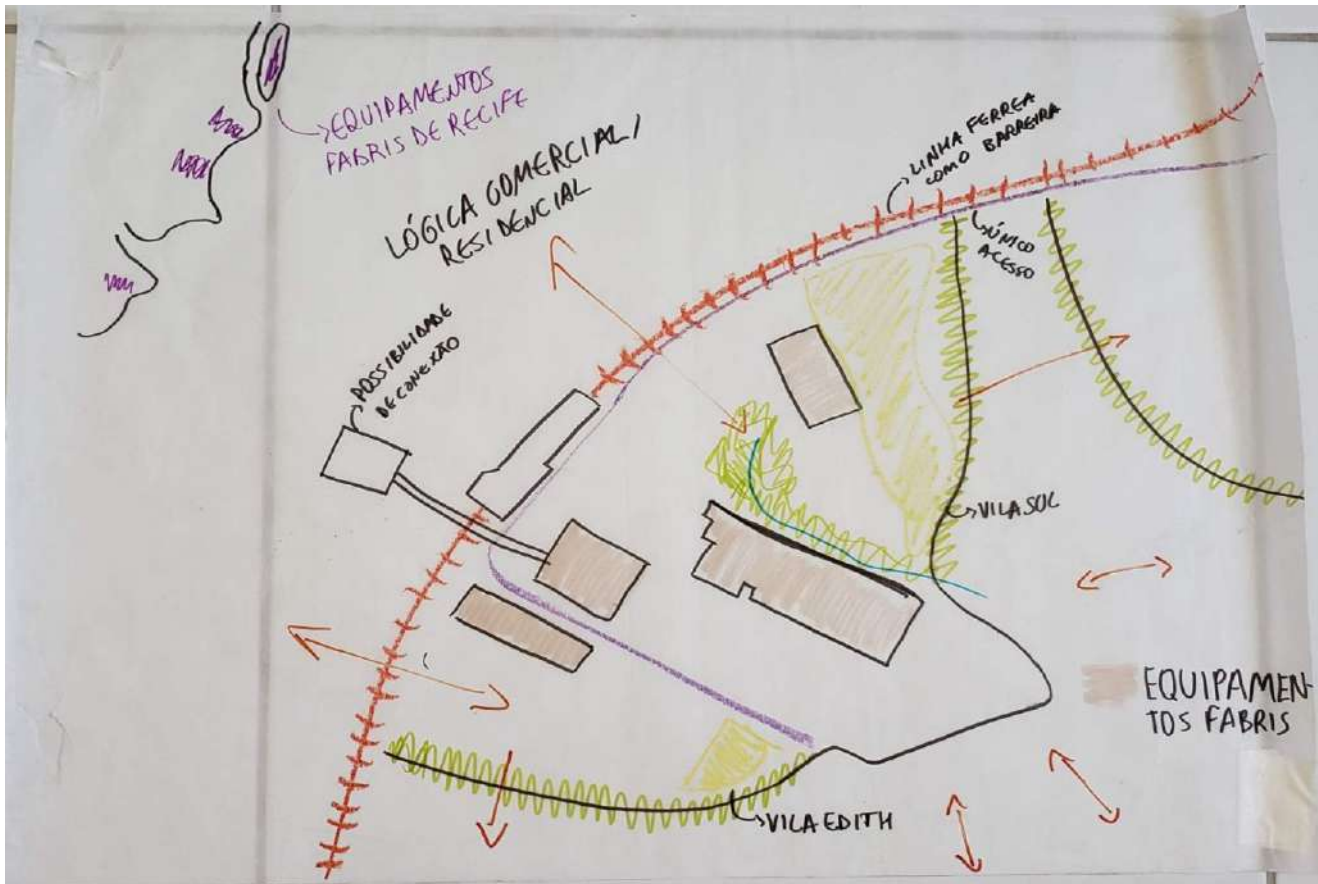
Masterplan.
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Fonte: Elaboração da Equipe 3.



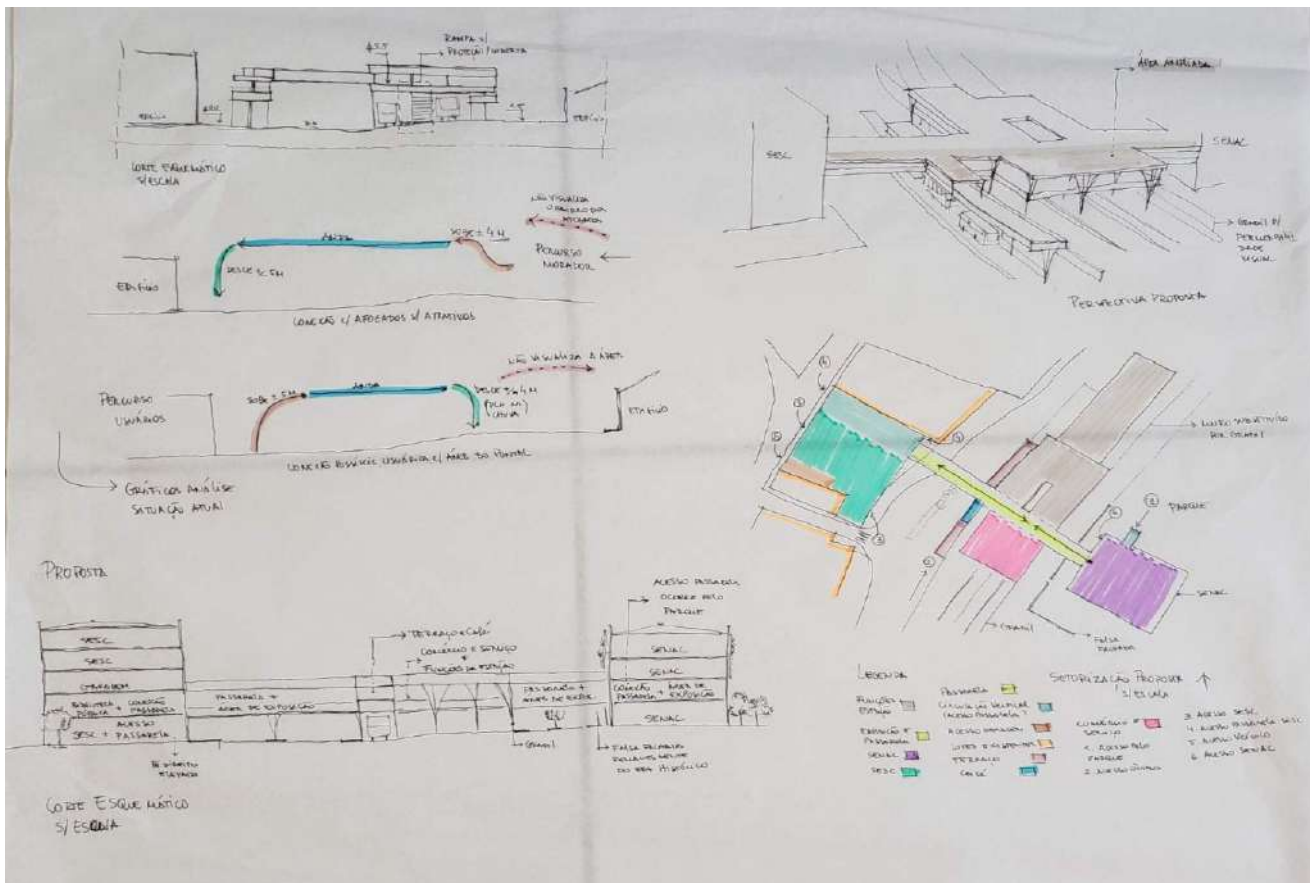
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Fonte: Elaboração da Equipe 3.

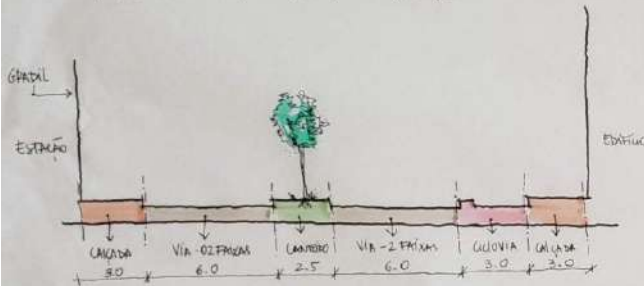


Fonte: Elaboração da Equipe 3.

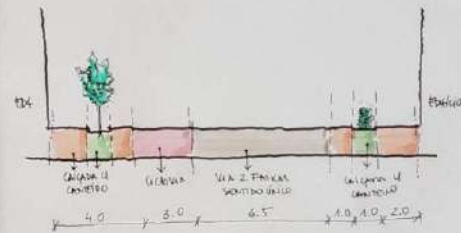


Fonte: Elaboração da Equipe 3.

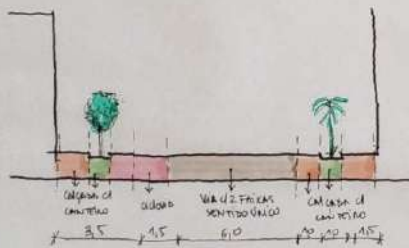
TIPOLOGIA DAS VIAS



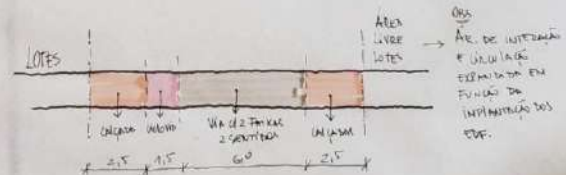
• VIA ARTERIAL/PRINCIPAL



VIA PRINCIPAL/ARTERIAL



VIA COLETORA

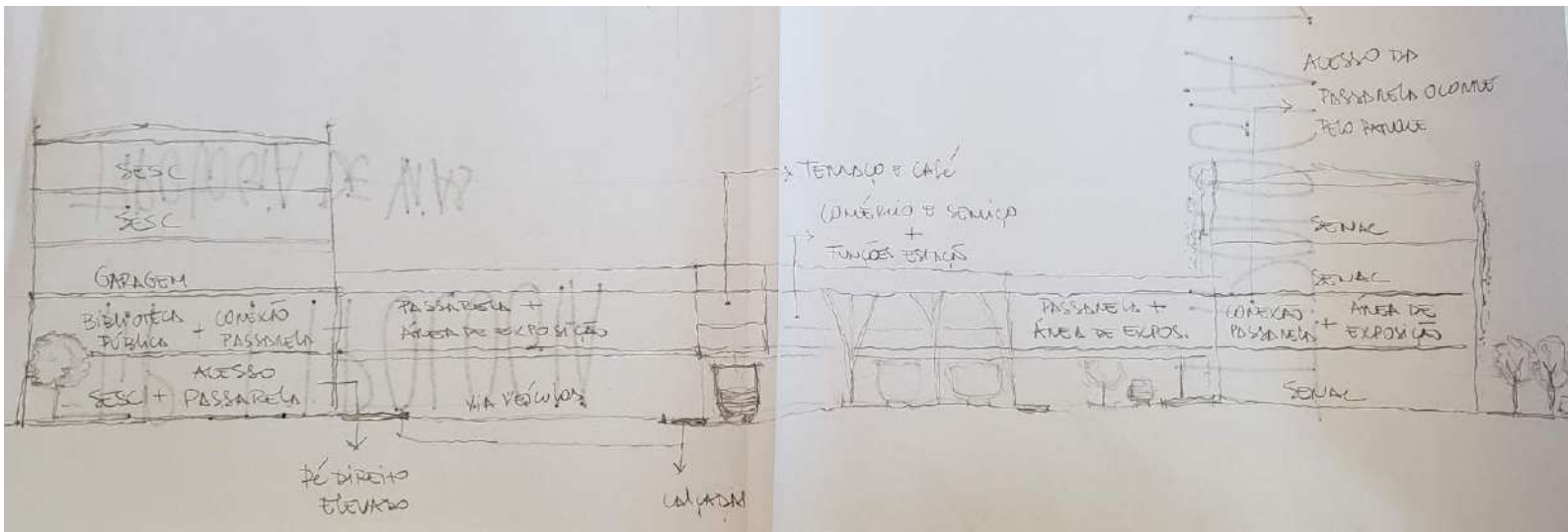


VIA LOCAL

Fonte: Elaboração da Equipe 3.



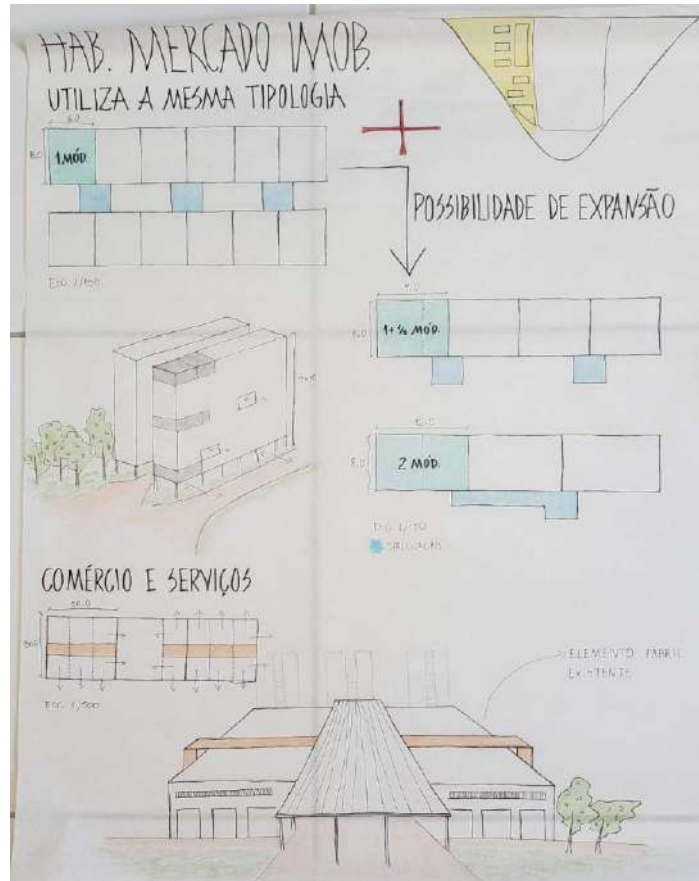
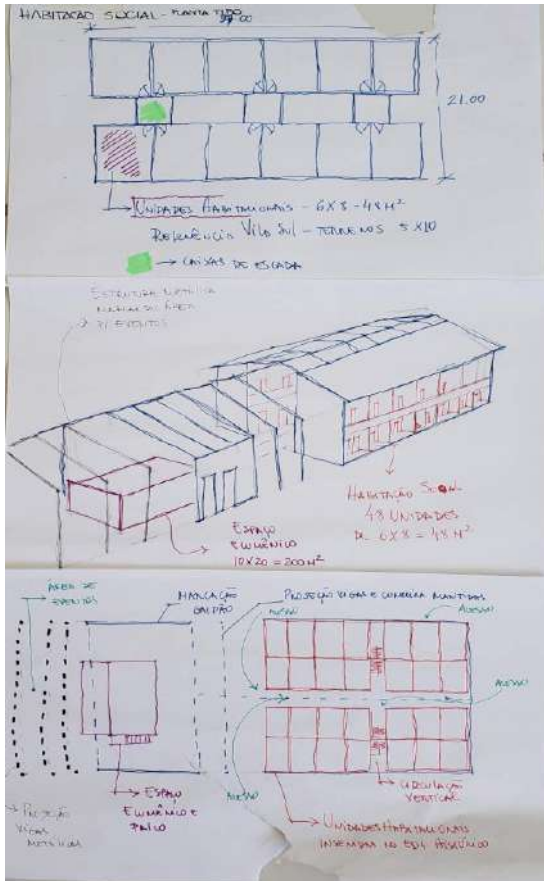
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



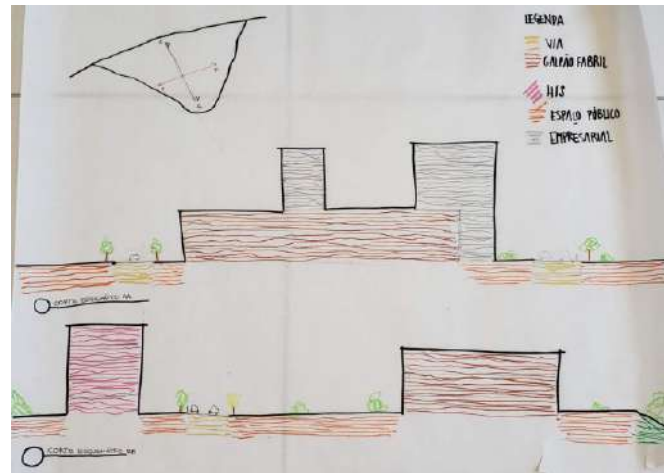
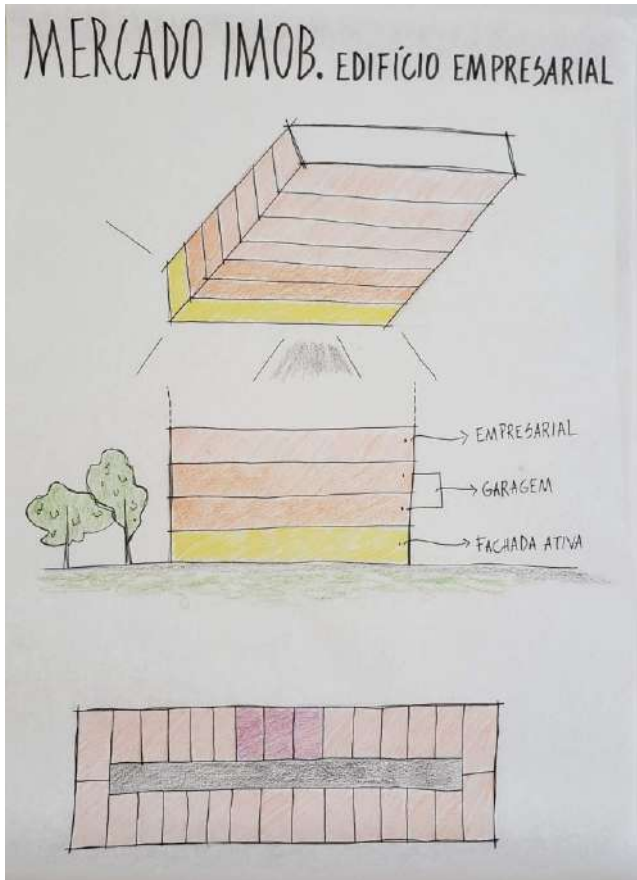
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



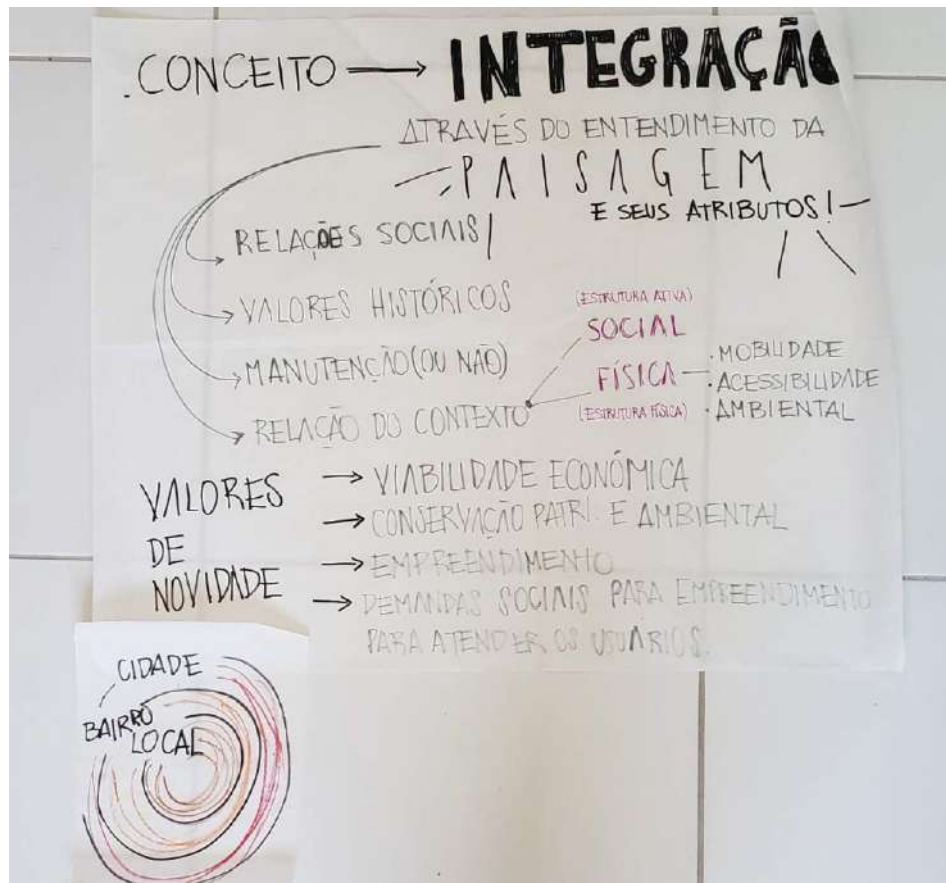
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Fonte: Elaboração da Equipe 3.



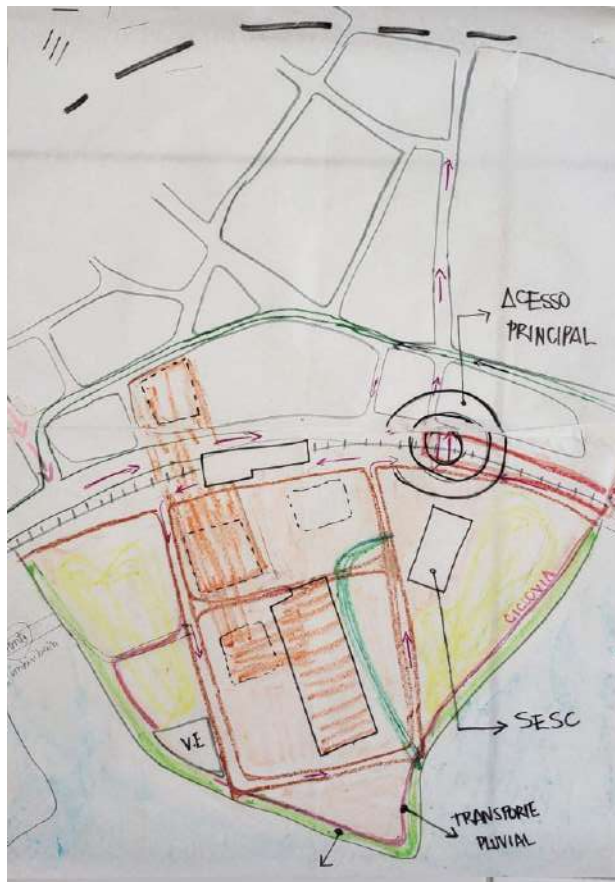
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Fonte: Elaboração da Equipe 3.



Fonte: Elaboração da Equipe 3.



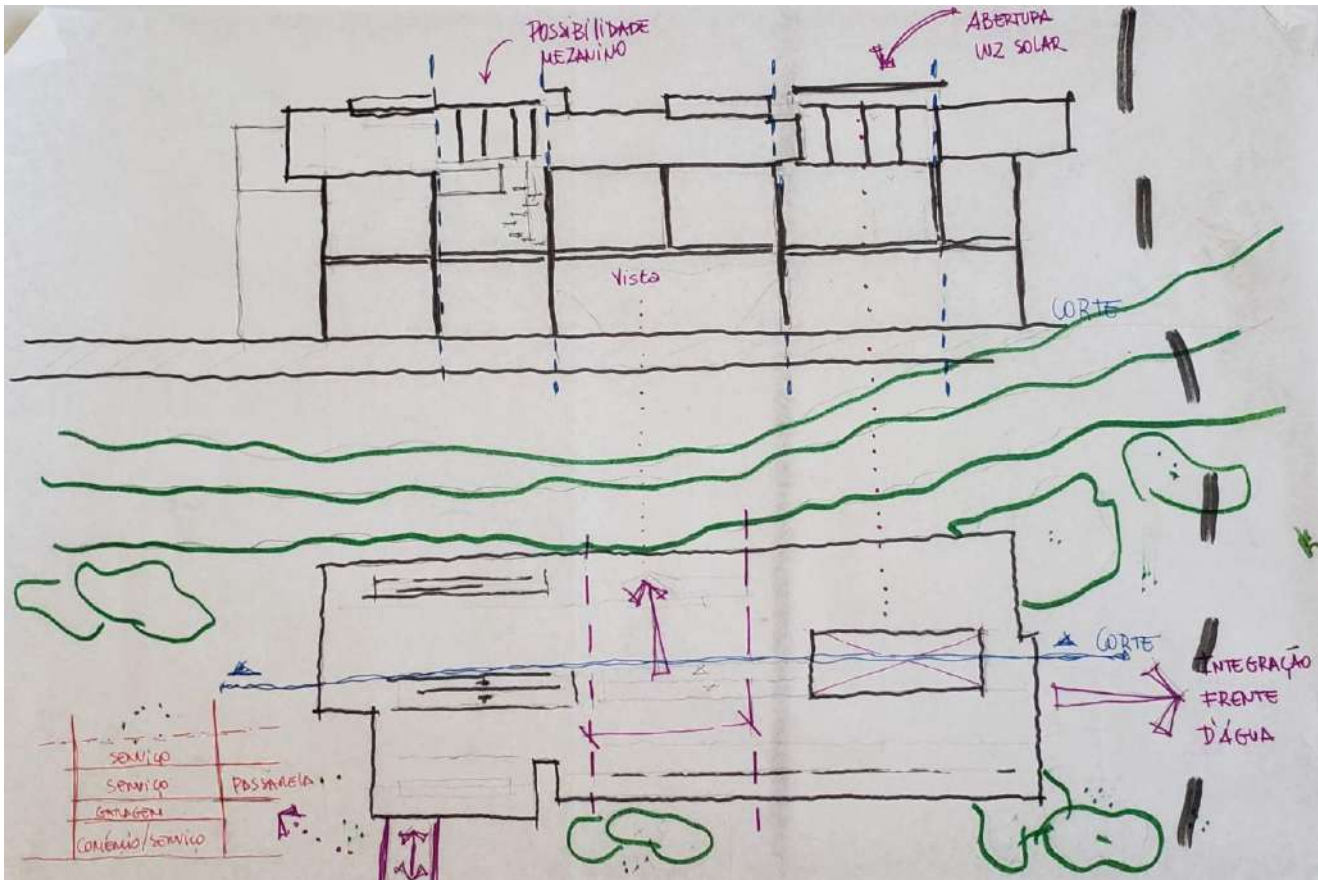
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



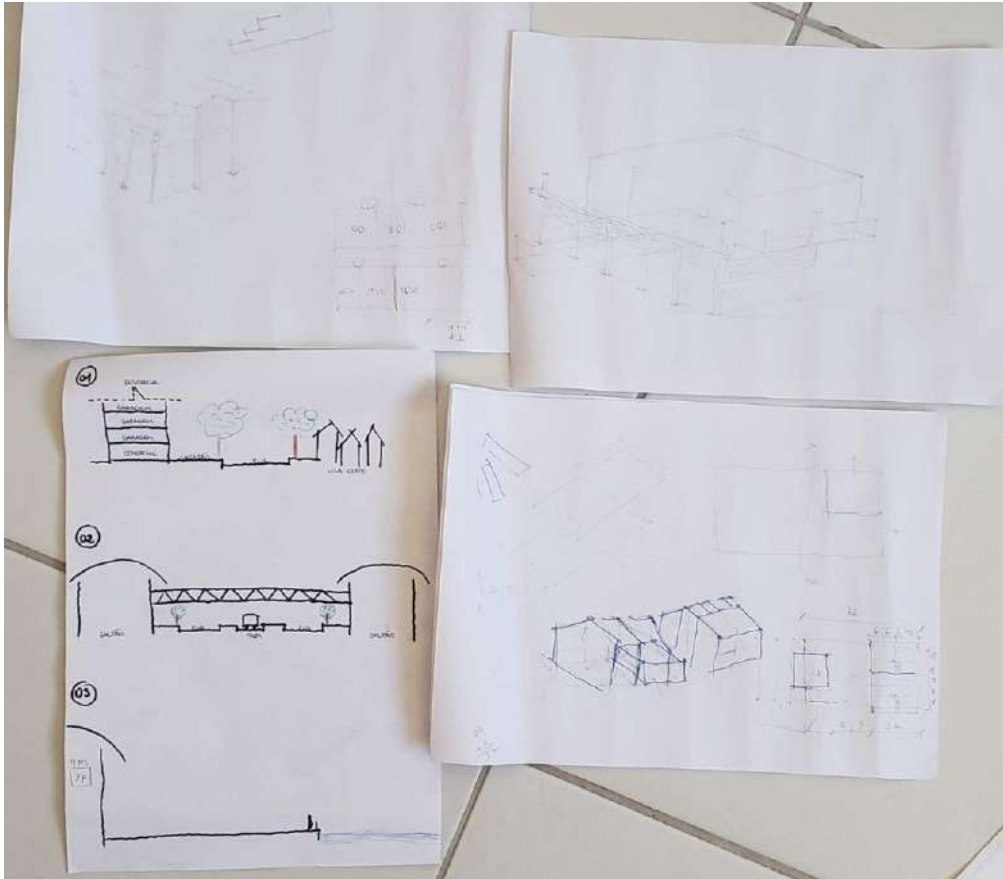
Fonte: Elaboração da Equipe 3.



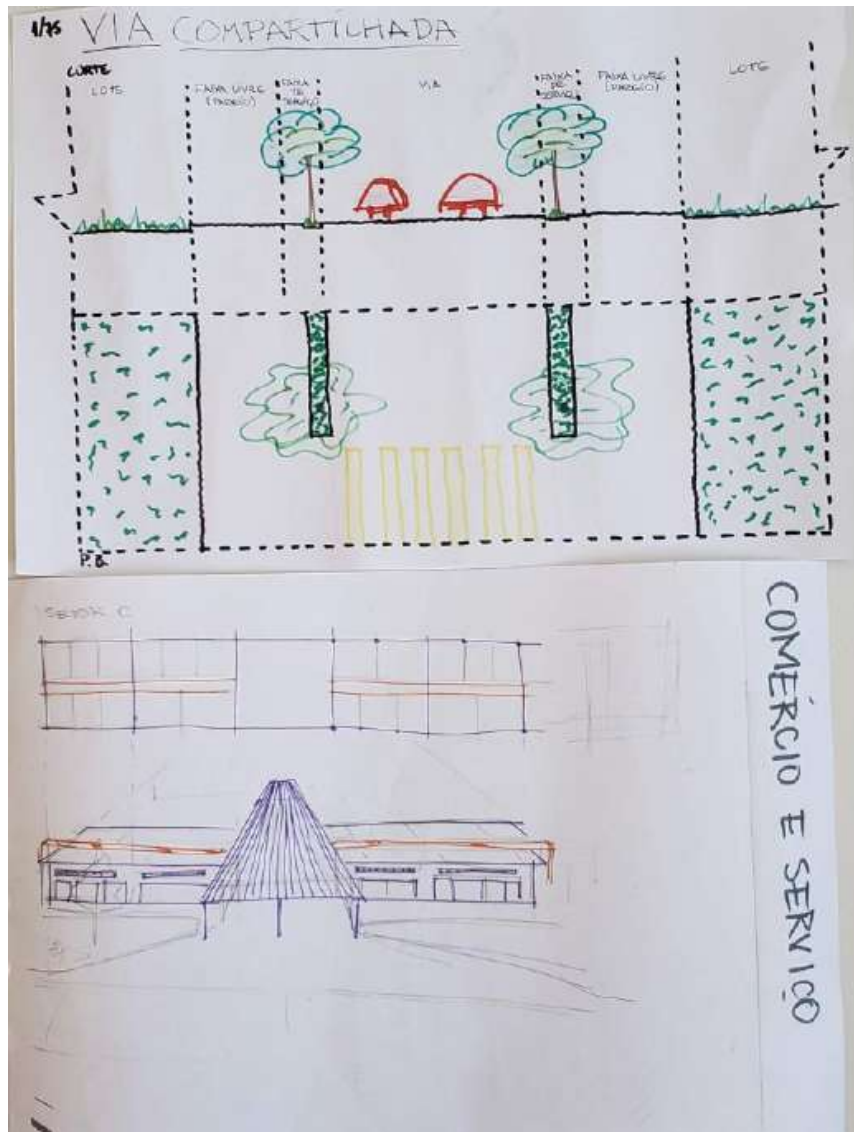
Fonte: Elaboração da Equipe 3.

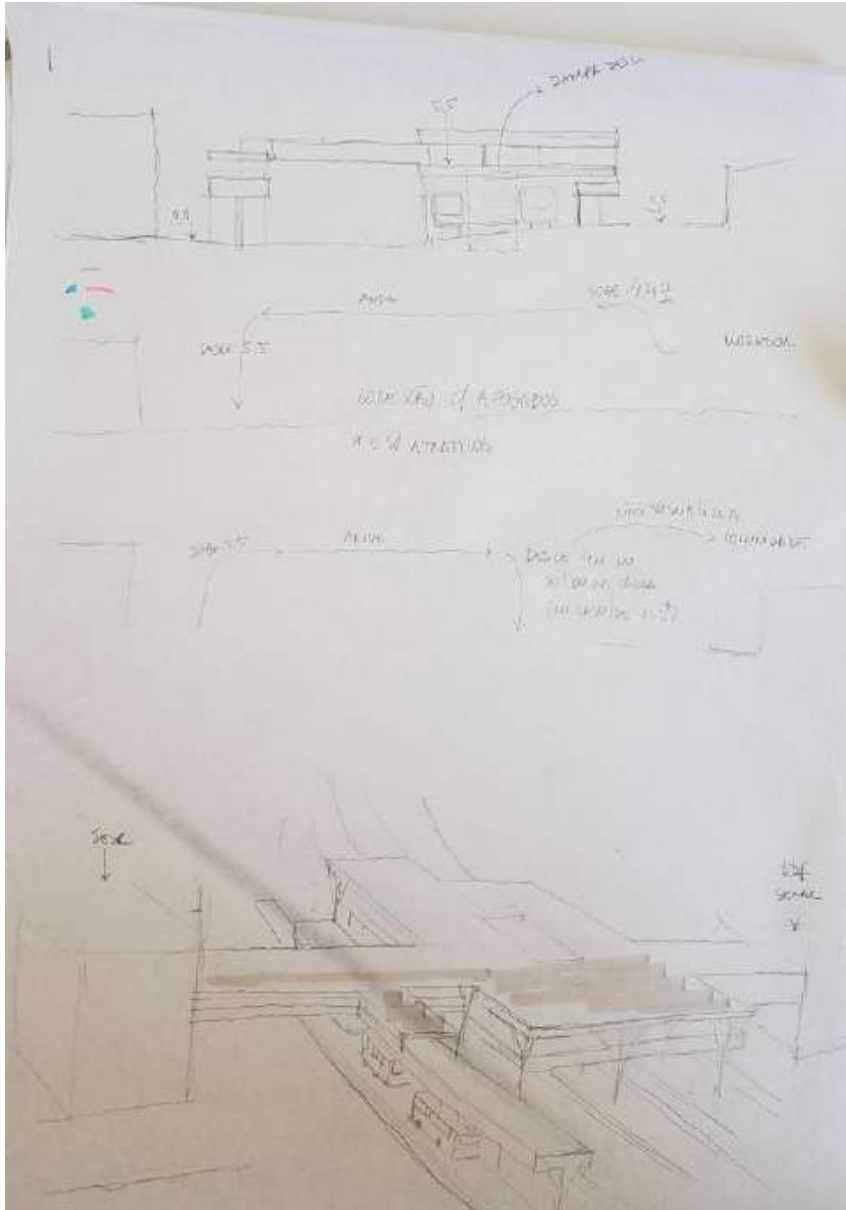


Fonte: Elaboração da Equipe 3.




Fonte: Elaboração da Equipe 3.





Amaro Mendonça
Beatriz Meunier
Larissa Garrido
Mary Rached
Rafaela Paes



12.4 EQUIPE 4: ENTRENÓS

MEMORIAL DESCRITIVO

1. INTRODUÇÃO

A proposta de requalificação para o Pontal de Afogados intitulada Entrenós, se baseia na possibilidade da modificação da condição de barreira da linha de metrô Largo da Paz e sua edificação para a condição de lugar, com a possibilidade de permanência, de passagem e de conectar lugares. O título remete ao termo usado para designar a ligação entre os nós do caule de uma planta, que se trata do local de onde partem as folhas ou ramos, fazendo alusão ao papel da edificação presente no projeto de requalificação e descrita a seguir de intermediar diferentes pontos da cidade, além de fazer referência ao caráter social da proposta.

O Pontal de Afogados está apartado do restante da cidade, conectado apenas por uma ponte formada pela rua Escritor Souza Barros, que faz ligação com o terreno do 7º Depósito de Suprimento do Quartel do Cabanga e conecta a área ao centro da cidade, e pela edificação da estação de metrô Largo da Paz, cujo posicionamento paralelo à linha de transportes e as rampas adjacentes que articulam a edificação com os lados opostos da linha do metrô reforçam a condição limítrofe do local.

Entre glebas que pertencem a antigas indústrias com galpões em desuso, o Pontal é marcado pela presença da ocupação informal da Comunidade Vila Sul, atualmente formada por cerca de 200 famílias. Iniciada em 2015 por moradores que procuravam habitar perto do centro da cidade, remanescentes de uma ocupação vizinha, mais ao norte, no trilho do metrô, a ocupação possui grande atividade e identidade com o local. A área também se caracteriza pela presença da Vila Edith, com moradores que habitam a região há 50 anos, uma estrutura urbana menos precária e um casario consolidado que identifica a história fabril da área.

2. PARTIDO DO PROJETO: BARREIRA COMO CIRCUITO, BARREIRA COMO LUGAR

A partir do estudo da área, foram identificados dois desafios que embasaram o partido do projeto. O primeiro desafio: como ativar o circuito entre Afogados e o Pontal? Por que não rotacionar a edificação da estação para modificar a condição limítrofe?

Compreendendo que operações urbanas ao longo dos trilhos constituem uma importante frente de expansão urbana, o projeto urbanístico está estruturado a partir da criação de um edifício ponte que tira partido da barreira física criada pela Estação de Metrô do Largo da Paz. Tal edifício ativa o circuito de conectividade entre os bairros de Afogados e o Pontal e, combinando a nova malha urbana aos diversos modais, desenvolve nova relação de contato entre os bairros da Imbiribeira, Pina e São José e amplia o acesso a múltiplas áreas da cidade.

Segundo desafio: é possível propor um espaço que concilie e integre tantas aspirações distintas de diferentes setores da sociedade em diferentes realidades? Por que não negociar o coeficiente construtivo para construtoras do setor privado e, em contrapartida, solicitar o investimento para construção dos conjuntos habitacionais em um espaço que possibilite a troca, o diálogo e a integração?

O Pontal é uma área privilegiada da cidade do ponto de vista da malha urbana, pois está localizado em um centro expandido com conexões para todas as áreas da cidade, e do ponto de vista natural, pela paisagem circundante e amplo terreno entre rios e marés. Temos diante deste desafio um grande potencial para vencer problemas estruturais da cidade. Acreditamos que a cidade é o lugar da diversidade e da integração, e que os espaços propostos precisam responder a conflitos existentes com oportunidades de encontro e trocas aos cidadãos dos mais diversos setores sociais.

3. PROJETO DE REQUALIFICAÇÃO ENTRENÓS

3.1 ESTRUTURA URBANA

MALHA URBANA

- A malha é definida pela rotação do Edifício-estação, que define o eixo estruturador Afogados – Rio Teijipió. No mesmo sentido deste eixo, a rua existente Francisco Silveira foi mantida e duas vias de acesso local foram criadas. Em seguida, a área foi conectada ao bairro da Imbiribeira por meio de uma nova ponte que segue pela rua Escritor Souza Barros, que margeia a linha do metrô, e, paralelamente, foram traçados caminhos para pedestres conectando e margeando as frentes d' água.

EIXOS, ACESSOS E VISTAS

- A circulação entre Afogados e o Pontal se concentra no Edifício-estação, que será um edifício de conexão intermodal, abrigará atividades comerciais e contará com o Edifício-flexível em sua base, com um pavimento semienterrado destinado exclusivamente a estacionamento e um pavimento flexível que permite a acomodação de veículos e a realização de eventos conforme demanda, além de concentrar as atividades administrativas da estação;

- O Edifício-estação se abre para o eixo monumental estruturador e principal acesso à área denominado Rambla Abner Canário, resultando na vista para o complexo de edificações e para a frente d' água;

- O Caminho Entre Águas é o principal eixo de ligação de pedestres e veículos não-motorizados no sentido Sul – Centro, permitindo a conexão entre os dois setores habitacionais;

- O Caminho das Águas é um caminho para pedestres e veículos não-motorizados, que margeia o perímetro do Pontal, permitindo o desfrute da frente do rio enquanto se desloca;

- A circulação mais intensa de veículos se concentra ao longo da rua Escritor Souza Barros, o Eixo verde-artístico;
- A rua Francisco Silveira é o Eixo histórico do Pontal, onde se mantém a Vila Edith e dois dos galpões fabris;
- As vias de veículos que penetram o Pontal são de caráter local.

3.2 DIRETRIZES PROPOSTAS

FACHADAS CONTÍNUAS

- Criação de fachadas contínuas através de construções com recuo para passeio sombreado no nível do térreo;
- Criação de fachadas ativas – térreos com atividade comercial voltadas para o espaço livre público – voltadas para as ruas e para a Rambla, gerando permeabilidade visual e senso de continuidade espacial.

ELEMENTOS MARCANTES EXISTENTES

- Assumir o muro da estação de metrô como elemento marcante da paisagem e ressignificá-lo em alguns trechos com uma nova pele de jardins verticais, e também de expressão pictórica do grafite, já em outros manter sua feição original para receber intervenção de light design e projeção de filmes;
- Identificar e reconhecer o conjunto fabril da rua Francisco Silveira e a Vila Edith como edificações ícones do Pontal cujas permanências contam a trajetória urbana do local.

ESPAÇOS LIVRES

- Proporcionar ambiente agradável ao pedestre. A hierarquia dos espaços livres varia em escala e função: propõe-se uma rede de parque, rambla e ruas arborizadas com o objetivo

de proporcionar um ambiente de qualidade para os moradores e visitantes, e para a acomodação de empreendimentos com um senso de lugar e identidade. Esses espaços e rotas reforçam o padrão da malha urbana.

3.3 SETORES: IDENTIDADE E SENSO DE LUGAR

A proposta urbanística está estruturada na criação de quatro setores interligados entre si, que objetivam fomentar o senso de pertencimento nos atuais e novos usuários e moradores da região.

- Vila Sul: A partir da identidade de construção da vila – constante mutação – foi concebida uma estrutura de vãos de 5,5m x 5,5m para serem ocupados por unidades habitacionais de forma a refletir essa variedade e dinamicidade das construções. Nessa grelha são dispostas as circulações verticais e horizontais para servir essas unidades, que podem ter dois tipos e duas variações, totalizando quatro tipos de plantas cujas áreas variam de 35m² a 40m². Uma gramática da forma poderá ser criada para gerar a forma da edificação e orientar a construção dessas unidades habitacionais pelos moradores.

- Parque Vila Sul: O projeto propõe a criação de um parque na área alagada e receberá uma edificação que abrigará um centro cultural, como por exemplo o SESC. A forma do edifício segue as linhas orgânicas do sítio.

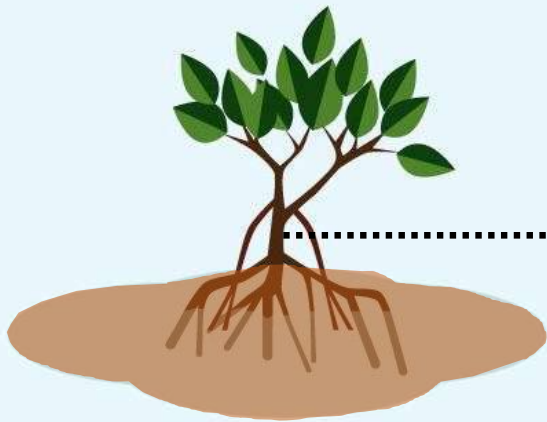
- Conjunto da Rambla Abner Canário: O principal acesso à área. Nele se encontra o Edifício-estação, o Edifício-flexível e concentrará os imóveis de alto valor imobiliário.

- Conjunto fabril e Vila Edith: Esta é a segunda vizinhança residencial do projeto. Novas edificações habitacionais, seguindo a mesma lógica espacial e construtiva da Vila Sul, serão inseridas por trás do eixo histórico da Rua Francisco Silveira. Esta área apresenta uma combinação de apartamentos com variações de plantas, focado especialmente em habitação social. Um novo conjunto de equipamentos comunitários incluindo escola, biblioteca, creche e serviços locais são criados nas edificações fabris existentes. A Vila Edith será mantida por se tratar de um elemento importante que caracteriza paisagem do local.

4. CONCLUSÕES

O exercício de desenvolvimento do projeto de requalificação para a área do Pontal de Afogados visou aliar as três principais demandas e forças da área - habitação social, interesse imobiliário e requalificação urbano-paisagística – através do desenvolvimento e implantação de um elemento-chave, o Edifício-estação, responsável pela conexão da área com outras partes da cidade, pela estruturação da malha urbana e pela definição de um eixo monumental definidor dos setores propostos para a área.

A proposta apresentada buscou a resignificação das diferenças como potencialidades através dos preceitos da integração e diversidade com a intenção de transformar, além da barreira física, a barreira do paradigma de uma cidade historicamente segregada. Estruturou-se, então, um projeto para receber investimentos e conciliar as distintas aspirações dos diferentes setores da sociedade, possibilitando o coeficiente construtivo para construção de espaços privados de serviços e comércio para venda e movimentação da economia e garantindo moradia e espaço público de qualidade para os atuais e futuros moradores e usuários do Pontal de Afogados.



ENTRENÓS



Fonte: Elaboração da Equipe 4.

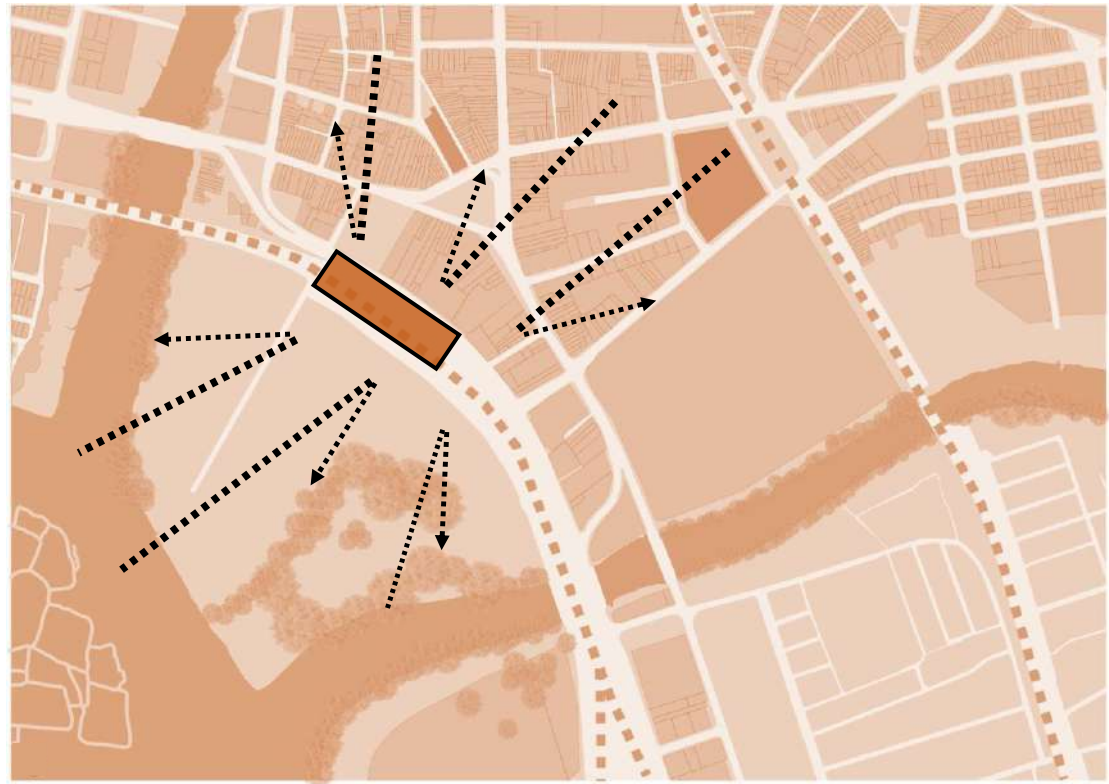


Fonte: Elaboração da Equipe 4.



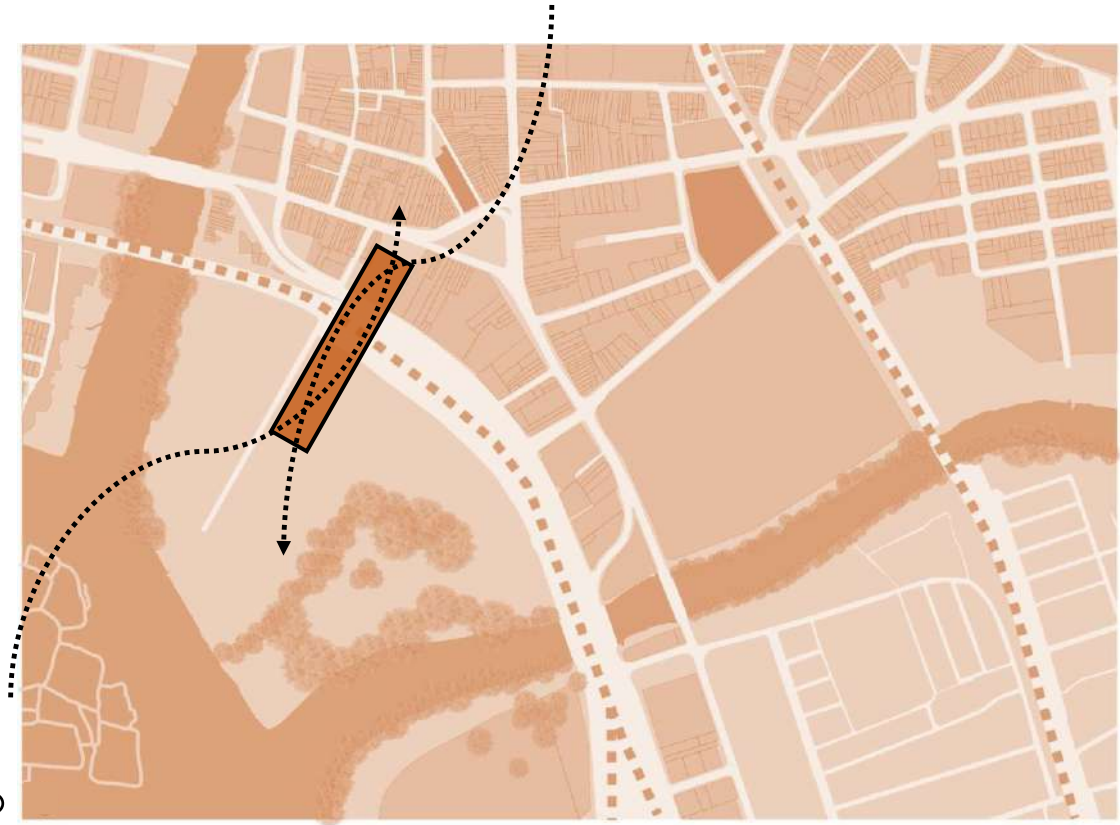
MURO COMO BARREIRA

Fonte: Elaboração da Equipe 4.



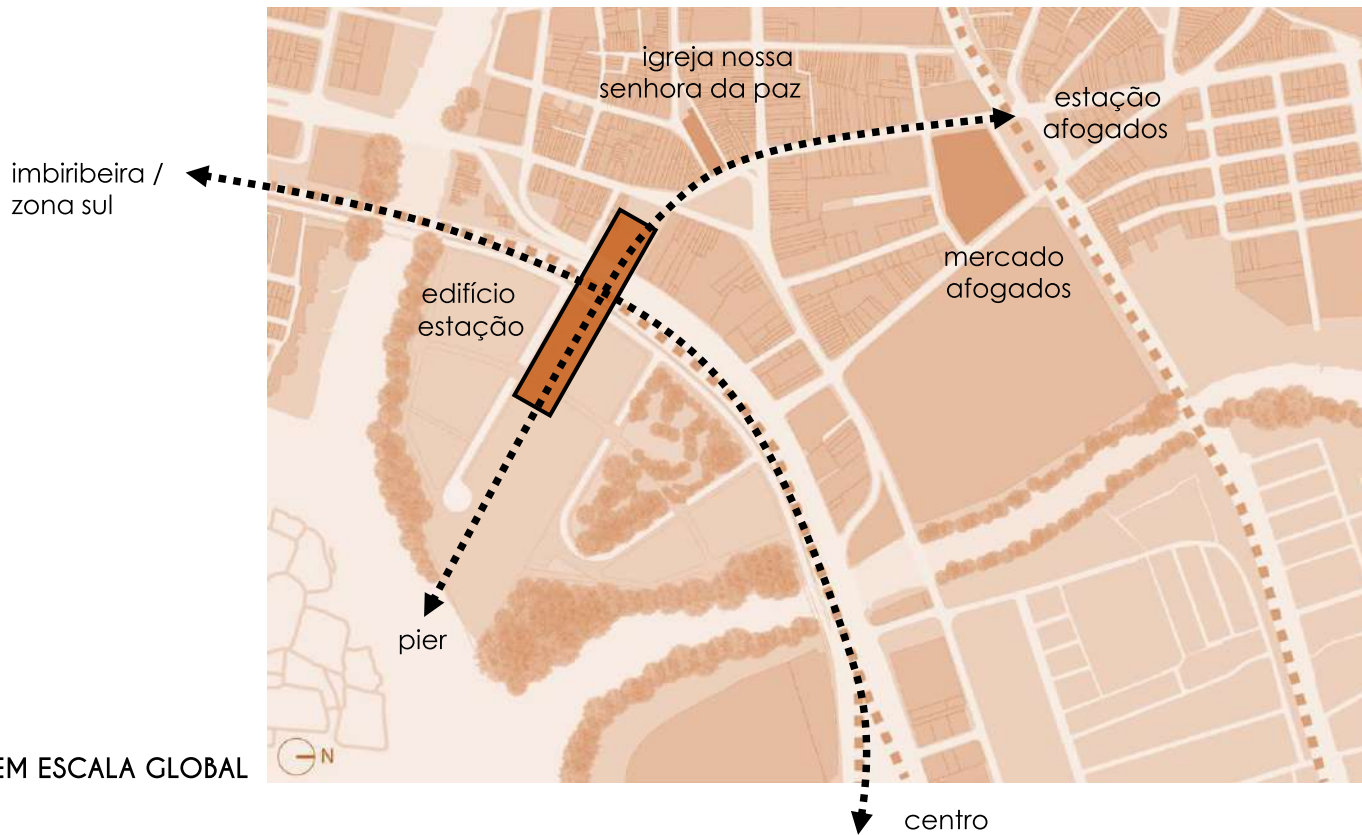
EDIFÍCIO COMO BARREIRA

Fonte: Elaboração da Equipe 4.



BARREIRA COMO CIRCUITO

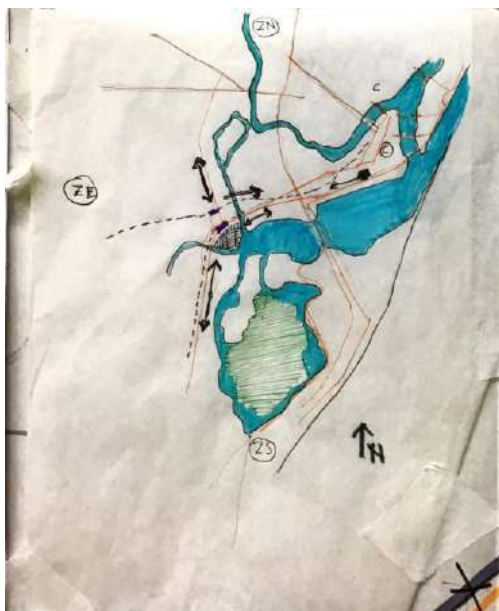
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



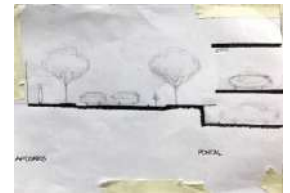
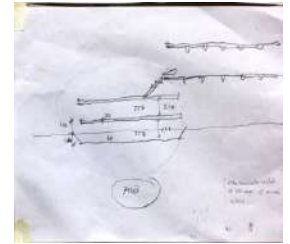
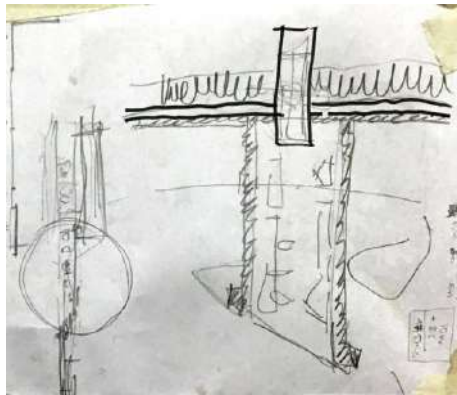
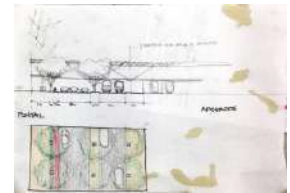
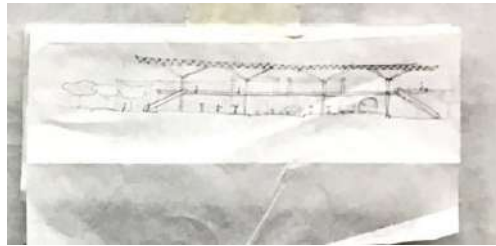
CIRCUITO EM ESCALA GLOBAL

Fonte: Elaboração da Equipe 4.

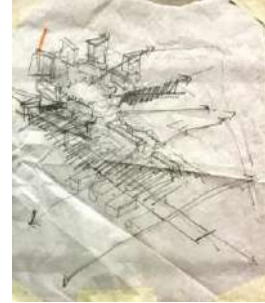
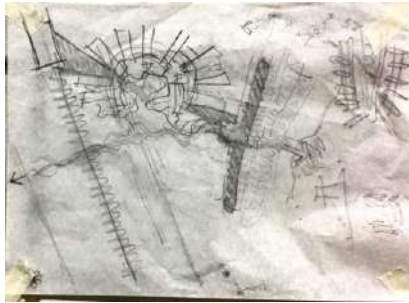
O PROCESSO: DIA 1



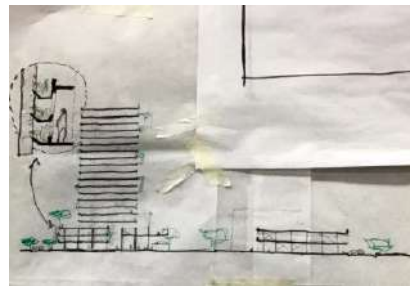
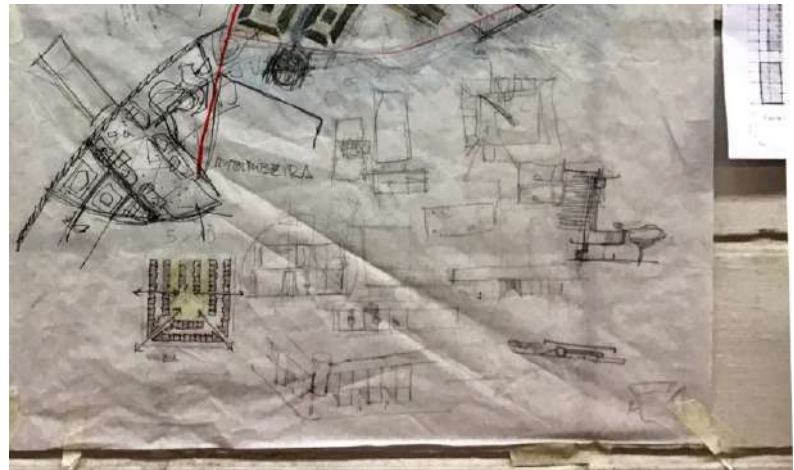
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



caminho verde-artístico



caminho das águas



caminho entre águas



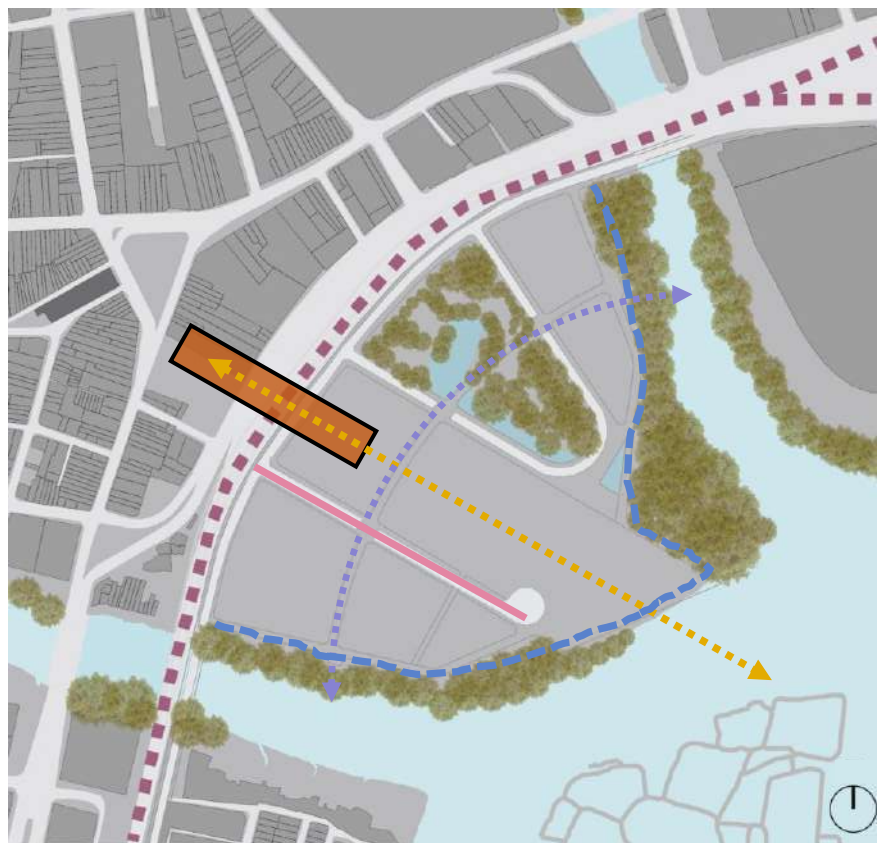
caminho histórico | conjunto fabril + vila edite



rambla principal abner canário



CIRCUITO EM ESCALA LOCAL



Fonte: Elaboração da Equipe 4.

via pedestres +
carros + bicicletas

vias pedonais + bicicletas | fluxo intenso

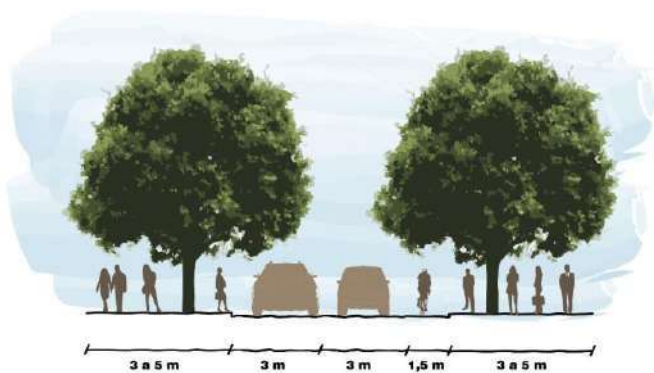
vias pedonais | fluxo local



CONEXÕES / SISTEMA VIÁRIO

Fonte: Elaboração da Equipe 4.

via pedestres +
carros + bicicletas

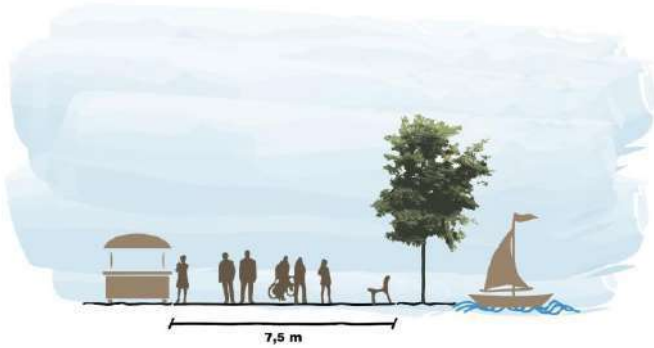


CONEXÕES / SISTEMA VIÁRIO

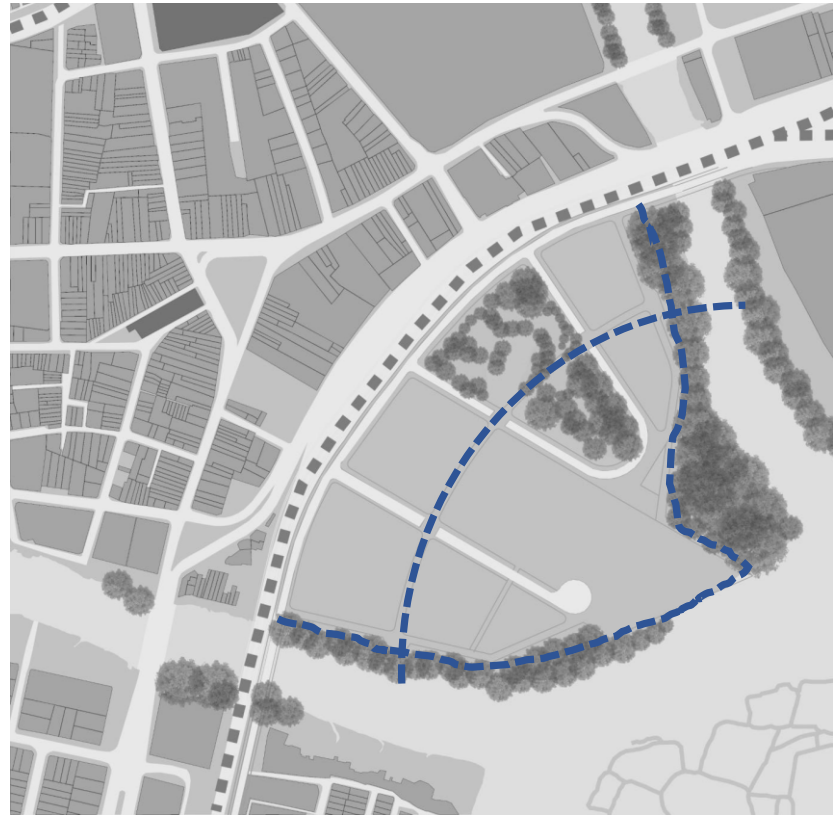


Fonte: Elaboração da Equipe 4.

vias pedonais + bicicletas
fluxo intenso



CONEXÕES / SISTEMA VIÁRIO



Fonte: Elaboração da Equipe 4.

vila sul [residencial/misto]

parque vila sul [parque + cultura]

quadra edifício estação

rambla abner [investimento imobiliário – uso misto]

quadras fabris [serviço + residencial]

vila edite [residencial]

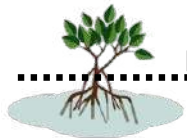
QUADRAS



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



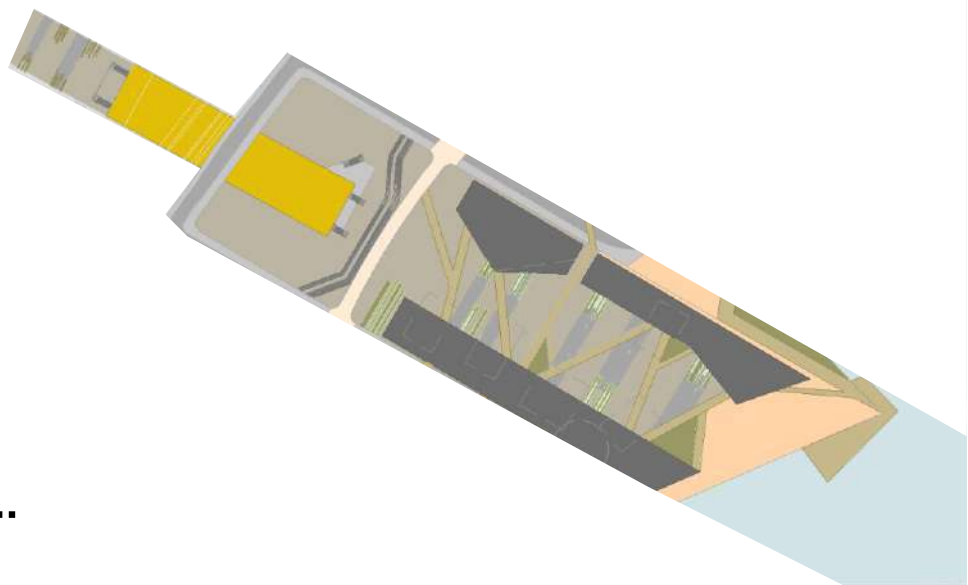
ENTRENÓS



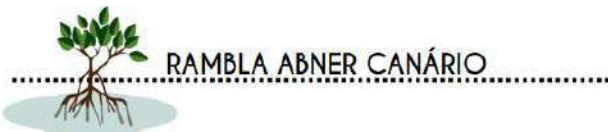
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



RAMBLA ABNER CANÁRIO



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Fonte: Elaboração da Equipe 4.

MVRDV | PIXEL

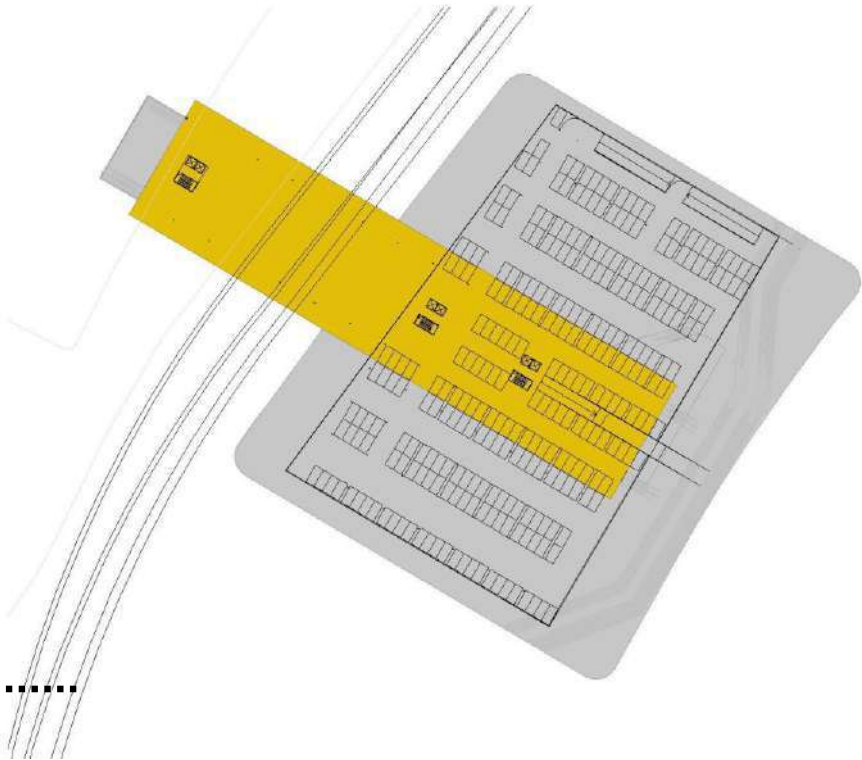


REFERÊNCIAS PROJETAIS

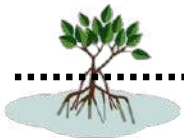
Fonte: Elaboração da Equipe 4.

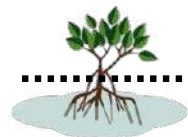
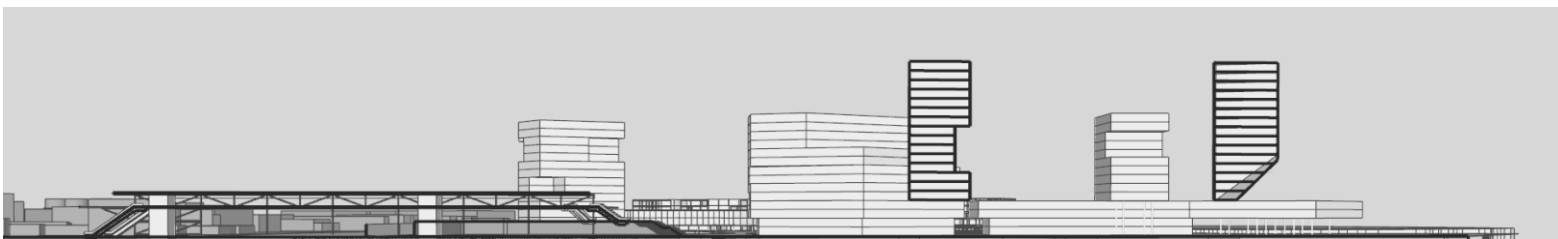


588
VAGAS



EDIFÍCIO FLEXIVEL





EDIFÍCIO FLEXIVEL

Fonte: Elaboração da Equipe 4.



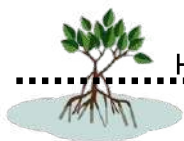
hector vigliecca | sistema de transporte público de florianópolis

REFERÊNCIAS PROJETAIS

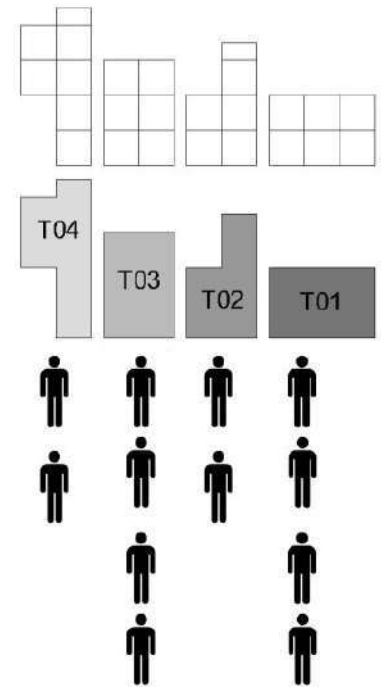
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



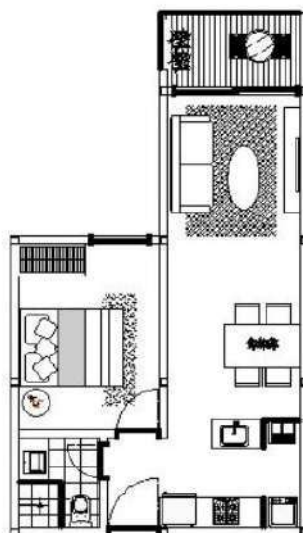
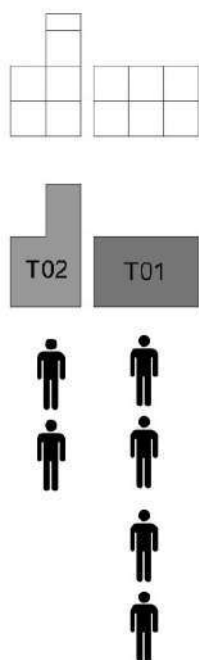
HABITAÇÃO SOCIAL



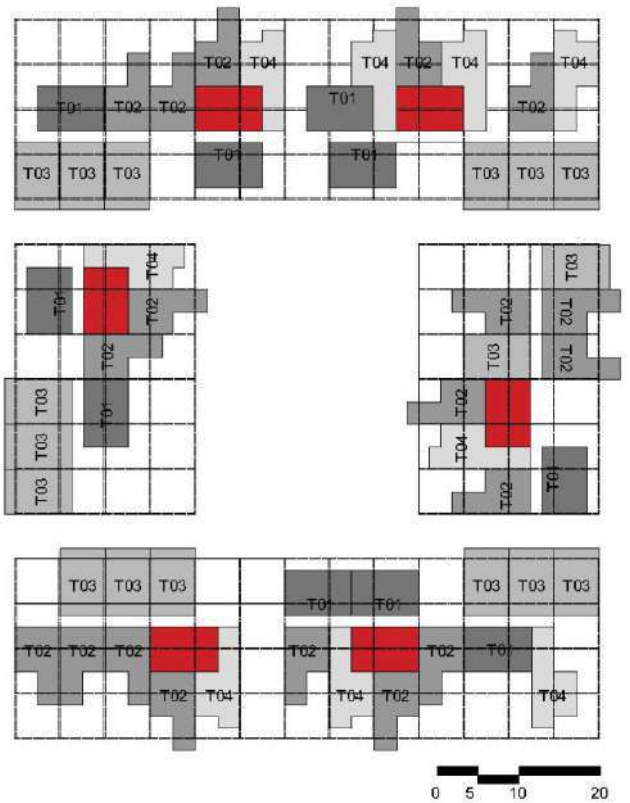
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



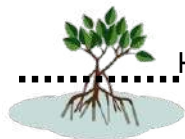
Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



HABITAÇÃO SOCIAL

Fonte: Elaboração da Equipe 4.

coletivo rt | concurso de projetos _ london housing



REFERÊNCIAS PROJETAIS

Fonte: Elaboração da Equipe 4.



coletivo rt | complexo habitacional tri-plus

REFERÊNCIAS PROJETUAIS



Fonte: Elaboração da Equipe 4.



PROPOSTA

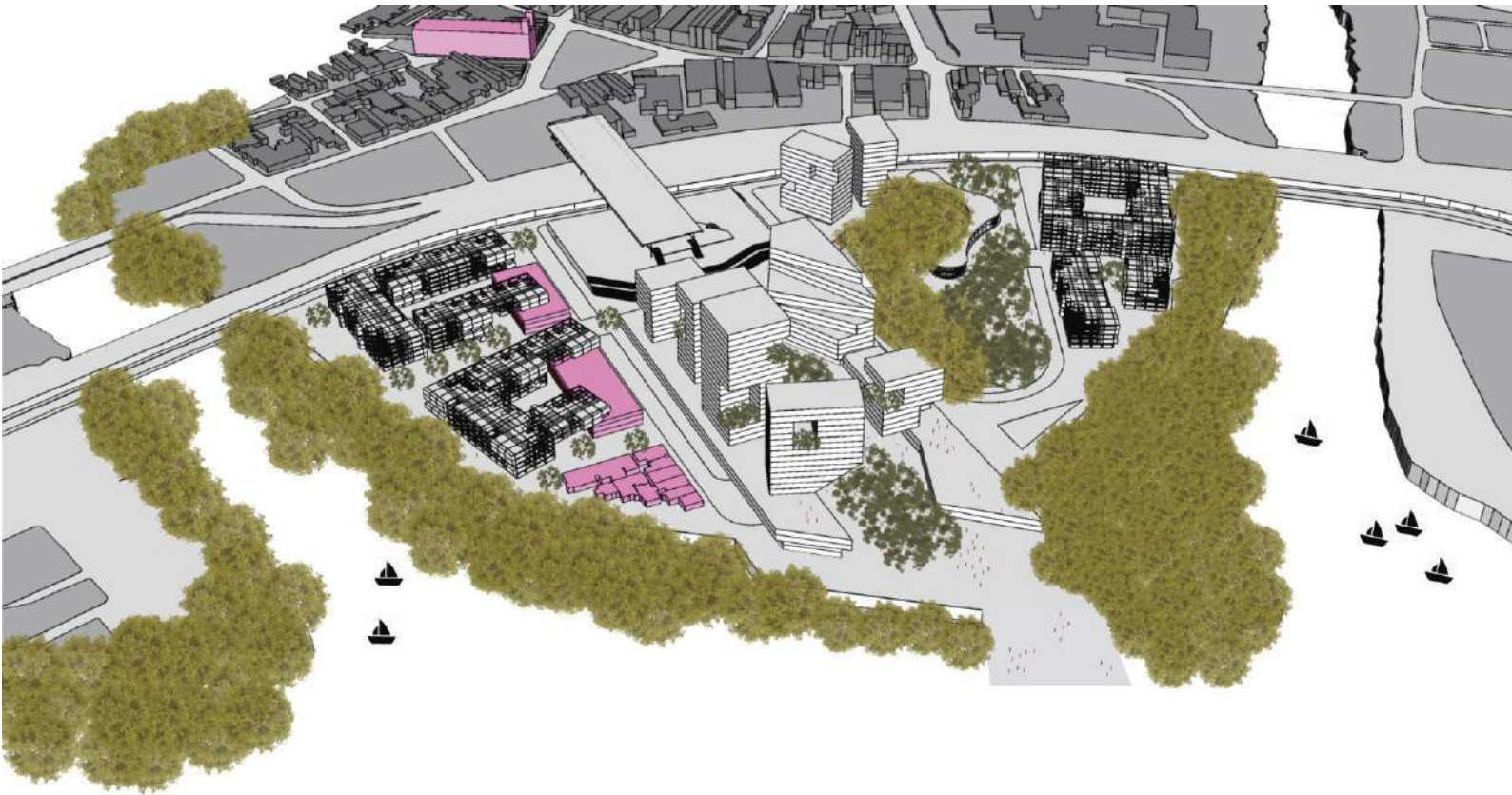


Fonte: Elaboração da Equipe 4.



PROPOSTA

Fonte: Elaboração da Equipe 4.



Recife, 2022



Foto aérea (capa): José Gleidson Dantas e Almir dos Santos Jr.

ISBN: 978-65-00-53023-0



TD

9 786500 530230